

ALCILENE CAVALCANTE DE OLIVEIRA

**Uma escritora na *periferia do Império*:
vida e obra de Emília Freitas
(1855-1908)**

*Tese de doutorado
em Literatura Brasileira, apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da
Faculdade de Letras
da UFMG. Linha de pesquisa:
Literatura, História e Memória cultural;
sob a orientação da
Prof^a. Dr^a Constância Lima Duarte.*

Belo Horizonte

abril de 2007

*Dedico este estudo às Mulheres
que buscaram e buscam
transformar a sociedade rumo à
equidade de gênero e à justiça
social – mesmo que no
anonimato.*

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (Benjamin. Magia e Técnica, Arte e Política).

Mais dia, menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador de quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, à câmara, à Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de histórias. E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário do historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. (Machado de Assis. “História dos Quinze Dias”).

Agradecimentos

Como todo trabalho acadêmico este também resultou da colaboração de diferentes pessoas e instituições: estímulo intelectual, indicação de referência bibliográfica, apoio e acolhimento emocional, auxílio à pesquisa, companheirismo e amizade. Foram tantas as pessoas direta e indiretamente que participaram desse processo de investigação e elaboração que não ousarei listar por receio de deixar alguém de fora e pela necessidade de síntese que o espaço exige. O apoio financeiro da CAPES, durante parte da elaboração da tese, foi certamente de fundamental importância.

Não posso me furtar, todavia, de lembrar do presente que recebi ao ter o meu primeiro contato com a escritora Emília Freitas, por meio do pesquisador André Frota, que entre os pacotes de documentos no setor de pesquisa do Arquivo Público do estado do Ceará, falou-me dela com entusiasmo. Do mesmo modo, quando a Maria Edith Maroca, a Sarah e o Pedro Ipiranga, como Pitonisas e Pítón, sugeriram-me a possibilidade de eu transitar intelectualmente pela Literatura, fiquei um tanto mareada e, ao mesmo tempo, instigada pelos novos canteiros que pululavam à minha frente, conduzindo-me à interdisciplinaridade.

Para completar a delícia e o encanto deste trajeto, que tanto preencheu a minha vida, fazendo-me recuperar a trilha do feminismo e da conciliação entre o pensar e o engajamento, encontrei a Prof^a., a mestra, Dra. Constância Lima Duarte. Ela tem me ensinado a cada passo que as coisas na Academia podem ser leves, prazerosas e realizadas com muita elegância e solidariedade. Sei que meus amigos/as, no que se refere à minha Orientadora, sentem por mim, também, grande emulação. Eu, a cada dia, tenho mais certeza de que dificilmente conseguiria concluir este estudo se não fossem a

Emília Freitas, o que ela significa, a Constância Lima Duarte e a presença de Karla Holanda.

O acolhimento pela Maria Paula e pelo Valério, no primeiro ano desse percurso, em Belo Horizonte, os diálogos com pesquisadores/as nos Encontros nacionais *Mulher e Literatura*, o apoio contínuo da Profa. Zahidé Muzart, as conversas e solidariedade dos pesquisadores do espiritismo, Luciano Klein e Samuel Magalhães, os Simpósios de História Cultural, os auxílios à pesquisa – efetuados por Gertrudes Sales, Giuliano Ferreira, Eduardo Vasconcelos, Mariana Mariano e Xênia Almada – ; o amparo técnico-burocrático de Letícia, Marta e Rosana – funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da UFMG –, foram todos – e todas as pessoas – imprescindíveis. Assim como, a amizade e interlocução de Karla Holanda, de Maria Rita Avanzi, a Rio, da Gabriela Azevedo, da Arlene Ricoldi, do Gláucio Oliveira; os embates com os amigos Luís Roberto de Paula e Antônio Rodrigues; e a presença contínua, apesar de virtual, de minhas irmãs, Andréa e Rita, e de minha mãe, Luísa, foram fundamentais nesse processo. Com todos/as eu compartilho os frutos saborosos deste estudo e reitero a minha dívida de gratidão.

Resumo

Esse estudo sobre a trajetória de vida e obra da escritora cearense Emília Freitas (1855-1908) configura trabalho de biografia literária, no qual se realiza abordagem interdisciplinar, especialmente de Literatura e de História, inscrevendo-se na perspectiva das pesquisas de recuperação de autoria feminina. Trata-se de uma escritora abolicionista, republicana e espírita que despendeu um espaço significativo de sua produção intelectual para essas questões, além de desenvolver uma atmosfera gótica e fantástica em sua ficção, e discorrer sobre questões de gênero, como a violência contra mulheres. Emília Freitas residiu em Fortaleza, Belém e Manaus; publicou tanto romances como poesias; elaborou artigos sobre as referidas temáticas, publicando-os em diferentes jornais das cidades em que viveu.

Palavras-chave: escritora; abolição; espiritismo; gênero; gótico; fantástico.

Abstract

This study on the life and workmanship from Ceara's writer EMILIA FREITAS (1855-1908) configures work of literary biography, which it carries an interdisciplinary approach, specially of Literature and History, enrolling itself into the perspective of recovering the feminine authorship research. It's about an abolitionist, republican and spiritist writer who dedicated a significant space of her intellectual production to those questions, besides developing a gothic and fantastic atmosphere in her fiction and also discourse about gender issues, such as violence against women. Emilia Freitas lived in Fortaleza, Belém and Manaus; published romances as much as poetry, elaborated articles on these set of themes, publishing them in different newspapers, all from the cities she lived in.

Key words

Woman writer; Abolition, Spiritism, Gender; Gothic; Fantastic

ABREVIATURAS UTILIZADAS

APEA – Arquivo Público do Estado do Amazonas

APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará

BN – Biblioteca Nacional

BPB – Biblioteca Pública de Belém

BPEC – Biblioteca Pública do Estado do Ceará

BPM – Biblioteca Pública de Maranguape

Cartório - Cartório do 1º Ofício do Registro Civil – Manaus

CP – Coleção Particular

IB – Instituto Benjamin Constant (AM)

IHGB/RJ – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	10
 Capítulo I: <i>A poetisa da abolição</i>	18
Às margens do rio Jaguaribe.....	19
Uma volta pela História.....	25
A primeira travessia.....	31
Entremeio.....	35
A poetisa dos escravos.....	46
 Capítulo II: <i>A peregrina das letras</i>.....	69
Passagens.....	70
Universo letrado na província do Ceará.....	76
A misoginia finissecular.....	92
A segunda travessia.....	109
O romance <i>A Rainha do Ignoto</i>	119
Um dos fios da trama.....	125
Outro fio da trama.....	131
Espichando o fio.....	143
 Capítulo III: <i>A andarilha do bem</i>.....	148
Uma nova travessia.....	149
Na Serra de Maranguape.....	150
Retorno à Bacia do Amazonas.....	160
Em Abaetetuba.....	163
Às margens do rio Negro.....	173
 Considerações finais.....	176
 Bibliografia.....	179
 Anexo.....	190

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a vida e a obra da escritora cearense Emília Freitas (1855-1908) inscreve-se na perspectiva daqueles trabalhos que procuram investigar a história das mulheres e a escrita de sua produção intelectual. Essa perspectiva tem sido consolidada, nas últimas décadas no Brasil, por pesquisadores de diferentes áreas acadêmicas, que visam recuperar do esquecimento os vultos femininos excluídos dos cânones e da História, por terem desempenhado, entre outros motivos, um papel diferente do culturalmente estabelecido.

Emília Freitas viveu e realizou sua produção literária em época de acentuadas características patriarcais, na qual o papel das mulheres era rebaixado a ponto de tudo o que produzissem ser caracterizado como algo menor, e suas atividades permanecerem, em grande parte, restritas ao universo doméstico e à condição de mãe e de esposa.

Realizar o perfil biográfico dessa escritora, como é a proposta deste estudo, permite “sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida” (LEVI, 1996: 167) – mas sem descartar a interferência inevitável que as macro-estruturas também exercem sobre eles.

Este estudo pretende, com isso, colaborar para uma leitura da pluralidade de formas e de gestos, bem como de resistência no âmbito das sociedades. Intenta, ainda, ampliar os “limites entre os territórios disciplinares”, utilizando conceitos e procedimentos tanto da História como da Literatura, a fim de estabelecer a trajetória de vida e de obra de Emília Freitas (Foucault, 1972; Cunha b, 1998; Cunha d, 1999; Jitrik, 2000; Lemaire, 2000; Chartier, 2002; Souza, 2002).

Dessa maneira, a perspectiva de “recuperar das ruínas do passado” uma mulher escritora está intrinsecamente relacionada à do estudo biográfico, que serve de guia para este trabalho. Na História, atualmente, essa tendência valoriza o sujeito e a narrativa, bem como suscita a discussão sobre os limites entre fato e ficção (Schmidt, 2000; Azevedo c, 2000; Ricci, 2000; Xavier, 2000). Já na Literatura, os estudos biográficos – e a *crítica biográfica* –, remetem à “relação complexa entre obra e autor”. Essa tendência, como assinala Eneida de Souza, amplia os limites do campo literário, “por meio da construção de pontes metafóricas entre o fato e a ficção”. Trata-se da articulação entre a produção ficcional e os registros documentais do autor como, por exemplo, “correspondências, depoimentos, ensaios, críticas” (Souza, 2002: 111).

As atenuações destacadas por Maria Helena Werneck quanto às principais tendências das elaborações de biografias literárias tornam-se, então, referência para este percurso. Observa-se, sobretudo, o risco de reducionismo presente na relação apressada entre vida e obra, bem como o fato de o fazer biográfico ser “entendido como estrutura verbal que, tomando a forma de um discurso narrativo em prosa, pretende explicar o que foi [ou discorrer sobre] uma vida representando-a” (Werneck, 1996: 25).

O estudo de vida e de obra de Emília Freitas inscreve-se, desse modo, na perspectiva da crítica biográfica, aproximando-se daqueles trabalhos que consideram “o autor não mais como ausente do texto (...) [mas] como ator no cenário discursivo”. Em tais produções, o autor “ultrapassa os limites do texto e alcança os territórios biográfico, histórico e cultural” (Souza, 2002: 116).

Nas últimas décadas, esse tipo de estudo, realizado por literatos, jornalistas e historiadores, tem se intensificado. As explicações para tal êxito são diversas, assim como as formas de abordagens. Barthes já observara, em 1973, o interesse por trabalhos dessa natureza, proferindo as seguintes indagações:

Por que é que, em obras históricas, romanescas, biográficas, há (para alguns aos quais pertença) um prazer em ver representar a ‘vida quotidiana’ de uma época, de uma personagem? Por que essa curiosidade pelos pequenos pormenores: horários, hábitos, refeições, habitações, roupas, etc? Será o gosto fantasmático da “realidade” (a própria matéria do “isto existiu”)? E não será o próprio fantasma que chama o “pormenor”, a cena minúscula, privada, na qual posso facilmente tomar lugar? (Barthes, 1993: 69-70).

Para o referido autor, o interesse pelo gênero biográfico reside no “efeito de real” que o mesmo produz. Esse efeito remete a tipos de narrativas que evocam veracidade e/ou verossimilhança e tramam fatos e ficção (Barthes, 1998: 155-7). De outro modo, para outros estudiosos, “o interesse pelos personagens do passado revelaria a busca de identidade de um presente marcado pela aceleração temporal, pela massificação cultural e pela crise das utopias” (Schmidt, 2000: 122; Hall, 2002).

Entretanto, considera-se, neste estudo, que o “efeito de real” e a “busca de identidade” – verificados em biografias – são ambos resultantes de práticas discursivas; por essa razão, nenhuma história de vida é passível de reconstituição, pois também ela integra o “texto ficcional sob a forma de uma representação do vivido” (Souza, 2000: 50). Partindo desse pressuposto e da escassez de registros sobre a vida e a obra de mulheres, em particular de Emília Freitas, o estabelecimento de sua biografia não poderia prescindir do contexto social no qual ela esteve inserida e das marcas autobiográficas presentes em sua obra.

Configuram outra referência deste estudo, os apontamentos de Giovanni Levi, em *Usos da biografia*, sobre a relação entre biografia e contexto, pois, segundo ele, “a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias”, além de possibilitar o preenchimento das lacunas documentais (Levi, 1996: 175-6). Optou-se, portanto, nesse percurso, por tomar a escritora como fio-condutor da trama, associando

suas experiências, relações sociais e afetivas, pronunciamentos, produção literária, enfim, a rede de sociabilidade a que estava vinculada aos acontecimentos e tendências da época.

A produção intelectual de Emília Freitas é datada da segunda metade do século XIX e dos primeiros anos do século XX, sendo realizada tanto em poesia como em prosa. Ela escreveu dois romances: *A Rainha do Ignoto: romance psicológico*, publicado em 1899, e *O Renegado*, publicado, em 1892. Deste último consta, na reduzida fortuna crítica de sua produção intelectual, apenas referências ao título e à data de publicação, não tendo sido ainda localizado nos principais acervos bibliográficos e documentais, públicos e privados, do país. Já os poemas, que ela compôs durante as décadas de 1870 e 1880, foram reunidos no livro *Canções do Lar*, publicado em 1891, em Fortaleza.

Emília Freitas elaborou também artigos para diversos periódicos – assinando-os pessoalmente – e colaborou para a publicação de outros textos – sem assiná-los. Além disso, escreveu uma peça de teatro intitulada *Nossa Senhora da Penha*, encenada na cidade cearense de Maranguape, em 1901. No momento oportuno, trataremos de cada um desses trabalhos.

Toda a produção dessa escritora traz inscrições autobiográficas ou de auto-representação, como era particularmente comum nos trabalhos de autoria feminina daquela época. Afinal, dadas as condições patriarcais – já mencionadas – muitas dessas elaborações realizadas por mulheres, cujo simples ato de escrever já configurava transgressão da ordem estabelecida, apresentam elementos próprios da vida privada, do que lhes era próximo, particular (Coelho, 1999). A produção de autoria feminina, entretanto, não prescinde dos instrumentos constitutivos do campo literário como, por exemplo, a composição e o espaço ficcional (Duarte, 1996).

Mesmo assim, ao longo do estudo, procura-se desmontar as armadilhas que vão aparecendo acerca da relação entre vida e obra, bem como perpassar pela tensão entre elementos autobiográficos e ficção. Busca-se não simplificar o traçado, evitando tomar o objeto-obra como expressão exclusiva da trajetória de vida. Considera-se, todavia, que os traços presentes nos textos da *escritora-autora*, mesmo sendo eles poéticos, são “representações do eu” ou “construções de si”. Isto significa reiterar que:

O texto é uma “representação” de seu autor, que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar; de outro, o entendimento de que o autor é uma “invenção” do próprio texto, sendo sua sinceridade subjetiva um produto da narrativa que elabora (...). Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu”. (Gomes, 2004: 16-7).

Além disso, leva-se em conta que as próprias marcas autobiográficas distribuídas ao longo de um texto literário podem guardar um caráter ficcional obtido por meio da construção de uma identidade autor-narrador-personagem, isto é, de “máscaras para uma identidade mista, em que se confunde a figura do autor-fictício e do autor biográfico”. (Werneck: 1996: 222-3).

Assim, o perfil biográfico de Emília Freitas é composto a partir do recolhimento dessas inscrições autobiográficas – talvez intencionalmente elaboradas –, distribuídas tanto em sua poética como em sua prosa. Outras pistas foram também localizadas em periódicos e fontes primárias de época e na bibliografia. Para tanto, adotou-se como guia o método indiciário de pesquisa de Carlo Ginzburg, que se inscreve na perspectiva da micro-história, e, como tal, ancora-se em pistas, sinais e traços. Tal método consiste

(...) no levantamento de pequenos detalhes que proporcionem a chave para uma realidade mais profunda na qual é possível verificar como as pessoas vêem o mundo, como o conhecimento é adquirido e organizado e a estrutura em que elas encaixam as informações (Davin, 1980: 05).

Adentrando-se nos capítulos do estudo, destaca-se que eles estão organizados por temáticas, relativas à produção intelectual e ao engajamento social e político da escritora, sendo que a cronologia da vida de Emília Freitas encontra-se implícita à abordagem temática.

Verifica-se no primeiro capítulo, intitulado *A poetisa da abolição*, a trajetória abolicionista da escritora, que se esquadrinha especialmente através de sua produção poética. Esta foi publicada em periódicos cearenses e reunida, em parte, no livro *Canções do Lar*. Nesse livro constam nove poemas referentes à escravidão, datados de 1877 a 1884, além de outros de diferentes temáticas. Observa-se aí o trabalho de edição da poetisa quanto à sistematização ou ao agrupamento dos poemas de acordo com as temáticas afins.

Além das marcas autobiográficas verificadas na produção poética, é possível conferir o trabalho literário com a sonoridade, o ritmo, o metro, o verso e, ainda, com as unidades expressivas do poema (figura, imagem, tema, alegoria e símbolo). Todavia, neste estudo, a estrutura poética do conjunto de poemas não será analisada. Procura-se, isto sim, destacar os elementos autobiográficos que indiquem a trajetória abolicionista da escritora – sendo os poemas disponibilizados nos anexos.

O capítulo seguinte, *A peregrina das letras*, enfoca a produção intelectual de Emília Freitas, recolhendo e apresentando as marcas de sua atividade de leitora, de escritora e de seu próprio percurso de vida. Identifica-se um *modus operandi* literário, através do qual é possível rastrear a forma como o texto, particularmente o romance *A Rainha do Ignoto*, foi elaborado. Indica-se, portanto, a “historicidade de sua produção e a intencionalidade de sua escrita” (Chartier, 1990: 63). Esse capítulo ainda traz à tona as pistas acerca dos diálogos, influências, antropofagias e apropriações da escritora, além de desvios, desconfiças ou resistências inscritas no referido livro e demais objetos

elaborados por ela – que guardam elementos autobiográficos. (Chartier, 1990; Schineider, 1990; Compagnon, 1996).

No último capítulo, *A andarilha do bem*, continua-se a estabelecer a trajetória de vida e de obra da escritora. Destacam-se, contudo, as idéias que ela defendia, ao trilhar as andanças da *escritora-autora* por diferentes cidades da região Norte (e, mais tarde, Nordeste) brasileira. Em tais cidades, ela e o marido, Arthunio Vieira, instalavam pequenas tipografias e publicavam periódicos para difundir suas idéias e crenças. Paralelamente, indica-se a recepção de sua literatura.

Uma última palavra. A designação “periferia do Império” – presente no título deste estudo – é inspirada no livro *Um Mestre na Periferia do Capitalismo – Machado de Assis*, de Roberto Schwarz (1998). Saliente-se que é adotada no sentido de limiar, de “estar à margem” e não de “atraso” em relação aos centros cosmopolitas. Desse modo, consiste em recurso para tentar desviar o olhar dos centros metropolitanos oitocentistas (Rio de Janeiro, Recife, Salvador) para as consideradas “margens” ou “periferias” (Fortaleza, Manaus, Belém) – cidades onde a escritora viveu – e, com isto, despertar a atenção para a circulação de idéias no período, difundidas também por mulheres.

Todavia, estabelecer o percurso de vida e obra de alguém – ainda mais em se tratando de uma mulher na “periferia do Império” – requer também muita peregrinação. Para este estudo sobre Emília Freitas, foram consultados diferentes periódicos, fontes primárias e bibliografia – depositados em arquivos, bibliotecas e coleções particulares de Fortaleza, Jaguaruana, Aracati, Maranguape, Belém, Abaetetuba, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, foram realizadas entrevistas com especialistas, livreiros e bibliófilos. Constituiu-se uma rede de solidários(as) colaboradores(as) em tais cidades – e, mesmo em outras cidades, onde a

escritora não residiu, como Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre, Recife e Brasília – com a finalidade de recolher dados acerca da vida e da obra de Emília Freitas.

Mesmo assim, deparamo-nos com o *establishment* do silêncio acerca das práticas das mulheres. Silêncio não apenas historiográfico, como aponta Perrot (2005), mas também documental e literário. Isto exigiu um contínuo e exaustivo trabalho arqueológico, tanto para enfrentar as ruínas de muitos arquivos e bibliotecas, como para revolver fontes e estabelecer relações. Dessa maneira, foi possível auscultar certos ruídos e indicar um perfil de mulher do passado – que se espera poder o leitor também avistar ao longo das páginas deste estudo.

1. A POETISA DA ABOLIÇÃO

Pareço-me ainda com ele, na irresistível necessidade ou antes no inconsciente impulso de implantar a minha individualidade e os meus próprios sentimentos nos personagens que apresento em meus romances: todos eles, mais ou menos, participam de minha natureza e vivem um pouco da minha existência (...).

(Lésbia, 1998: 141)

As margens do rio Jaguaribe

Emília Freitas nasceu em 1855, em vila União – atual Jaguaruana –, distrito de Aracati, pertencente à província do Ceará. Faleceu em 1908, em Manaus. Ela conviveu parte de sua vida com a instituição da escravatura, inclusive em sua própria casa, pois sua família era proprietária de escravizados, assim como outras famílias brancas de seu tempo, na região litorânea das províncias do Norte do Brasil.

Durante a infância nos idos de 1855/1865, na região de Aracati (Ceará), ela parece ter observado o tratamento que os africanos e seus descendentes, bem como os indígenas, *coisificados* pelo sistema escravista, recebiam daqueles que se julgavam seus proprietários, e deve ter testemunhado como aquela gente, além de ser apartada do estatuto de pessoa humana, era maltratada (açoites, castigos, detrato, enfermidades não assistidas, segregações, entre outros) e obrigada ao trabalho forçado, mesmo em ambiente doméstico.

Contudo, a menina Emília notava também outro tipo de relação entre senhores/as e escravizados/as sendo tais visadas impressas em seus poemas anos mais tarde. Em um deles, o eu lírico – auto-representação da poetisa na infância – menciona que, ao entrar e sair da casa de sua tia Hermina Guedes Alcoforado¹, via os afazeres da escrava Luiza e como ela se comportava em relação à senhora (poema 1/anexo). Naquela época, Emília, não apenas avistava os cativos, destacando-os em seus poemas, como tecia observações sobre o aspecto conformado de obediência e servilismo, por exemplo, da preta Luiza.

¹ A família de Emília Freitas é originária de Portugal, sendo o sobrenome Alcoforado também português, tal qual da escritora Mariana Alcoforado, autora de *Cartas portuguesas* (1669). Em Recife, localizam-se Corbiniana Guedes Alcoforado, Flora Guedes Alcoforado e Urcicina Alcoforado, integrantes da Sociedade Libertadora 25 de março (Ferreira, 1999: 83). Tratava-se, possivelmente, da mesma família.

É certo que a produção poética da escritora é um trabalho ficcional e, como tal, faz uso de recursos poéticos para obter efeito, porém, guarda elementos autobiográficos que podem consistir em construção ficcional da auto-imagem da escritora em diferentes épocas de sua trajetória. Ou, ainda, tratar-se de um autor-fictício construído em toda a obra, sendo projeção da escritora².

Todavia, percebe-se que a poetisa, ao seguir certa tradição de escritores e escritoras como, por exemplo, José de Alencar, Aluísio de Azevedo, Ana Luísa de Azevedo Castro, Maria Firmina dos Reis e Nísia Floresta, refere-se, em outro poema, à escravidão indígena, própria daquelas províncias que não desenvolveram extensas lavouras de cana-de-açúcar (Pinheiro, 2000). Nele, o eu lírico também se remete ao passado pessoal e histórico da poetisa, aos hábitos indígenas e à escravidão.

Esse poema, intitulado *IX quadro*, é integrante de uma série encomiástica denominada *Quadro*, relativa a perfis de entes queridos de Emília Freitas – familiares e amigos –, composta entre os anos de 1870 e 1880 e reunida em *Canções do lar* (poema 2/anexo). O poema é dedicado a Bárbara, uma índia que os pais de Emília teriam herdado de sua bisavó, e que se tornou uma personagem do cotidiano da infância da poetisa. Certamente era possível encontrar membros da etnia de Bárbara entre as famílias tradicionais, descendentes de portugueses, da velha Aracati, localizada entre o mar e o rio Jaguaribe na província cearense (Idem).

No poema constam diferentes aspectos da cultura indígena e da vida doméstica. Bárbara – guardiã da cultura de seu povo – recorre à memória para relatar elementos do passado de seus ancestrais aos filhos de seus senhores. Nele, é notória a alusão à prática da cultura oral e a representação do contato entre as culturas brancas e

² As questões relativas à autobiografia, minuciosamente estudadas por Phillip Lejeune, são analisadas por Maria Helena Werneck, juntamente com as problemáticas da biografia e das relações entre narrador/autor, em *O Homem encadernado*.

indígenas³. O eu lírico sugere que as histórias contadas por Bárbara sobre o “passado feliz” de sua gente despertavam-lhe certas sensações que não se traduziam em palavras. Desencadeadas, talvez, pela força do não-lugar, do meio termo entre a idealização e a realidade, que leva o eu lírico a experimentar certo sentimento de pertença, de vínculo a uma comunidade original e feliz que o tempo desfez (*de nossa progênie, o feliz tempo*). Ao mesmo tempo, suscitava nostalgia e crítica ao presente, principalmente à escravidão indígena.

A idealização do passado, impressa no poema por meio da figura da índia, sugere uma referência de leitura romântica da escritora ou mesmo sua filiação ao romantismo de orientação indianista. De outro modo, observa-se que o entrelaçamento da idealização com a realidade, verificado no poema, isto é, o fato de Bárbara significar a idealização de um “passado feliz” e, ao mesmo tempo, a encarnação de uma personagem escravizada da infância da poetisa – condição insistentemente repudiada pelo eu lírico –, remete à ambigüidade presente na abordagem poética: se indianista, baseada no mito romântico do “bom selvagem”, ou indigenista, que considera o ser humano histórico, não o mito ou o símbolo, mas, como assinala Queiroz, a “criatura triste e miserável, espoliada e explorada pelos brancos, esquecida pela civilização” (*Apud*. Duarte, 1995: 125)⁴.

Todavia, sobressai a crítica à escravidão. O eu lírico procura justificar a posse da cativa e, com isto, atenuar a responsabilidade dos pais por serem proprietários

³ Esse recurso verificado no poema de Emília Freitas é localizado também no prólogo do livro de Ana Luísa de Azevedo Castro, *D. Narcisa de Villar* (1859), no qual a narradora-personagem conta uma história que ouviu de duas índias durante uma noite de inverno, em sua infância (Castro, 2000).

⁴ Emília Freitas parece ter utilizado, nesse poema, o mesmo repertório romântico que Nísia Floresta, ao compor o poema *A Lágrima de um Caeté*, analisado por Constância L. Duarte (1995: 112 a 130). Ambas tratam da problemática indígena e de manifestações político-sociais. Entretanto, Nísia foi a precursora da “abordagem indigenista de nossa literatura”, segundo Duarte. Já Emília parece ter se contido e, de outro modo, realizado uma abordagem ambígua sobre essa questão.

de Bárbara. Afinal, o fato de eles possuírem escravizados comprovava, como talvez não pudesse ser diferente, que compartilhavam, de algum modo, da instituição escravista.

Apesar de se tratar de um poema que apresenta elementos autobiográficos, Emília Freitas faz uso de recurso poético para obter efeito antiescravista, sendo a índia colocada no lugar de vítima de um sistema perverso, do qual sequer a família da poetisa, considerada liberal, apartava-se. Por ironia, nesse poema, o eu lírico assinala que sua família em pagamento aos trabalhos da escrava só lhe dava “mais trabalho e pouco amor” (poema 2/anexo). Paralelamente, encontram-se pistas autobiográficas que permitem compor certo perfil de Emília como de alguém não indiferente para com os cativos, mesmo sendo escravizados/as domésticos/as – o que pressupunha ter jornadas menos exaustivas do que no trabalho em lavouras.

Depreende-se ainda que essa visão sobre os escravizados desenvolveu-se na residência dos pais dela, onde, em jantares para amigos – sendo alguns dos convivas, políticos da região –, aconteciam rodas de conversas sobre assuntos diversos, inclusive, contrários à escravidão. É o que ela sugere em outro poema que compôs na mocidade, referindo-se ao pai e à dissimulação de políticos de seu convívio (poema 3/anexo), conforme os seguintes versos:

*No seu gabinete entre os retratos
Dos grandes, ou dos sábios escritores,
Condenava, abatia – a pena última,
- A triste escravidão e seus negroses.*

*Amigos aparentes teve muitos
Que a mesa devoravam seus manjares,
Faziam-lhe redondas cortesias
E davam-lhe em segredos mil pesares.*

A jovem Emília representa a figura paterna em seus poemas como sendo letrado e antiescravista; ao mesmo tempo, tece críticas à hipocrisia e à deslealdade dos “amigos aparentes” de seu pai. Tais pessoas, coevas da poetisa na maturidade, eram

membros da elite política e econômica da província do Ceará. Tratavam-se, pois, de pessoas letradas, de negociantes e de políticos de Aracati, região que mantinha um importante porto, por onde entravam e saíam os principais produtos que abasteciam a província.

Nesse poema, o eu lírico expressa o sentimento de decepção e revolta da jovem aracatiense em relação às circunstâncias da morte paterna, em 1869, cuja causa não se localizou em registros primários, embora os jornais da época sugiram ter sido infarto acarretado tanto pela morte do primogênito quanto por desavenças políticas. Além disso, sublinha-se, no poema, um traço de insubmissão e de enfrentamento por parte da poetisa, ao indicar a dissimulação dos políticos, seus contemporâneos, desprezando, assim, possíveis represálias. O despojamento e a coragem para contestar convenções e valores tradicionais, inclusive da política, configuram a principal marca da trajetória de vida e obra da escritora.

Ao retomar o fio da infância, reitera-se que assuntos relativos à escravidão, à política e ao universo letrado eram abordados no ambiente doméstico da família Freitas. O pai de Emília era herdeiro das idéias liberais da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador, de 1824, cujos propósitos implicavam tanto o liberalismo como a abolição da escravatura (Mota, 1972; Nobre, 2000.)⁵.

Nas diferentes notas de jornais a respeito do falecimento do pai da jovem Emília, consta que se tratava de um político ativo na província e uma importante liderança do partido liberal do Ceará. Era, pois, um homem “sinceramente devotado às

⁵ A Revolução Pernambucana, de 1817, e a Confederação do Equador, de 1824, foram acontecimentos políticos relativos ao processo de Independência do Brasil e formação do Estado-Nação. Ambos decorreram do “conflito entre o centralismo da Corte e o auto-governo provincial”, sendo que o primeiro implicava o conflito entre os liberais – defensores da Independência – e os conservadores reinóis – defensores do pacto-colonial. Já a Confederação do Equador resultou da insatisfação para com o processo de Independência, que fortaleceu o Centralismo, isto é, a instalação do centro de poder, no qual se tomavam as decisões políticas em torno do Rio de Janeiro, fragilizando, com isto, a autonomia das demais províncias. Como tal processo submetia politicamente as províncias do Norte às do Sul, a saída defendida no Norte foi separar-se do Sul, formando a Confederação do Equador (Mello, 2004:13).

idéias livres e democráticas, como condição indispensável de efetividade para a garantia dos direitos individuais (...)” (*Cearense*, 1869. *Apud*, Cunha a, 1986: 284-5). Atuou politicamente na antiga Catinga do Gois, mais tarde, Vila da União, e em Passagem das Pedras, ambos antigos distritos de Aracati, atualmente Jaguaruana e Itaiçaba.

Emília não omite a influência paterna em sua vida. Ao contrário, ela pode ser verificada em diferentes passagens de sua produção intelectual por meio de marcas e auto-representação. Apesar de certo risco de reducionismo, seria ortodoxia não verificar essa representação na literatura de Emília Freitas. Em certo trecho do romance *A Rainha do Ignoto*, por exemplo, o personagem de nome Ganjão assinala:

– Na companhia de Dona Maria Jesuína, minha primeira senhora, que era uma santa, ensinava os escravos a ler e a praticar o bem. Depois ela tinha uma filha que sabia muito, falava contra a escravidão e era republicana, como seu pai, o defunto coronel (...) (Freitas, 2003: 328).

Observa-se que o fragmento acima é uma referência à família da escritora e da confirmação de suas tendências políticas: sua mãe chamava-se Maria de Jesus, era cuidadosa para com a educação dos filhos – conforme assinalado em outros documentos – e, talvez, para com a dos escravizados também. Seu pai, Antonio José de Freitas, era tenente coronel, abolicionista, liberal e republicano; ela, Emília Freitas, tornou-se abolicionista e republicana.

Nessa época, nas diferentes províncias do Império brasileiro, e, principalmente na Corte, os políticos enfrentavam ou eram desafiados a enfrentar os desdobramentos político, social e econômico acarretados pela continuidade do sistema escravista, sobretudo porque, desde o início do século XIX, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a escravidão, base do tripé do sistema colonial, era freqüentemente questionada.

E o pai de Emília era um desses políticos que suscitava conversas para condenar a escravidão no ambiente político de Aracati, em meados do século. Irradiava as idéias liberais e abolicionistas, fazendo-as circular entre os seus convivas e impregnando o ambiente, inclusive doméstico, com novas idéias, o que certamente contava com a correspondência de sua esposa, Maria de Jesus Freitas. Mas Antônio José de Freitas, falecido em 1869, talvez de infarto, não vai acompanhar o desenvolvimento do espírito republicano da filha.

Uma volta pela História

Idéias liberais, socialistas e republicanas serviam de embasamento para as diferentes reflexões, opúsculos, publicações e revoltas sobre a questão da escravidão na primeira metade dos oitocentos. Retomar brevemente o percurso dessas idéias permite vislumbrar como elas, posteriormente, perpassaram a produção intelectual de Emília Freitas.

Em 1811, Hipólito da Costa, redator do *Correio Brasiliense*, escrevia da Inglaterra sobre as implicações da escravidão e já sugeria a substituição do trabalho escravo pelo do imigrante (Costa, 1998: 392). Ele “mostrava não somente a fatalidade da extinção próxima do tráfico” como já dava indicações do resultado desse processo, qual seja, a “abolição da própria escravidão” (Prado Jr, 1970: 147).

Em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro ministro do Brasil independente e deputado da Assembléia Constituinte, escreveu um projeto para a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império brasileiro sobre a problemática da escravidão, publicado em 1825, no qual propôs a emancipação gradual de escravos. O projeto de Bonifácio, de acordo com Emília Viotti da Costa, já continha a base do pensamento abolicionista que estaria em voga até a abolição da escravatura, em 1888.

Sua crítica à escravidão ancorava-se na idéia de desrespeito do direito natural, do Evangelho e do espírito cristão, além da tendência de proteção à infância, à maternidade e à família escravizada, e de garantia de educação dos escravos (Costa, 1998: 398).

A argumentação de cunho religioso esteve presente inclusive na literatura como, por exemplo, em *A Cabana do pai Tomás*, de Harriett Stowe – publicado em folhetim em 1850 –, e em *Páginas de uma vida Obscura*, novela-folhetim de Nísia Floresta, publicada em 1855 (Duarte, 1995: 157). Do mesmo modo, o recurso aos ditames religiosos para condenar gestos escravagistas é verificado em *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, e ainda na produção poética de escritoras de Recife e na de Emília Freitas, conforme será tratado adiante.

Tais idéias abolicionistas circulavam no meio letrado que, no Brasil da época, era reduzido a um grupo seletivo da sociedade, e nas instâncias do parlamento. Contudo, elas esbarravam sempre nos interesses particulares de fazendeiros e de proprietários de escravos, causando polêmica nas instâncias do parlamento, onde eram pautadas na agenda de reforma das leis. Ao mesmo tempo, geravam desavenças entre a elite política das diferentes cidades provincianas como aquelas enfrentadas pelo pai de Emília, o tenente-coronel Antônio José de Freitas, em Aracati (Nobre, 2000: 106).

Apesar da controvérsia, as propostas de abolição do tráfico e de libertação gradual dos escravizados começaram a aparecer com insistência nas pautas de reivindicações de diferentes manifestações sociais e políticas do Brasil da primeira metade do século XIX. É o caso, para citar algumas, da *Revolução Pernambucana* (1817), da *Confederação do Equador* (1824) e da *Revolta dos Malês* (1835), que foram sumariamente reprimidas e dilaceradas (Mota, 1976; Girão, 1986; Reis, 2003).

A respeito da Revolução Pernambucana, ela repercutiu nas províncias do Norte, como eram denominadas as unidades políticas da atual região Nordeste, tendo a participação de vários cearenses. Caio Prado Jr assinala que durante essa revolta:

(...) estabeleceu [-se] naquela província um governo revolucionário que se manteve três meses no poder [;] a escravidão, se não é abolida, é pelo menos formalmente condenada, e se promete expressamente sua breve extinção (Prado Jr, 1970: 147).

Muitos dos partícipes e solidários com a *Revolução Pernambucana* de 1817 foram ideólogos ou aderiram à *Confederação do Equador*, em 1824. Descontentes com a política imperial empreendida por Dom Pedro I, esses políticos, sendo alguns de orientação liberal, outros republicanos e muitos abolicionistas, defendiam a independência plena do Brasil. Porém, como encontravam resistência, passaram a defender a separação de províncias do Norte, compondo uma unidade política própria, cuja sede administrativa instalara-se em Recife. Esse foi um movimento republicano, separatista e abolicionista que repercutiu por longos anos em diferentes províncias, inclusive no âmbito doméstico da família Freitas, às margens do Jaguaribe (Mello, 2004.).

Nas sucessivas revoltas da primeira metade do século XIX, que engendraram idéias liberais fomentando o abolicionismo do período seguinte, há dois aspectos importantes que devem ser salientados. O primeiro é que tais revoltas contaram, indubitavelmente, com a participação e a liderança femininas, embora os registros sejam escassos. Escritoras como Nísia Floresta, Ana Luísa de Azevedo Castro e Maria Firmina dos Reis, por exemplo, já usavam nessa época suas penas para tecerem também questionamentos sobre a escravidão. Além delas, outras tantas mulheres colaboraram com tais manifestações sociais, insurgindo-se contra a monarquia. Entre elas consta, por exemplo, Maria Quitéria de Jesus e inúmeras mulheres anônimas que,

segundo Henriqueta Galeno, tiveram participação direta no processo de independência na Bahia⁶. De acordo com a referida escritora:

Maria Quitéria de Jesus, num rasgo de grande valentia e raro destemor, sobressaiu-se na defesa da foz do Paraguassu. Impediu ali o desembarque das tropas de Madeira de Melo [a mando da Monarquia], dirigindo um grupo de heróicas mulheres bahianas; ela desenvolveu lances de verdadeiro heroísmo naquela pugna (Galeno, 1965: 104).

A participação feminina em diferentes movimentos sócio-políticos do Brasil é, portanto, fato histórico ainda em recuperação, embora Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes já chamasse a atenção para isto, desde os anos de 1970, apresentando dados de pesquisa sobre a participação feminina no processo de libertação dos escravizados (Bernardes, 1976). Desse modo, localiza-se, na segunda metade dos Oitocentos, a participação decisiva de mulheres na organização de agremiações de caráter antiescravista, em diferentes regiões do Império⁷.

Outro aspecto a ser destacado, refere-se à repercussão da revolta do Haiti (1803) no Brasil, que desencadeou, entre a elite branca das diversas províncias, certo temor quanto à ameaça de “onda negra”. Isto é, revoltas maciças de escravizados/as, tais como as que ocorreram na região caribenha e na Bahia⁸. Esse receio também contribuiu para estimular a formação do movimento abolicionista no Império, segundo Célia Azevedo (Azevedo a, 1987: 103).

⁶ A escritora cearense Henriqueta Galeno (1887-1964) alinha-se às pioneiras brasileiras que escreveram dicionários, antologias e ensaios sobre mulheres, tendo parte de seus escritos reunidos no livro *Mulheres Admiráveis* (1965). (Cavalcante, 2006).

⁷ Caiuby Bernardes destacou, no estudo “A mulher e a libertação dos escravos”, que já em 1871 fora publicado no Rio de Janeiro o livro *Idéias* por coordenar a respeito da emancipação, de autoria de Maria Josephina Durocher. Trata-se, segundo ela, de “um projeto de emancipação gradual”. A escritora era parteira pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e estava a serviço da família Imperial (Bernardes, 1976, p. 4).

⁸ A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, em 1835, configurou movimento racial de orientação antiescravista, tendo ressonância no âmbito da elite política e letrada do Brasil. Tal revolta implicou a participação de escravos, de libertos e de forros da Bahia e exprimiu também caráter religioso, ao ser conduzida por muçulmanos, em oposição às práticas católicas normativas (Reis a: 2003).

As manifestações políticas, em particular a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador, tornaram-se referências da cultura política das províncias do Norte – conforme assinalado acima – por tratarem de ações contundentes que acarretaram mobilizações, elaborações e articulações políticas, bem como a utilização de valiosos recursos materiais. Muitos dos partícipes dessas revoltas, que se deslocavam a pé ou a cavalo pela região, foram mortos e outros tantos presos, tendo entre as vítimas da repressão, Bárbara de Alencar, a avó do escritor José de Alencar. Certamente, o significado desses episódios da História política brasileira não apenas se impregnou no imaginário social daquela região – para usar expressão cara a Marlyse Meyer –, como também colaborou para a formação de certo espírito nacionalista que, por sua vez, coincide cronologicamente com o romantismo brasileiro (Rouanet, 1999: 9).

Além disso, críticas ao regime escravista circularam com mais frequência a partir dos últimos anos da década de 1830, quando o romance de folhetim adquiria importância no Brasil, contribuindo inclusive para a formação de um público leitor. Novelas francesas de Eugène Sue (1804-1857) e de Alexandre Dumas (1802-1870), entre outras, eram lidas pela elite letrada no Império, sendo algumas delas de forte apelo social e algumas delas de demarcação de comportamento (Meyer, 1996).

Os ativistas do cenário político brasileiro – cujos líderes se formaram, na maioria, em contato com a cultura européia, seja por estudarem no exterior, seja através de livros – conheciam as teorias econômicas que apontavam os limites do sistema escravista e estavam impregnados de teorias da ilustração que refutavam a escravidão baseando-se em considerações humanitárias (Carvalho, 1980; Costa, 1998: 392).

Todavia, é importante salientar que nessa época, início da segunda metade do século XIX, o Brasil era ainda um país agrário, cuja economia ancorava-se majoritariamente na lavoura, sendo os centros urbanos esparsos, o sistema de transporte

incipiente e a elite letrada reduzidíssima. Diferentemente da Europa que, em virtude da segunda fase da Revolução Industrial, intensificava a economia fabril, por conseguinte, a circulação de mercadorias, de gente e de idéias, bem como fortaleciam-se e consolidavam-se centros urbanos como *locus* de civilidade, de sociabilidade e de difusão de modelos, de *ethos* de civilização. É certo, portanto, que a Europa tinha outra trajetória histórica, em relação à recém-formada nação brasileira.

No Brasil guardavam-se ainda os principais aspectos da época colonial: o latifúndio, a monocultura e a mão de obra escrava, tendo o café como principal produto de exportação, cujas lavouras se concentravam na região Sul, em particular nas províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. Daí a questão do latifúndio e da escravidão tornarem-se matérias polêmicas, afinal, ameaçavam privilégios e, sobretudo, o direito à propriedade privada.

Por tais razões, mesmo tendo o governo brasileiro assumido compromissos internacionais, no período da independência, de cessar o tráfico atlântico, este se prolongou por décadas, até o início da segunda metade do século XIX, quando a marinha britânica adotou medidas mais rigorosas na repressão ao tráfico, acarretando prejuízos a traficantes, expondo publicamente certa conivência do Brasil para com o tráfico e, deste modo, efetivando a proibição dos negreiros.

Depois de décadas de polêmicas, alguns dos senhores de escravos já estavam de certo modo sensibilizados quanto à necessidade de substituir a mão-de-obra escrava pela do homem livre, principalmente os proprietários de escravizados das províncias menos dependentes daquele tipo de mão-de-obra, como era o caso de algumas províncias do Norte.

Contudo, persistia o problema em torno da mão-de-obra para as lavouras de café do Sul, bem como para aqueles setores da sociedade que não conseguiam imaginar

um mundo sem cativos, portanto, não conseguiam prescindir desse tipo de mão-de-obra mesmo que fosse especificamente para os serviços domésticos ou para comercializar alguns produtos. Continuavam, dessa maneira, em pauta as seguintes indagações: como repor o capital investido em escravos? Quem substituiria a mão-de-obra escrava? O que fazer com os escravos libertados?

Essas questões foram enfrentadas por abolicionistas de diferentes províncias, inclusive por Emília Freitas no Ceará, na segunda metade do século XIX.

A primeira travessia

Após a morte de Antônio José de Freitas, a família de Emília, não suportando a dor pela ausência paterna e, tampouco, o confronto com os políticos conservadores da região que difamavam sua memória, transferiu-se para a capital da Província (Cunha a, 1986: 287).

Essa passagem é representada no poema *Vila União* – um dos três poemas que trazem referência aos locais em que a escritora residiu durante a infância e a juventude –, disposto antes da série de poemas encomiásticos, inclusos na coletânea *Canções do lar* (poema 4/anexo)⁹. Nele, o eu lírico remete-se à infância feliz no seio da família, vivida em região campestre e agradável à margem do rio Jaguaribe. Guarda o apelo à natureza – próprio do romantismo – e torna possível desvelar diferentes marcas autobiográficas e poéticas de Emília Freitas.

Ainda nesse poema, o eu lírico é transportado à infância, tal como no poema em homenagem à tia de Emília Freitas (poema 1/anexo) – mencionado anteriormente –,

⁹ Nesse poema é possível vislumbrar, na primeira estrofe, certa referência à Vila Rica, quando o eu lírico descreve o lugar em que a poetisa teria passado a infância, assinalando tratar-se de uma vila que não era miserável nem se chamava rica. Isto talvez seja plausível ao considerar que Emília Freitas remeter-se-á, anos mais tarde, aos arcades, aos inconfidentes e à morte da “musa inspiradora” de Marília de Dirceu, conforme será observado na última parte desse estudo.

passando a descrever a região que marcou uma época feliz vivida no campo. Mas, de súbito, atravessam-no outras lembranças que deflagram a passagem do tempo e, com ela, o passamento, a transitoriedade de entes queridos, a ausência, a tristeza.

A infância na vila União e o convívio familiar em ambiente letrado marcaram a vida da escritora, despertando nela seu veio poético, conforme fez questão de inscrever em diferentes poemas. No entanto, esse universo feliz desaba em 1869. Neste ano faleceram o avô, o pai e um irmão. O avô paterno, cuja morte fora mencionada no poema *Vila União (A outra onde em breve morreu meu avô – poema 4/anexo)*, é efetivamente representado no poema intitulado *Quadro I: Meu avô – Jacintho José de Freitas* (poema 5/anexo).

Trata-se de uma homenagem ao avô português, Jacintho José de Freitas, homem socialmente distinto e querido – como a poetisa faz questão de apresentar – faleceu, então, em 1869. No mesmo ano, teve óbito o irmão primogênito de Emília, “que já no 2º ano de curso na faculdade de Direito de Recife, fora como voluntário pagar à Pátria o seu tributo (...)”, acarretando a “desesperança do pai” (Cunha a, 1986: 286).

No poema, intitulado *IV Quadro*, dedicado ao irmão João Baptista de Freitas, Emília apresenta indícios de que se tratava do irmão mencionado acima, que, estudante, de alma sensível e iludido, apresentou-se voluntariamente para a guerra (poema 6/anexo).

A temática da guerra é abordada também em outro poema dedicado a um segundo irmão da escritora, o Alferes Joaquim Euclides de Freitas. Nesse poema, intitulado *A guerra*, sobressai o veio pacifista mediante à crítica contundente à guerra e também ao irmão que, como o outro, foi voluntariamente lutar contra o Paraguai (1864-1870), (poema 7/Anexo).

Observa-se que a poetisa trata com ironia as nações consideradas modernas, às quais a elite política brasileira já buscava se filiar, decretando guerra ao Paraguai. Há no poema referência a um debate bastante próspero, no final do século XIX, relativo à constituição de padrões de civilização – fomentado no âmbito do Imperialismo inglês e da *Belle Époque* francesa –, no bojo do qual passaram a classificar os povos como civilizados e bárbaros.

Nesse poema, de veio romântico, Emília ironiza a condição moderna das nações, que se autodenominam civilizadas, mas que, no entanto, continuavam a realizar guerras do mesmo modo que os índios, considerados atrasados por tais civilizações.

Voltando a 1869, a pesquisadora Maryse Cunha assinala que a morte do primogênito foi fulminante para o pai de Emília. A poetisa, por sua vez, assinala na continuação do poema sobre o avô, que a morte deste é que agravou o estado de saúde de Antônio Freitas (poema 5/anexo).

Ao se reportar às lembranças de cenas vividas às margens do Jaguaribe – da casa, dos entes queridos falecidos –, o eu lírico imprime uma mudança de tom no poema *Vila União*. Passa-se, então, a desvelar a tristeza pela morte paterna.

Emília Freitas tinha catorze anos quando se transferiu, juntamente com a família, composta de mais doze ou treze membros, para Fortaleza, possivelmente a bordo de um dos vapores que faziam as rotas fluviais e marítimas entre os portos da província.

As mortes do pai, do avô e do primogênito – que, além de muito queridos, ocupavam papéis determinantes no âmbito da família em sociedade marcadamente patriarcal – imprimiram no espírito de Emília tons melancólicos, impregnando parte de sua produção poética, e tornando-a ainda mais identificada com a estética do subjetivismo e do intimismo.

Contudo, voltando-se para a família, é bem possível que ela não tenha ficado tão desamparada materialmente, pois Emília pôde dar continuidade aos estudos de geografia e de línguas inglesa e francesa, na capital da Província e, mais tarde, estudar na Escola Normal (Studart, 1910).

Além disso, um dos irmãos tornara-se arrimo da família, sendo que, no poema intitulado *V Quadro*, a poetisa assinala que ele, Antonio Henrique de Freitas, desde menino teve sempre a preocupação em assistir aos demais (poema 8/anexo).

A jovem Emília, no início da década de 1870, aos dezesseis anos, contrariando a tendência das moças de sua idade, ao menos nas províncias do Norte, ainda não havia realizado consórcio (Falci, 2001: 259). Dedicava-se aos estudos, às leituras – sempre inspiradas na figura paterna e acompanhadas pela mãe –, bem como ao cultivo do espírito poético, sendo herdeira de motes românticos: a perda de entes queridos, os ideais abolicionista e republicano, entre outros.

É possível também que, devido às leituras realizadas e às relações sociais estabelecidas por sua família, Emília tenha tido acesso à crítica “às instituições retrógradas do Segundo Reinado, principalmente à escravidão e à Monarquia”, também proferida pelo grupo da faculdade de Direito de Recife, onde estudou um de seus irmãos, e que dialogava com os letrados cearenses (Needell, 1993: 214-5).

Na capital da província, no final da década de 1870 e durante a de 1880, Emília Freitas passou a escrever poemas, a recitá-los em espaços públicos e a colaborar com periódicos cearenses. Ao que parece, poetizando aspectos da própria vida, pois todos os momentos mais importantes – assim como as pessoas – estão inscritos em seus poemas.

Entremeio

Além dos poemas dedicados aos entes queridos, Emília Freitas passou a compor poemas em prol da libertação dos escravizados, usando sua lira para denunciar os horrores do tráfico interprovincial, que se intensificou a partir de 1845 com a exigência de mão-de-obra escrava para as lavouras de café das Províncias do Sul do Brasil.

O Império brasileiro começava a se configurar como o principal exportador desse produto. A cultura de café foi desenvolvida inclusive na província do Ceará, que acabava de sair de um período de grande estiagem, o que lhe garantiu a elevação significativa dos índices de exportação nas décadas de 1850/60 (Silva, 2002: 85).

Algumas províncias do Norte, em particular aquelas que não obtiveram grande expressão no cultivo de cana-de-açúcar, como foi o caso do Ceará, não utilizavam, desde o início do século XVIII, contingentes acentuados de mão-de-obra escrava como o exigiam, por exemplo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, entre outras. Pelo contrário, aquelas províncias empregavam nas atividades agropastoris a mão-de-obra de trabalhadores livres, muitas vezes de familiares e agregados dos senhores de terra e proprietários de gado (Araújo, 2000: 52). Por essa razão também, algumas cidades do Norte compuseram o circuito do tráfico interprovincial, comercializando o reduzido número de escravos que possuíam para suprir a necessidade de mão-de-obra das lavouras do Sul.

Mesmo assim, a província cearense tornou-se uma das maiores fornecedoras de escravizados para as lavouras de café do Sul do país, pois – além de outros motivos a serem tratados adiante – quando da revalorização da cultura do algodão, os agricultores “passaram a vender seus escravos, por ser a única e mais rápida maneira de adquirir

dinheiro para financiar as lavouras”, e também passaram a libertá-los para obter as indenizações custeadas pelo Estado (Silva, 2002: 89-90).

Nessa ocasião, Emília Freitas já era uma mulher que não se dedicava exclusivamente às prendas domésticas, talvez, pelo contrário, estivesse mais voltada às letras e, desse modo, lendo Victor Hugo, Lamartine, Baudelaire, Eugène Sue, Alexandre Dumas, Gonçalves Dias, Castro Alves, Nísia Floresta, Juvenal Galeno, Amália Franco, Francisca Clotilde, entre outros nomes que, certamente, ocupavam a biblioteca de seu pai, as listas dos livreiros e as estantes do Gabinete de Leitura, bem como as páginas dos jornais que circulavam na província. Além disso, compunha poemas e se mantinha atenta às questões sócio-políticas de sua época. Tanto é assim que compôs um poema intitulado *Os Livros*, publicado em *Canções do lar*, por meio do qual é possível desvelar seu gosto pela leitura (poema 9/ anexo).

Em Fortaleza, além de diferentes leituras, Emília esteve atenta ao processo de urbanização, acompanhando as transformações dos costumes, participando de negócios e ouvindo as histórias da gente da cidade.

Aliás, na década de 1870, houve um desenvolvimento acelerado da rede fluvial e marítima que facilitava o contato entre Fortaleza e outras províncias do Império e com o exterior e, por conseguinte, intensificava a circulação de gente, de mercadoria e de idéias. Partiam de Fortaleza, duas vezes por mês,

(...) navios para os portos de Belém, São Luís, Natal, João Pessoa, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Os vapores “Paraná”, “Cruzeiro do Sul” e “Pará”, da Cia. Brasileira de Transportes a Vapor realizavam esses trajetos (Oliveira, 2002: 15).

Do mesmo modo, duas vezes por mês zarpavam outras embarcações da Companhia de Vapores de Pernambuco, que estabeleciam um circuito interno e também intraprovincial; com destino a Recife, passando por Granja, Acaraú, Aracati, Mossoró,

Macau e Natal. Além dessas embarcações, partiam de Fortaleza com destino a São Luís, os vapores da Companhia do Maranhão, o “Gurupy”, o “Alcântara”, o “Maranhão” e o “Odorico Mendes”. Segundo o historiador Almir Oliveira, esses vapores faziam a rota São Luís, Parnaíba, Granja, Acaraú, Mundaú, Aracati e Mossoró e, através dessas linhas, os estudantes “vinham a Fortaleza para freqüentar os cursos secundários” (Oliveira, 2002: 16).

Ainda segundo Oliveira,

Para o exterior, a “Liverpool and Northern Brazil” partia duas vezes ao mês para Liverpool, com escalas em São Luís, Belém e Lisboa. Cruzavam o Atlântico os vapores “Augustine”, “Jerone”, “Ambroise” e “Bernard”. Já a “Red Cross Line”, que batizara um de seus vapores com o nome de “Cearense”, também fazia seus embarques nos dias 18 e 30 de cada mês, fazendo o mesmo trajeto (Oliveira, 2002: 16.).

Esse tráfego de vapores entre as províncias e o exterior permitiu a intensificação da circulação de mercadorias e também de idéias. Jovens saíam para estudar Direito em Recife, São Paulo ou mesmo em Coimbra; para estudar Medicina ou Farmácia, em Salvador ou no Rio de Janeiro, entre outros cursos; saíam para trabalhar, como foi o caso de um dos irmãos de Emília, e voltavam bacharéis, boêmios e literatos. Recebiam e enviavam livros, revistas, jornais, correspondências. Circulavam mercadores, mascates, caixeiros.

Nesse contexto, intensificava-se também o tráfico de escravos, o que Emília Freitas de algum modo acompanhava. Tanto é assim que incorporou essa problemática a partir de diferentes perspectivas à sua produção poética.

Em *A mãe Escrava*, a poetisa faz referência direta ao tráfico interprovincial, isto é, ao comércio de escravizados entre as províncias, que passou a ser efetuado no Brasil na segunda metade do século XIX, após a abolição do tráfico atlântico. Em seus versos, o eu lírico relata que uma escrava em prantos caiu-lhe aos pés e, ao assumir a

voz da liberta, assinala que a escrava desesperada, sem ter a quem recorrer, maldisse da alforria e da liberdade por não lhe garantirem, por exemplo, proteção aos filhos, que foram levados involuntariamente para o interior de um negreiro que logo seguiria rumo ao Sul (poema 10/anexo).

O poema apresenta um aspecto que Constância Duarte já sublinhara sobre a autoria feminina – verificado também em *Úrsula* e em *D. Narcisa Villar* – no que se refere à questão da escravidão. As escritoras não apenas criticam a instituição escravista, mas atribuem “voz também a este escravo”, no caso do poema de Emília, à recém-liberta (Duarte, 1995: 158).

Desvela-se, assim, um eu lírico sensível para com o sofrimento da escrava e, ao mesmo tempo, denunciante dos recursos cruéis do tráfico interprovincial. Ao discorrer sobre tais assuntos, faz-se notório o apelo humanitário desse eu lírico, que se aproxima da tendência antiescravista vigente no Império, assinalado anteriormente. Além disso, nesse poema, constam traços de certa melancolia e pessimismo (*Mas daquela infeliz tantos soluços/Não tocou neste mundo a mais ninguém*), identificado também em outros poemas de Emília Freitas.

Tanto o tráfico interprovincial quanto os tons melancólicos da poetisa intensificaram-se quando a província cearense passou a enfrentar rigorosa seca entre 1877 e 1879, ocasionando o deslocamento de populações do interior para a capital e para outras regiões do Império (Silva, 2002: 89-109; Lira Neto, 1999: 92-5; Neves, 2000: 84). A seca acarretou prejuízos elevados ao setor agropastoril cearense, tendo a província perdido 90% de seu gado ao longo dos três anos. Nesse cenário,

(...) os escravos foram os únicos bens disponíveis dos quais lançou mão a maioria dos senhores que estavam em extrema necessidade. E assim, a província exportou, oficialmente, naqueles três anos de estiagem, mais de seis mil escravos (Silva, 2002: 107).

Muitas famílias deixaram suas terras em direção à capital. Muitas pessoas morreram de fome e tantas outras, flageladas, ocuparam diferentes cantos de Fortaleza. A situação era tão calamitosa que o governo da província autorizou a emigração. Segundo Lira Neto,

Para diminuir o número de retirantes em Fortaleza, o governo autorizou o embarque de centenas de flagelados para a Amazônia. As condições de transporte eram as piores possíveis. Os emigrantes viajavam amontoados no porão de navios fretados exclusivamente com esse fim. No embarque muitas mães foram separadas dos filhos, maridos de mulheres, irmãos de irmãs, levados em barcos diferentes (Lira Neto, 1999: 92).

Não bastando tantos transtornos, os jornais que Emília Freitas lia traziam notícias sobre a violência vivida por mulheres naquele período. Segundo o mencionado autor, eles “acusavam ainda os encarregados do transporte de violentar as filhas dos retirantes durante a viagem” (Idem). Paralelamente às mazelas provenientes da seca, houve uma epidemia de varíola que levou à morte cerca de 119.000 pessoas, sendo 58.000 apenas na capital cearense.

Uma testemunha ocular desse trágico episódio foi Rodolfo Teófilo, jovem farmacêutico residente em Fortaleza, da família de Juvenal Galeno – precursor da poesia regional –, que, em setembro de 1878, obteve notícias do surto de varíola grassando nos arredores de Aracati. Ele soube que, através do porto daquela cidade, entravam dezenas de pessoas fugindo da epidemia instalada na província do Rio Grande do Norte e, com isto, previa que era questão de dias para a doença se alastrar por toda a província cearense, afinal as pessoas circulavam pela região, sobretudo na condição de retirantes da seca (Lira Neto, 1999: 94).

A previsão de Rodolfo Teófilo fora certa, a peste chegou de forma avassaladora em Fortaleza, cujo sistema sanitário era tão precário quanto o da maioria das cidades do Império, tendo total despreparo para lidar com epidemias, sobretudo para

orientar a população ressabiada. Em sendo assim, até o translado das vítimas de varíola ou “bexiga”, como era popularmente denominada, contribuiu para proliferar a doença.

De acordo com Lira Neto,

(...) Os cadáveres dos variolosos, decompostos pelas feridas da doença, eram conduzidos a céu aberto. Muitos corpos, em que a varíola havia separado a carne dos ossos, eram socados em sacos de estopa, que depois se amarravam a um pau para facilitar o transporte (Lira Neto, 1999: 95).

Evidentemente que em tais condições, acrescidas dos descuidos domésticos, a peste – outra denominação da epidemia de varíola na região – alastrar-se-ia por toda a província. Tanto foi assim que em dezembro de 1878

(...) Trinta e três graus à sombra. Como previra Rodolfo, a varíola já não atacava apenas flagelados. Rara era a família que não estivesse de luto fechado. A cidade parou por completo para chorar os mortos (Lira Neto, 1999: 97-8).

Seca, fome, morte, enfermidade. Não escapava família alguma e os senhores intensificavam o comércio de escravos como forma, inclusive, de não perder totalmente seus patrimônios.

A família de Emília não escapou dessa epidemia. Já em 1876, Cícero Cincinato de Freitas, irmão da poetisa, tornou-se vítima de bexiga, em Recife, onde trabalhava de caixeiro. Nessa época, a poetisa já possuía alguma notoriedade em Fortaleza, o que lhe permitiu ter espaço bastante significativo em um dos principais periódicos da região, *Cearense*, para publicar uma homenagem ao irmão. Na matéria, cujo texto tem certo formato de necrológio, a poetisa inicia com uma estrofe de Gonçalves Dias, indício de seu repertório de leituras, assinalando:

“Ao túmulo de meu irmão Cícero de Freitas”
Quem me dera ter com eles!
Quem me dera descansar!
Nesse pobre cemitério
Quem me dera o meu lugar,

*E com os sons das harpas dos anjos
Da minha harpa os sons casar!*

G. Dias

O tom elegíaco torna-se bastante ilustrativo da expressão de dor acarretada pela morte do irmão, o que reitera uma das marcas poéticas de Emília, qual seja, o registro de perda, de ausência, de saudade. Ao mesmo tempo, confirma o traço autobiográfico de sua produção intelectual e poética. Além disso, a matéria traz elementos tanto da sua atividade leitora como de aspectos de sua religiosidade – que será abordada no terceiro capítulo –, conforme segue:

Voa minha alma nas asas da tormenta ao vale dos finados! Quebra o silêncio aterrador da morte e deixa ressoar nos âmbitos dos mausoléus a linguagem simples do coração nestas entrecortadas frases:
Cícero!... Cícero!... desperta, meu querido irmão! A distância não privou aos que te amavam de virem soluçar sobre a pedra de teu túmulo! (...) Adeus... logo nos veremos... não neste período de infortúnios, recinto de dor; mas na grandeza do infinito! No esplendor da Eternidade! Sim; é mergulhando na noite dos túmulos que se pode contemplar a interminável manhã da pátria celestial! É do sono da morte que se desperta na vida! (Freitas - 13 de outubro de 1876)

Nesse fragmento, a poetisa não apenas apresenta indícios de sua cultura judaico-cristã, ao sugerir a vida eterna, como também indica certo gosto clássico, inspirado provavelmente na leitura de *Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, em que o protagonista, Telêmaco, desce ao vale dos mortos à procura de seu pai, Ulisses. Este gosto, expresso na literatura das primeiras escritoras brasileiras, de acordo com Nádya Gotlib, deve ter sido cultivado por Emília nas consultas à biblioteca paterna (Gotlib, 2003: 29).

Voltando à publicação de homenagem ao irmão, encontra-se o seguinte poema:

*Quem me dera também quebrado o laço
Do meu insofrível cativo!...
Quem me dera à sombra de um cipreste*

Já dormir meu sono derradeiro!

*Ali não penetra o rouco som
Da voz gutural do desgraçado!
Nem a falsa harmonia dos festins
Nem do prazer o riso envenenado!*

*Os justos ali talvez se entreguem
De um sonho feliz ao gozo lento,
Sem lhes pesar dos que ainda vivem
O estúpido e crasso esquecimento!*

A melancolia dá o tom desse poema e desvela a insatisfação para com a vida, concebida como cativeiro e lugar de sofrimento. No poema, a ficção e a vida se entrelaçam: os temas, próprios do romantismo, têm como motivo uma marca autobiográfica de Emília Freitas – a morte do irmão. Do mesmo modo, sugere certa crítica social sublinhada explicitamente na sequência do texto:

Oh! Almas pervertidas, lembrai-vos do nada que somos! Senhores científicos, reconhecei vossa impotência! Nobres da terra, porque confiais no poder do vosso ouro? De um momento para outro sois quebrado como um vime ou desapareceis com um sopro como um pouco de espuma!...
(...)(Freitas - 13 de outubro de 1876).

Além do tom de revolta acarretado pela morte do irmão, em Recife, nota-se que há grande destemor em criticar a elite pela ostentação – seja do conhecimento científico em voga, seja do poder econômico – expressa, certamente, nos salões e por meio de comportamentos cotidianos considerados soberbos, normativos e excludentes. Essa crítica à elite, em meio aos primeiros sinais da peste, demonstra amadurecido senso político, desvelando uma das marcas significativas da produção intelectual da escritora, seja em prosa ou em verso, que a aproxima da tendência literária das décadas de 1870 e 1880, verificada tanto em Recife quanto no exterior, cuja característica

principal é o engajamento crítico acarretado pelo anseio “para construir um novo mundo” (Needell, 1993: 220)¹⁰.

A crítica social localizada na produção intelectual de Emília Freitas dialoga com as idéias liberais circuladas no âmbito doméstico, bem como com a experiência de travessia, isto é, da transferência de sua família da região do Jaguaribe para Fortaleza, quando ela passou a sentir o peso da ausência paterna na sociedade patriarcal, tanto quanto o distanciamento, por conseguinte, o desamparo dos amigos da família.

Todavia, além desse aspecto político deflagrado na referência à elite, especialmente aos “senhores científicos” e aos “nobres da terra”, é interessante destacar o viés filosófico implícito ao referido fragmento, configurando outra marca bastante presente na produção intelectual dessa escritora. Trata-se da constatação de impotência diante da “inevitabilidade da morte”, o que também será uma problemática cara aos literatos finiseculares, assim como o era para os românticos (Rouanet, 1999: 22; Praz, 1996).

Ao considerar a data do referido necrológio e o seu teor crítico, há de se presumir que Emília, em 1876, já estava engajada social e intelectualmente. Tanto é assim que, no ano seguinte, já tecia explicitamente críticas severas ao tráfico interprovincial, por meio de sua lira.

Saliente-se que, ainda em 1876, Emília compôs um outro poema com teor similar, dedicado ao referido irmão, e publicou-o anos mais tarde em *Canções do Lar*, o que indica que ela voltava aos poemas, trabalhava-os e adquiria talvez versões ou séries de mesma temática (poema 11/anexo).

Além disso, como leitora, deve ter consumido nos jornais da época os poemas antiescravistas como, por exemplo, os do poeta Juvenal Galeno, de Castro

¹⁰ A crítica ao processo de modernização do Brasil, especialmente à arrogância da elite letrada do país, é verificada na produção intelectual de Emília Freitas, datada do final da década de 1890, principalmente

Alves e de tantos outros e outras presentes nas páginas de diferentes periódicos. E conhecia de perto os freqüentes anúncios de “compra e venda” de escravos, que também explicam seu contato com a sofrida realidade dos afro-descendentes.

Dentre esses anúncios, seguem algumas transcrições para ilustrar:

Vende-se uma escrava preta com 17 anos de idade, de bonita figura, para todo serviço doméstico, e um moleque de 3 anos, filho da mesma: tratar com Tito Antonio da Rocha (*Pedro II. Fortaleza/ 16.10.1871*).

Escrava. Vende-se uma com 27 anos de idade e uma filha com 8 anos, e – sendo boa lavadeira e engomadeira; também sabe coser e fazer qualquer outro serviço de casa. A tratar na Livraria de J.J. Oliveira & Cia, à praça do Ferreira n. 10. (*Pedro II. Fortaleza/ 26.01.1878*).

ESCRAVAS. Vende-se uma escrava com uma filha de 3 anos, também escrava: quem pretender dirija-se ao abaixo assinado João Chrysostomo da Silva Jatahy (*Pedro II. Fortaleza/ 17.05.1873*) (*Apud* Silva, 2002: 102).

Como não poderia deixar de ser, paralelamente a peste continuava fazendo suas vítimas em meio à falta de chuvas, adentrando-se em 1878. Logo nos primeiros meses daquele ano, Antônio Henrique de Freitas, o irmão de Emília que amparara a família na orfandade, não resistiu à varíola e faleceu também.

No jornal *Cearense*, em 02 de maio de 1878, consta a seguinte nota de falecimento:

FALECIMENTO – Faleceu nesta capital o senhor Antônio Henrique de Freitas, empregado do correio desta capital. Moço ainda e já era o único arrimo de uma numerosa família composta de sua velha mãe e irmãos. Era um moço muito bem comportado.

À sua família nossos pêsames (*Apud* Cunha a: 1986, 290)¹¹.

Semanas depois, Emília publicou no mesmo jornal um longo poema em memória aos irmãos falecidos: João Baptista de Freitas, Cícero Cicinato de Freitas, Carlos Augusto de Freitas e Antônio de Freitas (poema 12/anexo). Esse poema, assim como outros, contém tons nostálgicos, melancólicos e magoados. A poetisa, nele,

no romance *A Rainha do ignoto*, conforme será abordado adiante.

¹¹ O jornal *O Cearense* referente ao ano de 1878 não foi localizado. Toda essa nota e mais o poema seguinte foram extraídos de Maryse Cunha.

confirma o perfil paterno, traçado anteriormente, bem como enfatiza a solidão e a falta de amparo por parte de amigos da família, após a morte do pai, Antônio José de Freitas. O eu lírico destaca, de um lado, a ausência de recursos; de outro, a força de sua família para superar as dificuldades.

Em seguida, discorre sobre cada um dos irmãos falecidos, destacando seus perfis, aspectos de sua relação particular com cada um deles e as circunstâncias da morte. Ao final do longo poema, consta o apelo – grito de dor e pedido de socorro para evitar o suicídio. Tratava-se de recurso poético que Emília utilizava para expressar seus sentimentos pela morte dos entes queridos. Esse lamento obtinha, certamente, ecos, ou seja, recepção em inúmeras outras residências, pois era um tempo de muitas perdas e muito sofrimento acarretado pela seca e pela peste.

Em meio à expressão de desamparo, um dos irmãos mais jovens de Emília, leitor ou ouvinte de tais poemas, ocupando o lugar da ordem social estabelecida, isto é masculino e branco, deve ter realizado algum comentário desaprovando o fato de Emília expor seus sentimentos publicamente, conforme é possível notar no poema *Bem Sei* dedicado a ele, Alfredo de Freitas (poema 13/anexo).

Em tal poema, a poetisa, por meio do eu lírico notadamente feminino, rompe com a tendência de os sentimentos ficarem restritos ao âmbito doméstico, principalmente de a mulher não poder ocupar o espaço público, tendo de enfrentar dificuldades e diferentes tipos de preconceitos quando se arriscava (Cunha c, 1998: 46-7). Por outro lado, observa-se o veio romântico, segundo o qual a obra é expressão dos sentimentos e pensamentos do autor (Jobim, 1999: 134). Nota-se, ainda, que o eu lírico, colocando-se no lugar do pobre, cujas histórias também devem ser contadas, sugere a criação de espaço de expressão para personagens consideradas marginais e silenciadas ao longo do tempo, que somente na contemporaneidade são recuperadas (Perrot, 1992).

Seguindo essa perspectiva, Emília Freitas vai ao encontro de Maria Benedita Borman que, transpondo o lugar reservado à mulher nos Oitocentos, além de ela própria tornar-se escritora, abordou em seu romance *Lésbia* (1890) a história de uma personagem feminina que se envereda pelas letras na sociedade carioca daquela época. O enredo desse livro traz, entre outros aspectos, as dificuldades enfrentadas por Lésbia, a protagonista, para decolar sua carreira literária, a ponto de o narrador destacar em certa passagem que:

Recebeu-a com frieza a imprensa, ou antes, nem se apercebeu daquela aparição, a pobre cega; os literatos, esses, viram-na muito bem, mas calaram-se, esperando talvez entibiar-lhe o ânimo e cortar-lhe os vãos. (Borman, 104).

Em Fortaleza, as mulheres precisaram se movimentar bastante para conseguir ocupar espaço público – eminentemente masculino. A escritora Emília Freitas dedicou-se, ao longo da década de 1870, a trabalhar sua lira e paulatinamente foi conquistando os espaços da cultura letrada, por exemplo, em solenidades e periódicos.

A poetisa dos escravos

No início dos anos de 1880, Emília Freitas já possuía trânsito na sociedade cearense, sendo conhecida principalmente por sua atuação em prol da abolição da escravidão. Ela integrava o contingente reduzido, porém atuante, de mulheres que, naquela época, em diferentes regiões, além de usarem de suas penas para condenar o sistema escravista, colaboravam com jornais ou criavam uma imprensa de orientação explicitamente abolicionista como foi o caso de *Ave Libertas*, em Pernambuco (Ferreira, 1990: 137).

Ao se rastrear a história política brasileira, em particular as rebeliões e o movimento abolicionista, localizam-se mulheres participando diretamente desses

acontecimentos (Medeiros, 1988). Além de nomes mais conhecidos como Nísia Floresta, Júlia Lopes, Francisca Júlia, entre outras, encontram-se inúmeras mulheres que, escrevendo livros ou poemas ou em salas de aula ou participando de reuniões, intervinham socialmente para abolir a escravidão e mudar a ordem política brasileira (Bernardes, 1976; Muzart: 2000).

Por essa razão, os apontamentos de Luzilá Ferreira sobre a luta das pernambucanas pela abolição se estendem também para outras regiões. Nas diferentes províncias localizam-se mulheres atuando ao menos em três níveis: o primeiro, empreendendo ações individuais que garantiram a concessão/obtenção de alforrias de escravos. Tratam-se, conforme assinalou Ferreira, de

(...) gestos individuais, envolvendo lutadoras solitárias, escravas que tomavam em mão seus destinos, ou matriarcas que decidiam dos destinos das famílias e dos seus bens, concedendo cartas de alforria aos seus escravos, gestos esses de alcance relativo sobre a comunidade. Pensar também aqui, nas escravas que à custa de seu trabalho conseguiam comprar a própria liberdade (Ferreira, 1999: 41).

Além desse tipo de atuação, observam-se outras ações individuais “mas com ressonância no seio da comunidade”. A referida autora cita os atos abolicionistas da cantora Senespleda, em Recife, em meados dos Oitocentos, que repercutiam em toda a sociedade. Os poemas e artigos publicados nos jornais e conferências pronunciadas em lugares públicos também obtinham este efeito. Por fim, identifica-se a atuação coletiva, organizada e estruturada em associações femininas.

É nesse horizonte de atuação que Emília Freitas tornou-se uma mulher de posicionamento político bastante definido acerca de diferentes temas, recitando poemas em público e colaborando com agremiações abolicionistas que pululavam na província cearense, tal qual em outras províncias do Império (Medeiros, 1988; Needell, 1993).

O traço abolicionista de sua produção poética, verificado também nas líras de outras poetisas contemporâneas suas, como Serafina Ponte Rosa (1850 a 1923) e Francisca Clotilde (1862 a 1935)¹², tanto confirma a inserção de mulheres nas atividades em prol da libertação dos escravizados, como relaciona a produção literária de autoria feminina à intervenção social, sendo este último movimento empreendido por intelectuais dos três últimos decênios do século XIX, que visavam à modernização do país. Segundo Sevcenko, eles “tendiam a considerar-se não só como agentes dessa corrente transformadora, mas como a própria condição precípua do seus desencadeamento e realização” (Sevcenko, 1993: 80-1).

Esse propósito de transformar a sociedade era assumido, então, não apenas por homens mais também por diferentes mulheres. Além daquelas já mencionadas, a professora e poetisa pernambucana Ignez Pessoa (1854 a 1892), por exemplo, escrevia artigos e poemas contra a monarquia e a escravidão. Ela esteve, inclusive, entre as fundadoras do Clube Frei Caneca, que se opunha abertamente aos excessos da monarquia (Ferreira, 1999: 57). Em um de seus artigos, consta que:

Deus agiu por meio de alguns homens através dos quais a História se escreve e avança, os democratas, os abolicionistas, os que tiveram a coragem de arrancar a máscara infame dos escravocratas. A humanidade atual vive sob o signo do progresso: *tudo caminha e a liberdade não pode estacionar*, escreve Ignez (Idem: 61).

Do mesmo modo, a sua conterrânea, a poetisa e conferencista Maria Amélia de Queiroz, que teria sido aluna de Nísia Floresta, no Colégio Augusto, difundia idéias republicanas e feministas em suas andanças pelo Brasil, colaborando em diferentes

¹² Serafina Ponte Rosa nasceu no Rio de Janeiro, sendo “filha natural”, foi adotada por uma família cearense e, com ela, mudou-se para Fortaleza, em 1873, onde viveu até falecer, em 1923. Sobre a escritora, ver: Constância L. Duarte. In: Muzart, 2000, 455 a 468. Francisca Clotilde nasceu no Ceará e lá se engajou no abolicionismo e na defesa dos direitos femininos, tendo publicado artigos nos periódicos locais e o romance *A divorciada*, em 1902 (Silva c: 2002.).

periódicos nos quais publicava os textos de suas conferências como, por exemplo, “em favor da redenção dos cativos” (Ferreira, 1999: 62).

Além disso, ela incitava as mulheres a participarem das mudanças necessárias para a transformação do país, como é possível observar no seguinte trecho:

Eu venho, nesta ocasião oportuna, protestar solenemente contra a inércia, indiferentismo e desânimo em que até hoje tem vivido a mulher infelizmente no Brasil.

É preciso, minhas amáveis patrícias, que a mulher se convença de uma vez para sempre, que já é tempo de levantar um brado de indignação contra o passado ignominioso de tantas raças malditas.

A mulher também é capaz de grandes e altos cometimentos (*Apud* Ferreira, 1999: 67).

Essa tendência literária coincidiu com o recrudescimento das pressões políticas para se estabelecer o término da escravidão no Brasil. Relaciona-se ao processo de modernização iniciado na Europa a partir da Revolução Industrial que, por um lado, estimulou a elite letrada brasileira a refletir sobre a situação político-sócio-econômica do país e, de outro, exigiu do Império brasileiro a elaboração de medidas legais, ao longo do século XIX, como, por exemplo, a decretação da lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871).

O cenário de mudanças estimulado pela congruência de várias vertentes, seja literária, política ou mesmo econômica, é considerado pela historiadora Célia Azevedo como

(...) um período que se caracterizou pela propaganda abolicionista propriamente dita. A princípio desenvolvida na imprensa, em tribunas parlamentares e conferências de salão, esta propaganda restringia-se praticamente aos limites estreitos da diminuta elite brasileira (Azevedo a, 1987: 88).

Todavia, a propaganda abolicionista contribuía para estimular certa mudança de costumes em parte de proprietários de escravos, conforme revelado em estudos sobre manumissões. Em relação ao Ceará, Alberto Silva assinala que “muitos

foram os senhores que libertaram seus escravos gratuitamente, em vez de vendê-los, e faziam empenho de deixar registrado naqueles documentos sua antipatia [para com a] escravidão” (Silva, 2002: 187).

Sabe-se, contudo, que o movimento abolicionista que se formou no Brasil – conforme assinalado anteriormente – não era homogêneo, guardando certa ambigüidade, própria, inclusive, da extensão territorial e da diversidade do Império. Mas, de um modo geral, para Célia Azevedo, os abolicionistas eram menos radicais e mais reformistas ao defenderem fundamentalmente a alteração da lei sobre a escravidão, o que garantia ao movimento encontrar pares mesmo entre a elite agrária. Segundo a historiadora,

(...) os abolicionistas mais propagandeavam a abolição do que se posicionavam firmemente a respeito, às vezes até mesmo assumindo propostas de emancipação gradual ou então de libertação com prestação compulsória de serviços aos ex-senhores ainda por alguns anos (Azevedo a, 1987: 88).

Ainda de acordo com Célia Azevedo, verifica-se que o ideário abolicionista a partir da década de 1880, apesar de ambíguo,

toma o vulto de um grande movimento urbano e popular, espalhando-se pelas ruas em acalorados comícios, manifestações e conflitos violentos com a polícia. Apesar de fazerem críticas à estrutura fundiária, caracterizada pela grande propriedade monocultura de produção extensiva de gêneros de exportação, os abolicionistas sempre deixavam claro que a sua intenção não era revolucionária, mas tão-somente reformista (Idem).

Mas essa tendência reformista aos poucos se esvai na província cearense e, apesar do movimento abolicionista ter adotado um viés mais radical, como se verifica inclusive na poética de Emília Freitas, não ocorreu conflito intenso entre abolicionistas e escravagistas. O debate foi acirrado através de jornais, que se filiavam às tendências conservadoras ou liberais e, com isso, publicavam artigos tanto favoráveis como

contrários à abolição, mobilizando a opinião pública, ainda incipiente, para um ou outro lado (Funes, 2000: 130).

Do mesmo modo, em Pernambuco, as mulheres que redigiam o *Ave Libertas*, já na segunda metade da década de 1880, defendiam a abolição, insistindo que aquela reivindicação era parte de uma ação mais ampla em defesa da libertação política do país. Elas se colocavam como integrantes de “um movimento maior, que teve início com a Revolução Francesa”. Segundo Luzilá Ferreira,

Odília Pompílio, Ernestina Barros, Ismênia Maria Duarte Pinheiro se sentem herdeiras do Iluminismo e são conscientes de fazer parte de uma linhagem de mulheres ilustres que honram o sexo, através da História, como Charlotte Corday, como as espartanas, como Cornélia, a célebre romana mãe dos Gracos, como Joana D’Arc (Ferreira, 1999: 97).

Esse vulto de movimento urbano do abolicionismo, tanto cearense como de outras províncias do Império, tornou-se possível, entre outras razões, devido à estruturação de agremiações específicas em prol da libertação dos escravizados, a partir do final dos anos de 1870, o que contou, evidentemente, com a participação feminina.

A prática de formar agremiações estava em curso, no Ceará, desde o início da referida década, com a instalação, por exemplo, da *Academia Francesa* que tinha, entre seus membros, Capistrano de Abreu, Thomas Pompeu Filho, Araripe Júnior, Raimundo da Rocha Lima, entre outros cujo propósito era realizar leituras e debater sobre a filosofia positivista de Augusto Comte (Oliveira, 2002: 24.).

No cotidiano dessas agremiações as implicações filosóficas, políticas e econômicas da manutenção do sistema escravista eram, certamente, assuntos de conversas, que criavam condições para o desenvolvimento de idéias emancipacionistas, isto é, para alforriar escravos. Ao mesmo tempo, contribuía para que a província cearense se tornasse precursora da abolição da escravidão no Brasil, em 1884.

É o caso, por exemplo, da *Perseverança e Porvir*, outra entidade formada em 1879, sem finalidade literária e voltada para tratar de negócios de seus dez membros fundadores no contexto de crise da seca, mas que adotou propósitos libertadores. A diretoria dessa sociedade, ao avaliar em 1880 o reduzido número de alforrias realizadas até aquele momento, cogitou a criação de uma associação feminina com o objetivo específico de trabalhar pela manumissão de escravos, o que foi registrado em seu livro de atas, conforme segue:

Tratou-se do projeto de criação de uma sociedade humanitária beneficente, sob auspícios da “Perseverança e Porvir”, entre senhoras, cujo fim é oferecerem além de módicas jóias e mensalidades, trabalhos de sua manufatura que serão anual ou semestralmente vendidos em leilão público e os seus produtos reverterão em partes iguais para benefício da dita projetada Sociedade e da emancipação de escravas (...) (*Apud* Silva, 2002: 194).

Na ata consta ainda o encaminhamento de convidar algumas senhoras de Fortaleza para compor a entidade beneficente, possivelmente as esposas de membros da *Perseverança e Porvir*, e outras mulheres com atuação destacada na sociedade. Esse fato sugere certa reflexão e mirada em torno de um determinado perfil feminino, bem como reitera um dos papéis sociais destinado à mulher na sociedade oitocentista, qual seja, o da mulher zelosa, que cuidava, realizava prendas, as ditas “manufaturas”, e que se responsabilizava pela beneficência.

Observa-se, ainda, que a proposta registrada nessa ata desenhava uma estratégia que era a de centrar a atuação da nova agremiação, composta de mulheres, na emancipação especialmente de escravas. Isto remete à lei do *Ventre Livre* (1871), segundo a qual filhos de escravizadas nasceriam livres, o que poderia ser um caminho para precipitar a abolição da escravatura.

A proposição de se formar associações especificamente femininas com finalidade abolicionista já se verificava, naquela ocasião, em certas províncias como a

Paraíba, por exemplo. Consta no livro do poeta Juvenal Galeno, *Lendas e Canções Populares*, publicado em 1865, em Fortaleza, a transcrição de uma carta que o poeta teria enviado a D. Maria Bárbara Gaioso, em 1864, congratulando-a por ter fundado naquela província uma sociedade “com o fim de libertar os escravos” (Azevedo b, 1984: 32).

Segundo Sânzio de Azevedo, nessa correspondência o poeta Juvenal Galeno teria registrado:

(...) consenti que assim prove a veneração e estima que vos consagro; e que assim proteste a minha adesão à missão divina de que vos encarregastes. Aceitai-a, e escrevei o meu nome na lista de vossos consócios (*Apud*. Azevedo b, 1984: 32).

Em relação à província do Ceará, a proposta inicial de formar uma associação feminina para tratar exclusivamente das manumissões obteve outro desdobramento, pelo menos naquele momento. José Correia do Amaral, em contato com outros interessados da *Perseverança e Porvir*, resolveu fundar uma sociedade especificamente abolicionista composta exclusivamente de homens, confirmando assim a tendência masculina das agremiações do período. Desse modo, somente mais tarde foi aceita, oficialmente, a participação de senhoras e senhoritas abolicionistas.

Em 8 de dezembro de 1880, instituiu-se solenemente em Fortaleza a Sociedade Cearense Libertadora. Essa solenidade contou com a presença de representantes das principais instituições beneficentes e culturais do Ceará, expressando mesmo a heterogeneidade de pensamento em torno da questão da escravidão, além da presença de intelectuais, artistas e demais abolicionistas da cidade. Possivelmente, as esposas dos partícipes e demais mulheres, como Emília Freitas, participaram do evento, mas os registros da presença feminina nessa solenidade não foram localizados.

Na ocasião, coube à *Perseverança e Porvir* indicar provisoriamente a diretoria da *Sociedade Libertadora*, compondo-a de onze membros, entre os quais: Presidente, João Cordeiro; Vice-presidente, José Correia do Amaral; 1.º Secretário, Frederico Augusto Borges; 2.º. Secretário, Antônio Bezerra de Menezes.

A heterogeneidade dos partícipes da cerimônia refletia na própria composição da diretoria da referida entidade, indicando certa tendência reformista do movimento abolicionista cearense, localizada por Célia Azevedo nas províncias do Sul. Entretanto, as divergências logo ficaram evidentes quando da publicação do *Libertador*, órgão oficial da *Sociedade Libertadora*, sugerindo a futura cisão no âmbito da agremiação. Através desse periódico, observou-se certo direcionamento radical de parte da diretoria, em particular de João Cordeiro e de Antônio Bezerra de Menezes, sendo este último responsável pelo jornal. É desse grupo que Emília Freitas se aproximará, tornando-se inclusive amiga de Carolina Cordeiro, esposa de João Cordeiro – para quem, anos mais tarde, comporá em sua homenagem um poema, quando de seu falecimento (BPEC. *Libertador*, 25/03/1884).

Segundo o historiador Pedro Silva, o primeiro número do *Libertador* tornou-se emblemático dessa tendência radical de parte da diretoria da agremiação que, mesmo indicando uma visão humanista, “expressa na divisa: ‘ama a teu próximo como a ti mesmo’ (...)”, fez questão de sublinhar: “sua missão é de amor; mas não vem trazer a paz. A liberdade só combate com a espada; porque a tirania não cede à razão e nem conhece o direito (...)” (*Libertador*, 1/01/1881. *apud* Silva, 2002: 197).

A partir daí, utilizando-se de linguagem direta e incisiva contra a escravidão e seus beneficiários, e apregoando o “princípio cristão de que todas as pessoas são irmãs perante Deus, sendo a liberdade um bem supremo que não pode ser negado ao homem”, o *Libertador* oficializou o início do movimento abolicionista no Ceará, posicionando-se

e promovendo ações consideradas radicais. Para tanto, evocava “os princípios revolucionários franceses (Liberdade, Igualdade e Fraternidade)” (Silva, 2002: 198).

Uma de suas ações foi combater o tráfico interprovincial que ainda se exercia nos anos de 1880, no Ceará. Foi adotada uma ação mais contundente, publicando no *Libertador* o seguinte anúncio: “Paga-se muito bem a quem fornecer a lista completa de todos os negociantes de escravos, corretores e mais tiranos.” (*Apud* Silva, 2002: 200). É claro que este anúncio repercutia na sociedade cearense, estimulando interessados em recompensas e gerando certa apreensão aos traficantes e aos negociantes de escravos, além de caracterizar o grupo como radical.

Outra intervenção emblemática da *Sociedade Cearense Libertadora* foi organizar o fechamento do porto de Fortaleza, para impedir a saída de escravizados da província, entre os dias 27 e 30 de janeiro de 1881. Essa idéia implicou a articulação de um grupo, envolvendo funcionários do Porto que, por sua vez, mobilizaram os lancheiros, ou seja, as pessoas que transportavam os escravos da praia aos vapores (Silva, 2002: 202).

Dias antes, membros da *Sociedade Libertadora* souberam que o embarque ocorreria no dia 27 de janeiro e a esse respeito consta:

A noite de 26 não os deixou dormir, nem a muito mais Antônio Cruz, Antônio Martins, José Theodorico, Antônio Bezerra, Isaac Amaral, João Carlos Jatahi. Aos três últimos coube aliciar gente, em maior quantidade possível, para achar-se na praia, na hora do embarque. Da greve dos jangadeiros se encarregaram os outros. E se viesse a falhar, aos elementos aliados do povo tocava promover desordem momentânea, de modo a poderem fugir os escravos (Girão, 1984: 105 *Apud* Silva, 2002: 202).

A ação obteve êxito: no dia seguinte, dia 27 de janeiro, os trabalhadores do porto e a população que se concentrou na praia impediram a embarcação de catorze escravos que seriam levados para as províncias do Sul, no navio *Pará*. Todos juntos bradavam: “no porto do Ceará não se embarcam mais escravos”. Este movimento

entrou para a História como a greve dos jangadeiros, tendo como expoente o mulato Francisco da Matilde, também conhecido como *Dragão do mar*¹³.

A mesma operação repetiu-se três dias depois, impedindo que o navio “Espírito Santo” transportasse para o Sul trinta e oito escravos. Os traficantes, por sua vez, tentaram de todas as formas furar o bloqueio, inclusive procurando embarcar cativos pelo porto de Aracati. Contudo, também lá não obtiveram sucesso: a população aracatiense também não o permitiu (Silva, 2002: 202).

Essa foi uma entre uma série de ações mais incisivas da *Sociedade Libertadora* que não apenas obtinha êxito como extrapolava o âmbito da elite letrada e política, envolvendo a população de outras vilas e cidades da Província. Tais feitos adquiriam ainda mais notoriedade com a repercussão da notícia do movimento abolicionista cearense na capital do Império e nas províncias do Sul (Costa, 1998: 474).

Em agosto de 1881, a Sociedade Libertadora promoveu outra ação visando a impedir o envio de escravizados para Belém. Desta vez, havia a eminência de um conflito árduo, pois o chefe de polícia de Fortaleza tomara como provocação à sua autoridade a publicação de boletins acerca dos preparativos de impedimento do tráfico de escravos. Sendo assim, declarou: “ou os escravos embarcam ou corre sangue” (Silva, 2002: 213-4).

Mas o ato de resistência não resultou em tragédia porque entre a oficialidade havia quem defendesse a abolição e, dessa maneira, os abolicionistas cearenses contaram com o apoio do 15º Batalhão de Infantaria que, negligenciando de certa forma

¹³ O mito em torno da participação dos jangadeiros no movimento abolicionista, cujo propósito é atribuir caráter popular ao movimento abolicionista cearense, tem sido recentemente desconstruído. Pedro Silva assinala que jangadeiros eram pescadores muito pobres que não eram proprietários dessas embarcações e que foram compensados monetariamente para não furarem a greve. Além disso, o referido historiador aponta que as jangadas eram inadequadas para transportar os escravizados da praia aos navios, sendo tal traslado realizado por lanchas, embarcações “mais aperfeiçoadas que jangadas”. Silva destaca ainda que Francisco da Matilde não era jangadeiro, sendo, antes, proprietário de jangadas e encarregado do serviço de lanchas de uma firma exportadora, que comercializava escravos (Silva, 2002: 211-2).

ordens superiores, não reprimiu a manifestação da *Sociedade Libertadora* (Silva: 215). Em resposta ao apoio ofertado aos abolicionistas, dois anos depois, o próprio 15.º Batalhão de Infantaria fora transferido para Belém (idem).

Nas atividades da agremiação *Libertadora*, as mulheres participavam de diferentes maneiras: seja apoiando seus maridos, irmãos, sobrinhos ou filhos, realizando atividades específicas como coleta de prendas ou bingos, seja opinando em reuniões ou estando na praia para bradar contra o embarque de escravizados ou, ainda, compondo e declamando poesias, como era o caso de Emília Freitas e outras escritoras. Porém, reitera-se que as mulheres raramente aparecem nos registros, tanto documentais como historiográficos.

Nessa época, Emília Freitas continuava declamando seus poemas em escolas, clubes e solenidades da capital da Província e publicava seus versos em alguns dos jornais cearenses (*Cearense*, *Pedro II*, *Constituição*, *Gazeta do Norte* e *Libertador*), que traziam sempre algumas poesias tanto de poetas locais quanto de outras províncias.

Sânzio de Azevedo menciona os nomes dos seguintes poetas abolicionistas que publicavam suas composições nos periódicos oitocentistas cearenses: “João Batista Perdigão de Oliveira, Serafina Pontes, Joaquim Dias da Rocha, Emília Freitas, Augusto Xavier de Castro, F.F. Bezerril, Cunha Werres, Padre Frota e José Patrício de Castro Natalense” (Azevedo b, 1984: 34).

Apesar dos nomes citados e de muitos outros que não constam da referida lista, mas que são localizados em periódicos da Província, o autor assinala que “os três poetas oficiais do movimento foram Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa e Antônio Martins que reuniram mais tarde as suas peças de propaganda com o título de *Três Liras*” (idem).

Observa-se, pois, que Sânzio de Azevedo atribui um valor específico aos poemas abolicionistas, ao destacar seu caráter de propaganda. Além disso, aponta que:

(...) os poemas sobre a causa abolicionista eram feitos geralmente para serem declamados em praça pública, dependendo não só de uma qualidade estética, mas também de uma série de significantes parciais, como a entonação, talvez a mímica, e sobretudo o local e o momento da recitação quando toda uma multidão aguardava ansiosa as palavras candentes que haveriam de empolgar-lhe o espírito ávido de luta contra a escravidão (Azevedo b, 1984: 37).

Emília Freitas usava certamente desses recursos, ditos “significantes parciais”, para persuadir o público e, com isto, alcançar o efeito esperado com sua lira, como é possível esquadrihar em diferentes poemas que recitou pela cidade. Dentre a produção poética, constam o discurso e o conhecido poema declamado na solenidade de instalação da *Sociedade das Cearenses Libertadoras*.

Afinal, depois de anos, o propósito de integrar a ação feminina à *Sociedade Libertadora* foi retomado, porque as mulheres, ainda que informalmente, colaboravam com o referido intento, promovendo rifas e angariando doações, organizando bazares, entre outras atividades, a fim de obter divisas para comprarem manumissões.

A formalização da participação feminina na campanha abolicionista ocorreu, portanto, em janeiro de 1883, quando se instituiu a referida Sociedade, tendo como integrantes as esposas de sócios da *Sociedade Libertadora Cearense* e muitas outras senhoras e senhoritas de Fortaleza.

A agremiação foi composta de vinte e duas mulheres que formaram a direção da entidade e de outras sessenta e seis apoiadoras que já colaboravam com a campanha pela abolição da escravidão no Ceará, como as escritoras Emília Freitas, Francisca Clotilde e Serafina Rosa de Pontes (Schimmelpfeng, 1984: 16-7)¹⁴.

¹⁴A diretoria da *Cearenses Libertadoras* foi composta dos seguintes nomes: Diretora-geral, Maria Thomázia Figueira Lima; 1ª Vice-diretora, Carolina Cordeiro; 2ª. Vice-diretora, Luduvina Borges; 1ª

Emília Freitas, na ocasião, já era conhecida como a *poetisa dos escravos*, pois, já havia alguns anos, participava de recitais nos eventos sócio-políticos de Fortaleza, declamando seus poemas em prol da libertação dos escravizados. Sendo assim, teve espaço assegurado para discursar na solenidade de instalação da referida sociedade.

O discurso que Emília pronunciou na ocasião contém tópicos da melhor retórica como, por exemplo, a *modéstia afetada*, apropriada para circunstâncias de solenidade – ainda mais em sendo proferido por uma mulher – e um enredo, que lhe permitiu tirar muitos aplausos da ilustre platéia. Ela proferiu:

Senhores!

Exmas. Senhoras!

Antes de manifestar as minhas idéias, peço desculpa à ilustre SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA para aquela que sem títulos ou conhecimentos que a recomendem vem felicitá-la pela vitória alcançada na ditosa vila de Acarape¹⁵.

Depois imploro ainda permissão para, à sombra de sua imortal bandeira, aliar os seus esforços aos dessas distintas e humanitárias senhoras, oferecendo-lhes com sinceridade os únicos meios de que disponho: meus serviços e minha pena que, sem ser hábil, é em compensação guiada pelo poder da vontade.

Ela continuou a discursar manifestando uma visão bastante convencional – embora em menor grau para os dias de hoje – sobre o papel da mulher. Porém, é possível que se tratasse de estratégia para persuadir a audiência ou mesmo de *artimanha* – como assinala Zahidé Muzart (1994: 264) –, para atenuar a possível repercussão

Secretária, Jacintha Augusta Souto; 2ª dita, Elvira Pinho; Tesoureira, Eugênia Amaral. Demais diretoras: Virgínia Salgado; Maria Farias de Oliveira; Joana Antônia Bezerra; Luisa Torres de Albuquerque; Francisca Borges da Cunha Mamede; Isabel Vieira Teófilo; Jovina Jataí; Branca Rolim; Francisca Nunes da Cruz; Francisca Joaquina do Nascimento; Jesuína de Paula Pimentel; Maria D'Assunção dos Santos Castro; Maria Teófilo Martins; Estefânia Nunes de Mello; Marieta Pio de Castro e Nerina Martins de Sá.

¹⁵ Refere-se às conquistas com adesões e libertações que garantiram à vila de Acarape tornar-se, no interior do Ceará, a primeira vila da província a abolir a escravidão, em janeiro de 1883.

negativa que as incitações políticas que ela teceria na parte inicial do discurso acarretariam, em se tratando de manifestação feminina, conforme segue:

Ah! Bem felizes os que podem assinalar a época de sua existência com feitos que enobrecem e divinizam.

Neste momento é com verdadeiro prazer que pronuncio o nome da Exma. Sra. Maria Thomázia Figueira Lima e de suas dignas consórcias.

Como na França a admirável Roland ia às grades de um cárcere animar aos desventurados republicanos, eles hoje nos animam a trabalhar na grande obra que edifica a humanidade.

Com razão, a ninguém mais que a mulher assiste o direito de enxugar lágrimas.

Socorrer a miséria, mitigar dores, é a sublime missão que nos confiou a Providência.

A voz de nossos corações será em todos os tempos um hino de amor e consolação: portanto é de nosso dever auxiliar os heróis na árdua empresa de remissão dos cativos.

Nota-se que, nesse discurso de fundação da ala feminina da *Sociedade Libertadora*, a poetisa evoca uma ação republicana que, reitera-se, era bastante ousada para a época, sobretudo sendo defendida por uma mulher. Daí, em seguida, confirmar o lugar atribuído ao sexo feminino na sociedade, qual seja: o de cuidar, o de amar, o de consolar e o de auxiliar os homens. Talvez para atenuar, conforme assinalado acima, o impacto da continuidade de sua presumível audácia.

Saliente-se, entretanto, que a visão sobre o papel social da mulher proferida nesse discurso contraria o perfil de mulher elaborado e, de certo modo, defendido no romance *A Rainha do Ignoto* – conforme será tratado no segundo capítulo deste estudo –, além do próprio perfil de Emília Freitas, o que permite ressaltar o caráter retórico do pronunciamento.

Ao concluir o discurso, ela declamou um poema ainda mais ousado, pois defendia idéias relativas ao movimento abolicionista que eram consideradas bastante radicais no Brasil. Tal posicionamento, assumido por uma mulher, parece inédito ao menos na província cearense.

Emília Freitas recitou um longo poema de oitenta e dois versos, tecendo argumentos sobre a escravidão desrespeitar o direito natural, o Evangelho e o espírito cristão – núcleo central do pensamento abolicionista, que, anos mais tarde, será proferido também pelas mulheres abolicionistas, tanto de Pernambuco quanto de províncias do Sul (poema 13/anexo).

Nele consta o uso de elementos bíblicos que revelam o conhecimento da escritora sobre a religião cristã, aliás, presente também em outros poemas, como no que homenageia a tia Hermina Alcoforado (*Mas, sai aos domingos, vai à missa,/Faz a sua novena a S. José;/ Vive sempre estudando os livros sacros/ E as vezes propõe questões de fé*) (Freitas, 1891: 93).

A alusão à simbologia cristã não poderia ser diferente, ao considerar que os princípios católicos estavam impregnados na sociedade, apesar da circulação de idéias liberais e de a maçonaria, em particular, estar atuando em diferentes cidades brasileiras, afrontando, de certo modo, o catolicismo desde os anos de 1870 (Neves, 1998). Saliente-se que as mulheres ficavam ainda mais vulneráveis a tal concepção, uma vez que a imagem de mulher difundida com mais frequência no Império continuava associada à de Nossa Senhora, isto é, à imagem de mulher “abnegada, virtuosa, honesta e caridosa”, minuciosamente incutida no âmbito familiar, nas escolas e espaços de sociabilidade, sendo almejada pelos positivistas.

Observa-se ainda no poema apresentado na fundação da *Sociedade das Cearenses Libertadoras* que, independentemente da crença de Emília Freitas, a construção de imagem religiosa na abordagem da escravidão confirma a habilidade, inclusive retórica, da poetisa/oradora para persuadir os partícipes da solenidade.

No decorrer da declamação, a *Poetisa da escravidão* torna-se um tanto mais ousada ao criticar explicitamente os proprietários de escravos que exigiam indenização

para libertar seus cativos. Do mesmo modo, filiando-se ao pensamento abolicionista menos reformista, inclusive de alguns seguidores do positivismo, a poetisa defende, por meio de seus versos, a educação para os libertos. E, por fim, o eu lírico acusa a indiferença daqueles que não se sensibilizavam para com a causa da abolição, como se constata nos seguintes versos:

– *Nós que aqui nos reunimos,
Nem só ouro vos pedimos
Como também vossas graças;
Quem não tiver uma bolsa,
Por certo tem coração,
Dele empregue toda força,
Que os rebeldes cederão;
Pois só uma alma dormente
Jazerá indiferente
À causa da remissão!*

Através desse longo poema é possível perceber que Emília Freitas enveredava-se por idéias que não apenas evocavam o fim da escravidão, como também apontavam caminhos para incluir socialmente os libertos. Ela assinala a importância de se alterar a legislação sobre a escravidão no Brasil, alinhando-se ao caráter reformista do movimento abolicionista estudado por Célia Azevedo. Mas trafegava também por outra via, juntamente com os que pensavam um projeto de nação, ao defender para os libertos a instrução como possibilidade de eles se incluírem socialmente.

Anos mais tarde, Maria Amélia de Queiroz, em Pernambuco, fortaleceria essa tendência, embora se referindo aos libertos como “classes inferiores”, assinalando que:

O Brasil é o único país onde ainda há escravos, e a solução do problema trará à baila uma outra questão, a da educação das classes inferiores, indispensável para o desenvolvimento da nação, pois é a partir da ordem material que a ordem moral é transformada, conforme o atesta a ciência filosófica atual (Ferreira, 1999: 64-65).

Mas voltando à instalação da agremiação das Libertadoras, Emília foi muito aplaudida pelo público presente e seu poema publicado no *Libertador* e, anos mais

tarde, incluído em *Canções do Lar*. A publicação do poema no periódico pode sugerir, por um lado, o acolhimento das idéias radicais da poetisa; por outro, indica o reconhecimento da habilidade com que ela defendeu tais idéias.

A solenidade da ala feminina prosseguiu “nos salões do Clube Cearense, no Passeio Público, onde o hino da Sociedade Cearense Libertadora” foi tocado pela banda de música do 15º Batalhão. Em função dessa participação e da colaboração anterior com os abolicionistas, dois meses depois todo o batalhão seguiu para o exílio, em Belém do Pará (Schimmelpfeng, 1984: 27).

As atividades das agremiações Libertadoras – a masculina e a feminina – redobram o fôlego abolicionista na província cearense: angariavam recursos financeiros para alforriar escravizados; publicavam o *Libertador*; sensibilizavam proprietários de escravos; mantinham intercâmbio com outras associações, tanto da própria província como de outras regiões como, por exemplo, do Amazonas; intervinham no âmbito parlamentar e realizavam protestos.

Emília Freitas participava dessas atividades sempre compondo e declamando seus poemas. Dessa maneira, homenageou o 15º Batalhão no momento em que os soldados embarcaram para Belém, em 1883. Ela recitou outro longo poema de quinze estrofes, talvez para enfatizar a relevância de ser aquele o 15º batalhão (poema 14/anexo).

O embarque do batalhão deve ter sido um acontecimento solene. Apesar de seu caráter punitivo, devem ter comparecido ao porto as principais expressões políticas e intelectuais de orientação liberal e abolicionista da capital da província. Ressalte-se que Emília Freitas era colaboradora reconhecida da causa abolicionista e de questões sociais e, certamente, pessoa dotada de uma oratória apreciável – a ponto de declamar poemas publicamente, mesmo sendo tão extensos.

Apesar de o exílio do citado Batalhão configurar afronta ao movimento abolicionista cearense, é certo que os abolicionistas obtiveram muitas conquistas como, por exemplo, contribuir para a formação de uma associação composta exclusivamente de libertos, denominada *Club dos Libertos*. Em reconhecimento disso, essa agremiação resolveu homenagear a *Sociedade Cearense Libertadora* na figura de seu presidente, João Cordeiro, reunindo pessoas de destaque social, entre as quais Emília Freitas.

Em tal solenidade, ela novamente apresentou um poema, ao que parece, composto especialmente para essa finalidade. Nele, o eu lírico apresenta-se como se estivesse *também* a serviço da Sociedade das Cearenses Libertadoras (*Aquelas, que sem temor/A santa causa, abraçaram,/Também aqui me mandaram/Reproduzir seus louvores*) (poema 15/anexo).

Saliente-se que recitar poemas em solenidades era uma atividade que exigia produção poética, capacidade oratória e condições materiais, isto é, relativas à produção da imagem da poetisa, que devia estar vestida adequadamente para tais eventos. Portanto, essa atividade também pode ser tomada como reveladora do prestígio social de Emília.

Ainda no mencionado poema, observa-se mais uma vez o uso de recursos religioso e bíblico para persuadir os ouvintes e, talvez, para lembrar-lhes dos ensinamentos cristãos de caridade e amor ao próximo. Todavia, nele acompanha-se o eu lírico a manifestar um veio pacifista, que se quer estendê-lo aos ex-escravos (*O ódio é vil, é indigno! (...)/(...) O que os heróis derramaram/ Não foi sangue, foi suor!*), e a assumir a voz dos libertos. Isto confirma certa tendência da lira de Emília Freitas apontada anteriormente segundo a qual dá-se voz a personagens excluídas socialmente, tais como: os negros, as mulheres e os pobres. Ao mesmo tempo, desvela que a poetisa ocupava certo lugar de apaziguamento de possíveis tensões.

Além do apelo ao espírito cristão presente no poema, consta o emprego da metáfora da luz para associar a escravidão às trevas, o que, por sua vez, remete ao pensamento liberal em curso que relacionava o trabalho livre à modernidade – sendo isto fomentado desde o Iluminismo.

É importante salientar que as ações das *Sociedades Libertadoras* e de seus apoiadores encontraram ecos em quase toda a província, contribuindo para a formação de grupos abolicionistas nas diferentes cidades e vilas do Ceará. Tais sociedades recrudesceram a campanha abolicionista, acarretando o ‘efeito dominó’ de libertação de escravos. Inicialmente, foram libertados todos os escravizados de Acarape, atual município de Redenção e, em maio de 1883, Fortaleza libertou também todos os escravizados da cidade, o que foi amplamente festejado.

Na ocasião, Emília recitou um longo e emocionado poema, expressando no tom visceral o registro de quem viveu intensamente a campanha pela libertação dos escravos, estimulada desde a infância no âmbito familiar. É de fato um poema que exprime a satisfação pela vitória alcançada, porém sem deixar de acentuar que esse acontecimento era apenas um dos passos de todo o trajeto (poema 16/anexo).

Em tal poema, o eu lírico coloca-se novamente no lugar do escravizado, destacando seu sofrimento e dificuldades. Nele, observa-se que a poetisa faz alusão a dois outros poemas que compusera durante a campanha abolicionista: o sofrimento da mãe escrava (*A mãe escrava*) e o tráfico interprovincial (*Um escravo nos engenhos do sul*), indicando que, em seu processo de criação, voltava aos poemas e, a partir de alguns deles, compunha outros. Do mesmo modo, reitera-se que a abolição da escravidão adquire, nesses versos, um contorno humanista e cristão já localizado em outros poemas de Emília Freitas.

A poetisa evoca ainda a figura do jangadeiro como uma das vozes salutaras do processo abolicionista cearense, o que de certa maneira contribuía para a construção do mito acerca da atuação desse segmento, conforme mencionado acima.

Todavia, chama a atenção o veio político da poetisa que, para além de propagandista, em meio às comemorações pela libertação dos escravizados de Fortaleza, não deixou de evocar a importância de instruir, de educar os libertos. Ao mesmo tempo, nele, o eu lírico responsabiliza também o liberto por sua inclusão na sociedade, destacando a importância de ignorar as injustiças, de trabalhar e de estudar.

Mas a posição empreendida pela poetisa exacerba-se, especialmente, na última estrofe, quando o eu lírico, passando a ocupar o lugar do homem branco abolicionista, convoca os libertos a reverenciar “Os heróis, patronos seus,/Que lhes mostrando o porvir/Lhes vêm restituir.../– A família, a Pátria e Deus!”.

Nota-se, assim, que apesar da sensibilidade e dedicação de Emília Freitas à causa abolicionista e de sua condição feminina, é certo que ela ocupava o lugar do homem branco, de elite e letrado na sociedade oitocentista e, como tal, distinguia-se do liberto, reiterando uma visão salvacionista.

O clima de empolgação pela libertação dos escravizados se propagou por toda a província, o que talvez não fosse maior que a satisfação pela alteração da lei e, principalmente, pelo pioneirismo da ação cearense no Império. Esse tom de comemoração e deslumbre se revelam em outro poema recitado por Emília Freitas em uma das agremiações da cidade (poema 17/anexo).

A *Poetisa dos escravos* não contrariou a expectativa festiva do público de Fortaleza. Ela exaltava o feito da capital da província sem deixar de insistir em sua mensagem: incluir socialmente os libertos. Esta proposição tornara-se, de fato, uma das marcas de sua produção intelectual.

Entretanto, a abolição da escravidão somente foi oficializada no ano seguinte, depois de anos de ações em prol da libertação dos escravos, quando a maioria quase absoluta dos cativos já estava liberta. Em março de 1884, a província cearense, antecipando-se às demais, declarou a abolição da escravatura.

Na *periferia do Império*, Emília Freitas foi tomada também pelo entusiasmo que assolou Fortaleza, cidade de sua trajetória como *Poetisa dos escravos*. Em meio à festa, ela comemorou a abolição da escravidão no Ceará recitando um poema em homenagem ao seu pai, por reconhecer o empenho dele nessa causa (poema 18/anexo). Em tal poema, ela admite (com certo orgulho) seus excessos de entusiasmo com o pioneirismo cearense, tanto que acrescentou uma nota ao final, dirigindo-se às demais cidades do país a fim de se desculpar – porém, a nota consta do poema impresso.

Quase um quarto de século depois, em outras veredas, à margem do Rio Negro, um personagem letrado, testemunha ocular desse momento histórico, referindo-se a Emília Freitas, publicou a seguinte nota:

A Poetisa dos escravos, como ficou conhecida pelos seus versos em prol da abolição, era, nesse tempo, uma alma povoada dos sonhos luminosos da mocidade, cheia de fagueiros ideais, de entusiasmos juvenis e arroubos de patriotismo; espírito de combatividade, ao lado de Francisca Clotilde e outras senhoras cearenses que se entregaram à propaganda contra a escravidão; ela revelou-se uma incansável combatente, escrevendo na imprensa e doutrinando nas escolas, com a atividade e o desassombro de uma convencida.

Foi quando lhe ouvi o nome, sobressaindo numa simpática efusão de coleguismo, apregoadado fartamente pelo entusiasmo libertador e patriota de Antonio Bezerra. (Hiram – *Tribuna do Caixeiro*, 30/08/1908).

Retomar a trajetória de Emília Freitas nos anos de 1870/80 significa, portanto, desvelar sua atuação na campanha abolicionista cearense, para a qual voltou parte de sua produção poética, e destacar a participação feminina em um dos principais episódios da História política brasileira.

Esse percurso permite mirar uma fresta do cotidiano de seca e de peste no Ceará oitocentista. Do mesmo modo, permite desviar o olhar do cânone para as margens, onde se localiza a maior parte da produção de autoria feminina, muitas vezes permeada por elementos autobiográficos.

2. A PEREGRINA DAS LETRAS

*Eu busco, nesse espaço dilatado,
O caminho do céu... de outro
planeta
Pra onde meu ser vá transportado,
Quando quebrar da vida esta
grilheta.*

*Se eu pudesse sofrer de nostalgia...
Que pátria? Que nação seria a
minha?
Se tudo neste mundo me enfastia...
Que afeto posso ter que me
definha?*

(A Rainha do Ignoto, p. 76.)

Passagens

Emília Freitas pertenceu à mesma geração de Capistrano de Abreu, Thomas Pompeu Filho, Guilherme Studart, entre outros intelectuais cearenses de destaque na segunda metade do século XIX. Sua produção intelectual, assim como sua atuação abolicionista, obteve visibilidade em Fortaleza, nas três últimas décadas dos Oitocentos, à medida que conseguiu ocupar espaço na imprensa da época com seus poemas e artigos e publicar três livros.

Ao romper as amarras do espaço doméstico, ela passou a recitar poemas em eventos comemorativos, em escolas e clubes da capital da província como, por exemplo, no *Externato de Santa Cecília* e no *Clube Cearense* (*Pedro II*, 1881; *Libertador*, 1883). Essa atividade alargava e fortalecia sua rede de sociabilidade, já mencionada anteriormente.

No externato de Santa Cecília, por exemplo, em solenidades de dois anos consecutivos, Emília declamou sobre a importância da instrução – temática recorrente em seus poemas abolicionistas. Em 1881, nesse colégio, recitou um extenso poema intitulado *Poesia* (poema 19/anexo), por meio do qual também difundia na capital da província, no início dos anos de 1880, que a instrução era um caminho para garantir a modernização do país. Ela sabia, assim como os positivistas e demais letrados cearenses, que o progresso dependia do conhecimento, da ciência e das artes, bem como da mão-de-obra livre.

No final do ano seguinte, ela recitou outro poema ainda mais extenso na solenidade de aniversário do referido colégio, reiterando a mesma questão (poema 20/anexo). O poema foi publicado, em seguida, no jornal *A Constituição* – órgão

conservador – com o título *Amor e Ciência*, e, mais tarde, em *Canções do Lar*, com o título *Poesia* (*A Constituição*: 24/11/1882. *Apud* Cunha c, 1998).

Na última estrofe consta o entrelaçamento de luz e de instrução – de deus e de ciência. A tendência a não desassociar conhecimento científico, remetendo-se à metáfora da luz, e religião – presente em outros aspectos da produção intelectual da escritora –, reafirma sua inserção naquele contexto em que o próprio Estado brasileiro se autodenominava católico. Além disso, permite estabelecer certa aproximação da escritora com a concepção de simbolistas/decadentistas como, por exemplo, Luiz Murat, que criticavam a poesia parnasiana por se prender a aspectos formais, ignorando a potencialidade do artista de se ligar a um possível mundo invisível, cujos mistérios se traduziriam em símbolos também na poesia (Peixoto, 1999: 229.). Tratava-se, pois, de uma herança do debate platônico e, como tal, romântico sobre os mundos da matéria e da metafísica.

É certo que esse viés finissecular é pouco contundente na poesia de Emília Freitas, tendo apenas algum relevo em sua prosa. Todavia, além da escritora estar inserida nesse contexto, verifica-se em sua produção indícios de crença e de alguma resistência ao desencantamento do mundo produzido pelo *ethos* da modernidade (Lima, 1991: 57-77). A poetisa, no mencionado poema, trata das instâncias da religião e da ciência como correspondentes e, desta maneira, atribui-lhes a mesma grandeza, desvelando traços de sua visão de mundo.

Já às vésperas da abolição da escravidão no Ceará, em 1884, as atividades intelectuais de Emília intensificaram-se (composições e declamações, além de aulas que ela ministrava em Escola Noturna). Ela tinha trânsito inclusive em periódicos conservadores como, por exemplo, *A Constituição*. Paralelamente, cuidava da mãe, que se encontrava enferma, exigindo-lhe, evidentemente, mais atenção.

Nesse período, os tons melancólico e nostálgico adquirem relevo na produção poética da escritora, cujas composições continuavam versando sobre a escravidão, a saudade, a morte, entre outras temáticas, mas não se restringiam aos tons estimulados pelos dramas familiares. Havia também certo otimismo perante a conquista da abolição da escravidão no Ceará, destacado principalmente em sua produção abolicionista.

Em 1885, além das atividades que absorviam o tempo da escritora, há apontamentos biográficos sobre ela ter freqüentado a Escola Normal e indícios autobiográficos a respeito do falecimento de sua mãe (*III Quadro* - poema 21/ anexo).

Os jornais da época noticiaram o óbito. Em edição de 26 de março de 1885, consta em *Província do Ceará* a seguinte nota:

Falecimento – Anteontem faleceu nesta capital, contando 65 anos de idade, depois de dolorosa enfermidade, a Exma. Sra. Maria de Jesus Freitas, excelente e virtuosa mãe de família, por cujas virtudes era venerada e respeitada de quantos a conheciam.

Foi um golpe profundamente cruel para a sua família a quem apresentamos os nossos sinceros pêsames, especializando-os ao nosso estimável amigo Afonso Freitas e à sua digna irmã Sra. D. Emília Freitas.

Que o céu recompense em glórias eternas as dores que sofreu na terra essa alma cristã que tantos exemplos deu de cordura e resignação.

(*Apud.* Cunha a, 1986: 300-1)

No poema, intitulado *III Quadro (minha mãe)*, o eu lírico remete às lembranças que guardara da mãe durante sua infância. Recordava-se dela – ativa, bela e moça – a brincar com os filhos, a cantar, a cuidar do jardim e a aconselhar os “pobres infelizes”, sempre repartindo a alegria, a simpatia e o franco amor. Contudo, após a morte do pai, o eu lírico aponta que a mãe ensimesmou-se e caiu enferma. É certo que esse poema foi composto depois da morte de Maria de Jesus, em março de 1885, desvelando sinais autobiográficos sobre como Emília reagiu ao passamento materno.

Nele, há marcas de que sofreu muito, sendo que o eu lírico explicita que passou a viver com indiferença (Idem – *III Quadro*).

O ânimo já afetado de Emília Freitas, impresso em sua poética, acentuou-se ainda mais com a inevitável dor desencadeada, então, pela morte da mãe. No poema que ela escreveu no álbum da escritora Francisca Clotilde, em junho daquele ano, o próprio título, *Segue*, indica uma vida à deriva (poema 22/anexo).

A tristeza, o desencanto e a agonia tomaram conta da poetisa. Seu estado de ânimo foi se agravando ao longo dos meses e ela o imprimiu em seus versos, conforme é possível verificar também no poema abaixo (poema 23/anexo):

*Soluços
Meu Deus, onde foi ela?
Por que não voltou mais?
– Morreu – murmura a noite.
– Morreu! Repete o dia.
Agora o que me resta?
Embora um fraco arrimo,
Na terra era somente
O bem que eu possuía.
(...)*

*E como a folha seca,
Que rola pelo solo
Coberta de poeira
E da haste desprendida,
Assim minha alma vaga
Nos páramos desertos,
Nos campos desolados
E tristes desta vida!*

(...)

*Cansada de estudar...
Exausta do trabalho...
Às vezes curvo a fronte
Em noites de agonia!
Lembrando-me dos meus,
Eu chamo por seus nomes...
O eco me responde:
– A casa está vazia.
(...)
(Freitas, 1891: 237-8)*

Paralelamente, circulavam notícias pelo Império sobre a atuação das *Sociedades Cearenses Libertadoras* e o pioneirismo da abolição da escravidão no Ceará. Tanto em Recife, Rio de Janeiro, como em Manaus, além de outras capitais, fortaleciam-se as agremiações abolicionistas, cujas ações e pronunciamentos remetiam-se àquelas experiências (Silva, 1988; Reis, 1989), das quais os poemas, discursos e atuação de Emília Freitas fizeram parte.

Ainda em 1885, o poeta Joaquim Dias da Rocha – provavelmente juiz substituto de uma comarca do Ceará, conterrâneo e amigo do poeta decadentista Emiliano Pernetá – dedicou à Emília um poema, publicado em o *Libertador*. Apesar de extenso, seguem algumas estrofes, pois trata-se de um poema bastante exemplar da visibilidade da poetisa na sociedade cearense:

A D. Emília Freitas

*Senhora, desculpai, eu peço uma licença:
Eu venho apresentar-me, humilde forasteiro
Das Musas no altar; pois tenho viva crença
Ardente de fervor, violenta qual papeiro!*

*Vós sois sacerdotisa, um anjo da poesia
Nas aras presidis, ao culto em seus altares;
Eu venho em boa paz, alegre romaria
Pedir um só lugar, nos últimos lugares.*

*Indigno sei que sou: um cetro de rainha
Não pode comandar um pobre pigmeu;
Mas eu juro ser fiel, na vassalagem minha,
Como era o Faraó o pobre Mardocheu!*

*Eu mendigo um lugar, eu sei que é ousadia
Tão alto querer subir, as musas devassar;
Mas tanto brilham em vós os sóis da poesia
Que nos cega sua luz; nos vem eletrizar!*

(...)

*Sublime desvario que produz os gigantes:
Homero, Virgílio, Hugo e as Contemplações;
Byron, Dante, Milton, o Gonçalves e Cervantes,
Bocage e Herculano, o Garret e o Camões!*

(...)

*Um sublime adejar num mundo, só de rosas,
Tão doce como o mel em cantos festivos;
Divinas, sempre em si, esplêndidas, maviadas,
Que arrebatam nosso ser a mundos ideais!*

*Meus transportes ouvis: eu vos rendo homenagem,
Vejo vosso valor na frente cismadora;
E nela reluzir eu vejo essa coragem
Donde vejo escapar-se a chispa vencedora!*

*Virtudes são do gênio, espírito imortal,
De fogo ardente pira a iluminar alturas
Que esplendem os raios mil de um brilho genial,
Que acima vos elevam de mil outras criaturas.*

*São idéias, turbilhões, que fazem da alma orquestra,
Que arrasta, que nos prende o doido coração,
Da mente uma tormenta: e então em nossa destra
Troveja multiforme ardente inspiração!*

Joaquim Dias da Rocha – 5 de setembro
(*Libertador*, 5/09/1885. *Apud* Cunha a, 1986: 301-3)

Dias da Rocha conhecia ou pelo menos acompanhava a produção poética de Emília que, por sua vez, era uma contumaz leitora de jornais. Mas, não foram localizados registros sobre a correspondência entre eles, tampouco, entre a escritora e quaisquer pretendentes, em Fortaleza. É possível, no entanto, que Rocha fosse um deles ou apenas um admirador que, para além das lisonjas e galanteios, reconhecia a poética da escritora e, por tal razão, tenha realizado a homenagem publicamente, no período em que ela encontrava-se de luto.

Três meses depois da publicação do poema, procurando reagir ao cansaço e ao desassossego, a poetisa viajou. Seguiu em dezembro para a serra de Baturité e, nessa região campestre, permaneceu até fevereiro – talvez para descansar do trabalho, dos estudos e das tormentas sentimentais acarretadas pelo luto – e talvez de um pretendente, também.

Nesse período, ela compôs cinco poemas mantendo os mesmos tons: tristeza, saudade, solidão e desencanto. Tratavam-se, pois, de “relatos poéticos de si”, talvez a forma encontrada para exprimir o sofrimento e, assim, minimizar a dor.

Universo letrado na província do Ceará

No último quartel dos Oitocentos, a província cearense experimentava certa efervescência cultural estimulada pela circulação de pessoas e de mercadorias em seus portos e pelas agremiações lítero-científicas que, desde o início do século, eram fomentadas na região.

Ao considerar a atuação desses grupos durante as três últimas décadas do século XIX, observa-se que se sobressaiu nos anos de 1870 um movimento filosófico, “capitaneado pela chamada Academia Francesa do Ceará” – agremiação de Capistrano de Abreu, Rocha Lima, Araripe Júnior, João Lopes, Thomás Pompeu, entre outros. Já na década de 1880, o viés que se destaca é explicitamente político: trata-se da atuação de abolicionistas e republicanos que fizeram veicular o jornal *Libertador* e a revista *A Quinzena*. Nos anos de 1890, é a questão literária que adquire relevo em torno da *Padaria Espiritual*, cujo jornal, *O Pão*, reuniu Farias Brito, Antônio Sales, Adolfo Caminha, Oliveira Paiva, Rodolfo Teófilo, entre outros (Tristão de Ataíde *Apud* Barreira, 1968: 85).

Em estudo sobre a *Padaria Espiritual*, de Leonardo Mota, estão registradas trinta e sete agremiações na província cearense somente na segunda metade do século XIX (Mota, 1994: 16). Isto confirma a mobilização em torno de assuntos culturais, filosóficos e políticos naquela província. Para a época, o crítico José Veríssimo apontou que “depois do Rio de Janeiro, é Fortaleza a cidade do Brasil onde menos apagada é a vida literária” (*Apud* Mota, 1994: 27).

Todavia, o universo letrado cearense, e de outras cidades do Império brasileiro, era predominantemente masculino, o que não significa que não houvesse produção intelectual feminina relevante no período, mas, sim, que as mudanças no padrão cultural relativo à mulher ainda eram muito tímidas, mantendo-as sistematicamente nas margens. Afinal, era comum difundir a concepção segundo a qual para o “belo sexo”, a “agulha se sobrepunha à caneta”, para usar expressão de Eliane Vasconcellos (Vasconcellos, 2003: 54).

Em Fortaleza, o meio letrado articulou um repertório comum de leitura verificado durante as três fases do movimento intelectual da província, baseando-se em programa cientificista difundido desde os anos de 1870 nos colégios da capital (Oliveira, 1998: 22-47). Tal programa é localizado, também, na produção poética de Emília Freitas, embora ela não tenha freqüentado os colégios de Fortaleza, como o *Liceu*, o *Atheneu*, o *Colégio dos Educandos* e, menos ainda, o *Seminário Episcopal*, considerados os primeiros espaços de fomento da vida intelectual cearense, de acordo com Afrânio Coutinho (*Apud* Oliveira, 1998: 27).

Contudo, centrar a análise da vida intelectual cearense em tais colégios resulta inevitavelmente na exclusão da produção feminina, já que, por um lado, a educação secundária era prevista exclusivamente para os homens das camadas sociais mais abastadas, cabendo às mulheres, através de iniciativas particulares, apenas o ensino primário elementar (ler, escrever e saber fazer as operações matemáticas básicas), além dos ensinos de costura e da arte de agradar socialmente.

De outro lado, a exclusão da mulher do universo letrado cearense confirma-se ao se desconsiderarem as experiências, mesmo que isoladas, de educação feminina realizadas na província, como as que contribuíram para a formação de Emília Freitas

(1855), Francisca Clotilde (1862), Ana Facó (1855), Alba Valdez (1874), Serafina Pontes (1850), Ana Nogueira (1870), entre outras.

Todavia, a educação consistia em conteúdos curriculares diferenciados para homens e mulheres, conforme as seguintes palavras de Constância Duarte:

Ao longo do século XIX, apesar das mudanças ocorridas nos costumes, do incentivo à abertura de escolas femininas nas principais províncias, da valorização da literatura e da escrita, no ensino que lhes era ministrado [às mulheres], perdurava ainda a noção de que elas eram inferiores intelectualmente e que, portanto, incapazes de pensar como os meninos (Duarte, 1996: 25).

É certo, então, que a educação feminina continuava restrita às primeiras letras, como traz o jornal *Cearense*, de 13 de agosto de 1876:

Escola Particular na cidade de Fortaleza
D. Francisca Vasconcellos Cavalcante, achando-se completamente habilitada, ensina em sua casa na rua Amélia nº 33, a ler, escrever e contar pelo sistema métrico, gramática de língua nacional e a trabalhos de lã e bordados a retroz e ouro; assim como também ensina música, piano e canto. O preço será justo com o anunciante em sua residência (*Cearense*, 13/08/1876).

Em outra nota do mesmo periódico, datado do início de janeiro de 1874, consta: “aula primária – a escola do sexo feminino desta cidade, regida pela professora D. Izabel de Abreu Perdigão, mudou-se para a Praça dos Voluntários” (*Cearense*, 15/01/1874). Tais anúncios indicam a existência de uma rede de escolas, de iniciativa privada, voltada especialmente para a alfabetização de meninas.

No final do referido ano, o *Cearense* traz um outro comunicado que permite perceber a dinâmica de funcionamento dessas escolas para meninas, como é possível conferir abaixo:

Ensino Primário – no dia 30 do ano passado tiveram lugar os exames da escola da Senhora D. Úrsula Maria da Guerra Passos, professora da 5ª cadeira de meninas desta capital.

O ato foi presidido pelo diretor de instrução pública e assistiram o inspetor literário, cura da sé e professor Joaquim Alves.

Foram apresentadas a exame 9 alunas, a saber: Ana Leopoldina de Oliveira, Ana Victorina de Jesus, Maria Nunes da Rocha, Maria Romualda Salazar, Edeltrudes Amélia Moreira, Rosa Honorina Roiz Braga, Francisca Prata Nogueira, Francisca Leonillia de Castro, Joana Canuto da Silva.

Foram todas aprovadas plenamente (*Cearense*, 06/12/1874).

Apesar da educação para meninas ser ministrada pela iniciativa particular, os exames de conclusão do curso primário eram regulamentados, sendo assistidos diretamente pelos inspetores literários, que provavelmente concediam os certificados e que, no caso acima, era integrante da instituição eclesiástica.

Emília Freitas, por sua vez, deu continuidade aos estudos em Fortaleza, assistida, inicialmente, por professoras particulares até ingressar no Colégio Imaculada Conceição, em 1877, e concluir a aprendizagem na Escola Normal (Azevedo c, 2000: 18).

Em importante estudo sobre a produção literária feminina no Ceará no século XIX, Cecília Cunha confirma os apontamentos de Zahidé Muzart sobre os esforços e estratégias de algumas mulheres para tentarem romper o claustro de suas escritas silenciosas (cartas, diários) e, com isso, ocuparem os espaços de jornais com seus poemas, suas crônicas e seus artigos, bem como publicarem livros (Muzart, 1994). Um dos caminhos trilhados por tais mulheres foi estudar no Colégio Imaculada Conceição, na Escola Normal ou no Externato de Santa Cecília. Mas a escolarização feminina, bem como sua profissionalização – no magistério –, que se tornaram conquistas laboriosas para algumas, foram alvos de chacotas, de discriminação e preconceito, inclusive, de letrados (Cunha c, 1998).

Por outro lado, nos colégios freqüentados pelos rapazes, a perspectiva cientificista e filosófica, que alguns jovens estudantes adotaram ao realizarem os exames preparatórios fora da província, estimulou o debate, a reflexão, e, por

consequente, contribuiu para a formação de associações lítero-científicas que impulsionaram significativamente a vida intelectual e literária cearense (Oliveira, 1998)¹⁶.

Essas agremiações foram fundadas por duas gerações de letrados que se auto-denominaram *Mocidade Cearense* e *Novos Cearenses*. A primeira geração seria composta por intelectuais e estudantes comprometidos com o racionalismo filosófico e o movimento abolicionista, entre as décadas de 1870 e 1880. Membros dessa geração tinham vínculos com o poder político local e pertenciam às camadas médio-burguesas da sociedade (Cardoso, 2002: 45).

Eles fundaram e participaram da *Academia Francesa*, da *Sociedade Libertadora Cearense* – cuja ação abolicionista foi abordada no capítulo anterior desse estudo –, do *Centro Abolicionista* e do *Clube Literário*, sendo que boa parte deles “fundou também o Instituto do Ceará, A Academia Cearense e o Centro Literário” (Idem). Além disso, alguns desses jovens, integrantes de lojas maçônicas, fundaram, em 1873, o jornal semanário *Fraternidade* – de grande impacto na província (Neves, 1998).

O grupo dos *Novos Cearenses*, por sua vez, teve um perfil específico:

(...) seria formada por aqueles letrados que se inspiraram no movimento abolicionista, oriundos do campesinato emigrante na capital e das classes populares suburbanas, entusiasmados com a idéia de democracia e oportunidades de ascensão social pelo mérito (pregada pelo movimento republicano) (Cardoso, 2002: 45).

Os letrados dessa geração tiveram maior destaque nos anos de 1890, sendo responsáveis pela fundação da *Padaria Espiritual* e – alguns de seus integrantes, segundo o historiador Cardoso – pelo *Centro Literário* (Idem).

¹⁶ As diferentes agremiações e a produção literária de seus integrantes tornaram-se objeto de estudo de uma geração de pesquisadores cearenses, cuja produção tem permitido acessar o universo letrado daquele período. Ver: Cecília Cunha (1998); Caterina Oliveira (2000); Almir Oliveira (1998); Berenice Neves (1998); Cláudia Oliveira (2000); Gleudson Cardoso (2000); Régia Silva (2001).

Observa-se, então, que a vida intelectual cearense era fomentada em tais agremiações – compostas exclusivamente por homens. Embora no caso do Clube Literário, fundado em 1886, houvesse a participação de Ana Nogueira e Francisca Clotilde e mais 36 homens (Oliveira c, 2002: 74). A ausência feminina nesses grupos talvez não causasse tanto estranhamento na época, já que os próprios fundamentos filosóficos e científicos que os norteavam, bem como suas publicações, eram construções teóricas ancoradas na misoginia, conforme será tratado adiante¹⁷.

A *Academia Francesa*, fundada em 1871, compartilhava do ideário da “Geração de 1870” da Escola de Recife, que se alinhava ao pensamento de modernização difundido na Europa. Esse grupo reunia intelectuais para realizar leituras e debates sobre temas e autores da filosofia e da ciência como Buckle, Taine, Spencer e Comte. A *Mocidade* – conforme eram denominados seus integrantes – questionava as concepções tradicionalistas e, ao mesmo tempo, fomentava o cientificismo e suas variantes: os determinismos biológico e climático, o evolucionismo e o progresso (Oliveira, 1998: 49).

Mas seus integrantes não se restringiam aos estudos de autores e de obras, “estava[m] articulado[s] a outros intelectuais, ao grupo de maçons e com uma forte preocupação pedagógica” (Oliveira, 2000: 25-6). Por essa razão, em 1874, esses moços inauguraram a *Escola Popular* noturna, “onde conferências eram realizadas com o intuito de educar ‘pobres e operários’”, desvelando a filiação positivista do grupo, segundo a qual o progresso dependeria da formação educacional de seus cidadãos

¹⁷ Sobre a misoginia, seguimos a perspectiva de Esperanza Bosch, Victoria Ferrer e Margarita Gili. *Historia de la misoginia* (1999). Segundo elas, as mulheres são consideradas historicamente inferiores aos homens porque acredita-se que elas são inferiores biológica, intelectual e moralmente. Além disso, *La misoginia (el odio y miedo a las mujeres) está tan imbricada en la elaboración de la cultura occidental que há sido habitualmente supuesta como um hecho cotidiano más que como um concepto psicosocial merecedor de análisis y deconstrucción* (Anderson. In: Bosch, E. et all. Op. Cit : 1999, VII).

(Oliveira, 1998: 50). É importante ressaltar que, na década seguinte, essa idéia estava impressa nos versos de Emília Freitas, declamados pela cidade.

Em nota no jornal *Cearense*, do final de maio de 1874, consta o seguinte anúncio:

Escola Noturna: alguns moços inteligentes, inspirados dos mais nobres sentimentos, resolveram abrir uma aula noturna que denominam *Escola popular*.

Sua inauguração terá lugar amanhã, na casa nº 98 da rua do Conde d'Eu, e funcionará das 6 ½ as 10 horas da noite.

Folgamos de registrar este fato que muito enobrece a esses moços, cujos nomes não podemos furtar de declinar, e são eles – João Lopes Ferreira, Benjamim Constâncio de Moura, Raimundo Antônio da Rocha Lima e Israel B. de Moura (*Cearense*, 31/05/1874: 2).

A *Escola Popular* mantinha, assim, uma programação de aulas no período noturno, adequada, talvez, às grades curriculares das demais escolas particulares como, por exemplo, a do *Atheneu*, e, com isso, atendia à demanda das camadas menos abastadas da sociedade, bem como aos princípios positivistas mencionados acima.

É possível que tal iniciativa seduzisse outros jovens para a proposta, conforme se depreende do seguinte comunicado, publicado no *Cearense*, em 1875:

O senhor Emiliano de Souza Cavalcante ofereceu à diretoria da Escola Popular os seus serviços de professor, que foram aceitos.

É louvável o procedimento desse moço interessado, que vai tomar parte das penosas lides daquela patriótica instituição (*Cearense*, 20/05/1875).

No âmbito das atividades dessa *Escola* havia aulas regulares e conferências que versavam sobre História, Religião, Escola, Igreja, Família, Eletricidade, Mulher, Literatura, sendo os textos publicados resumidamente em periódicos da província, como se verifica na seguinte nota ¹⁸:

¹⁸ Seguem os títulos das conferências e respectivos conferencistas: *curso de História Universal*, proferida por Thomas Pompeu; *A Escola*, por Manuel Quintiliano da Silva; *Liberdade Religiosa*, por Xilderico de Faria; *Religião*, por Amaro Cavalcante; *O papado*, proferida por Araripe Júnior; *Geognose da Terra*, por Henrique Théberge; *Educação na família*, por José de Castelões Filho; *Eletricidade e seus efeitos*, por Borges da Silva; *Soberania*, por Thomas Pompeu; *A Literatura Brasileira Contemporânea*,

Escola Popular – a 2ª preleção do curso de História Universal pelo Dr. Pompeu Filho teve lugar em a noite de quinta-feira última. (...) A preleção durou o espaço de 1h30.

O auditório foi numeroso e escolhido tendo comparecido muitas senhoras, que se tornaram dignas do maior elogio, já, porque revelam interesse pela causa da civilização, já, porque amenizam com suas presenças os labores daquele templo de instrução popular.

Por falta de espaço não damos hoje a *Revista Crítica* da preleção, o que faremos em o próximo número (*Cearense*, 20/08/1875).

As conferências tinham um caráter temático, horário definido e “auditório escolhido”, isso é, pessoas convidadas especialmente para assisti-las, tornando-se matéria intitulada *Revista Crítica* – referente a comentários publicados nos periódicos da província acerca do conteúdo das conferências. Na *Revista* da preleção de Pompeu Filho, destacaram-se a audiência feminina e certo interesse de envolver as mulheres nos propósitos, em curso, considerados civilizadores.

É possível que Emília Freitas tenha participado do evento. Entretanto, a partir da referida nota de jornal, confirma-se que, em tais ocasiões, as mulheres ocupavam um lugar diferente e, desse modo, segundo publicou-se, a presença delas acarretava a “amenização dos labores daquele templo de instrução popular”. Sendo assim, não se sabe sequer os nomes das participantes.

Os conferencistas, integrantes da *Academia Francesa*, eram homens de seu tempo, conectados às tendências européias, e, desse modo, inebriados pela promessa da modernidade, “entendida como a última etapa da civilização, segundo pensou o filósofo francês Augusto Comte, quando elaborou o seu sistema filosófico: o Positivismo” (Cardoso, 2002: 47).

Os textos desses intelectuais, ao circularem no universo letrado da província, seja impresso seja de modo oral, despertavam polêmicas. Isto porque seus conteúdos sugeriam os caminhos que “os indivíduos deveriam seguir, distantes dos

valores religiosos e mais eufóricos pela realidade das máquinas e das ciências, como já era em Londres, Paris, Viena e outras cidades” (Idem). Essa perspectiva implicava redirecionar o sistema de trabalho, os costumes e os investimentos da província, conforme abordado no capítulo anterior desse estudo.

Dessa maneira, as idéias científicas pululavam na capital da província cearense, adquirindo destaque não apenas intelectual, mas também servindo de suporte para a consolidação de concepções e de certa “leitura do mundo” realizada por intelectuais, por estudantes e por políticos.

Celeste Cordeiro assinala que, em tais atividades, que se estenderam por todo o ano de 1875, aos domingos, “quase sempre às 12 horas”, havia comumente a presença feminina. Ela aponta, ao citar Djacir Meneses, que “o belo sexo cearense – noticia [o] *Fraternidade* – não é indiferente a esse movimento civilizador que com rapidez invencível vai desanuviando os horizontes da pátria” (*Apud* Cordeiro, 2000: 154).

As mulheres mais cultas, como Emília Freitas, não apenas apropriavam-se dos conteúdos das conferências da *Escola Popular*, como também, anos mais tarde, ministravam aulas, conforme o seguinte anúncio:

Escolas Noturnas – Lecionam nesta semana as Exmas, Sras. d. Isabel Vieira Teófilo e d. Emília Freitas na 4ª tendo passado a funcionar esta escola no prédio nº 31 da rua do Senador Pompeu.
(*Libertador*, 01/10/1883. *Apud* Cunha a, 1986: 300)

Ainda nos anos de 1870, constata-se que Emília Freitas, em texto de sua autoria, datado de 1876 – já citado – em que faz homenagem a um dos irmãos, critica os defensores do cientificismo por não perceberem – ao defendê-lo intransigentemente – que este não dava conta da fatalidade da morte, por exemplo. Tal crítica já evidenciava

o viés metafísico da escritora, bem como a apropriação que ela fazia da mesma matriz intelectual da *Academia Francesa*¹⁹.

Do mesmo modo, na trama do romance *A Rainha do Ignoto*, elaborada anos mais tarde, verifica-se, em diferentes passagens da narrativa, que a autora-escritora incorporou o repertório cientificista, mencionando elementos da engenharia na construção de pontes, na instalação de ferrovias e impregnando o texto de idéias positivistas, biológicas, psicológicas, entre outras. Contudo, não deixou de associá-lo à religião, conforme será abordado adiante.

O fomento da vida intelectual cearense era vivido ainda nas instalações do Gabinete Cearense de Leitura, mais tarde Biblioteca Provincial do Ceará, que disponibilizava acervo significativo de jornais, revistas e livros, ofertando um ambiente de leitura aos usuários. Ao se examinar o Livro de Registro dos consulentes desse Gabinete, no período de 1878 a 1887, constata-se, como não poderia ser diferente, que a maioria dos freqüentadores da sala de leitura era masculina, totalizando milhares de homens e cerca de oitenta mulheres (APEC: Livro 314)²⁰.

Emília Freitas, todavia, não figurou entre os freqüentadores do Gabinete Cearense de Leitura, ao menos não há registro de seu nome no livro de presença, mas o livro guarda folhas em branco que não foram assinadas. Além disso, a maioria dos consulentes não assinalou o objeto consultado. Entre aqueles que registraram a presença, localiza-se um dos irmãos mais jovens de Emília, Afonso Américo de Freitas. Ele foi freqüentador assíduo daquele espaço de acervo e de leitura durante o período de dezembro de 1881 a outubro de 1883, o que pode sugerir um elo entre a escritora e

¹⁹ A apropriação é entendida, aqui, a partir da perspectiva apresentada pelo historiador Roger Chartier, segundo a qual diferentes objetos simbólicos circulam na sociedade. Sendo assim, “muchos de tales objetos [palavras, textos, gestos, impressos] son compartidos por diferentes grupos sociales sin que por ello sus usos sean idénticos” (Chartier, 1995: 11).

²⁰ Esse levantamento contou com o auxílio de pesquisa de Giulliano Ferreira, pelo qual agradeço-o.

aquela estância cultural da capital da província, principalmente se houvesse sistema de empréstimos de obras²¹.

Ao cotejar a lista das consulentes – aproximadamente oitenta nomes – com a lista de colaboradoras da Sociedade Cearense Libertadora – outros oitenta nomes –, verifica-se que apenas Francisca Clotilde, Elvira Pinho e as irmãs Júlia Amaral e Judite Amaral – integrantes da ala feminina da agremiação abolicionista – freqüentaram o Gabinete nos anos de 1880. Quanto aos demais nomes, são de mulheres leitoras que também se apropriaram de idéias em voga no período e que se mantiveram personagens anônimas da História.

Apesar da maioria dos consulentes do Gabinete de Leitura não indicar o que estava consultando, conforme mencionado acima, é interessante notar que algumas das mulheres assinalaram examinar jornais e títulos como *Os dous artistas*; *O medico do deserto*; *La saison*; *O mundo novo*, além de títulos de autoria de Henrique Perez Escrich, muito lido na província.

Parte das consulentes era estudante da Escola Normal e alunas de Francisca Clotilde, nomeada a primeira professora dessa instituição educacional, em 1882. Ao menos é o que se depreende do referido livro, no qual consta, em sete de setembro de 1886, a presença de trinta e oito mulheres, entre as quais, a própria Francisca Clotilde (APEC: Livro 314).

Os livreiros configuraram outro meio de fomento da circulação de idéias no universo intelectual cearense. Eles se instalaram na capital da província, anunciando e comercializando suas mercadorias: livros, revistas, periódicos, entre outros. Há, por

²¹ Afonso Freitas esteve presente ao Gabinete no período de 01 a 05 de dezembro de 1881, exceto no dia 04. Voltou a freqüentá-lo semanalmente entre março e abril de 1882. Freqüentou-o duas vezes em maio, no espaço de uma semana. Depois voltou ao final de julho, imprimindo periodicidade quinzenal até setembro. Em outubro e novembro, esteve presente ao Gabinete duas vezes em cada mês, sendo que em dezembro visitou-o apenas uma vez. Retomou em janeiro de 1883 e, havendo um intervalo grande no livro, localizam-se novos registros dele somente em setembro e outubro do corrente ano.

exemplo, uma nota no *Cearense*, em que uma “empresa literária” de Recife anuncia seus serviços, conforme segue:

Empresa literária: Sob esta epigrafe diz o Jornal do Recife de 12:
Acaba de fundar-se nesta capital uma empresa literária sob a denominação de Empresa Literária do Norte.
Os fins a que ela se propõe são hoje não só uma utilidade, como ainda uma necessidade.
A empresa propõe-se a dar publicidade a todas as grandes obras históricas da França, ainda não traduzidas, tais como Luís XIV, A Regência Luís XV, Luís XVI, até o término da revolução francesa, obras raríssimas.
A utilidade desses livros em português é incontestavelmente uma necessidade entre nós, onde a língua francesa, apesar de muito estudada, não é ainda bastante conhecida (*Cearense*, 01/1887).

Mas os principais livreiros de Fortaleza, naquela época, eram o português Joaquim José de Oliveira e o cearense Gualter Silva, cujos inventários datam respectivamente de 1870 e 1892, e permitem esquadrihar os livros que circulavam na Província. Constam, no inventário deste último, obras de autores como: J. Verne; Henrique Escrich; José de Alencar; Macedo; Hugo; Lafontaine; Voltaire; Zola; Flaubert; Halbout; *Biblioteca do Povo*, entre outros com menos exemplares (APEC: Cartório de Órfãos de Fortaleza, pacote 122 – 1892).

Giselle Venâncio localizou um anúncio de J.J. Oliveira, no qual consta que ele pode se “encarregar de quaisquer jornais de outra província, assim como da Europa, mediante, claro, módica comissão” (Venâncio, 2004: 4). Em outro anúncio desse livreiro, encontrado no jornal *Pedro II*, é possível saber da circulação de peças musicais na província. O livreiro Oliveira assinala ter recebido “músicas novas recém chegadas no último vapor”, tais como: “A Lisbonense, Polka por Pinheiro – Minha Estrela, valsa por Rente, Hino Nacional, por Manoel da Silva” (Idem).

A referida historiadora, ao analisar o inventário de Gualter Silva, discorre, entre outros aspectos, sobre o caráter cientificista da coleção *Biblioteca do povo*, cujos volumes eram publicados com certa regularidade, pelo menos nos primeiros anos

(Venâncio, 2004 b: 8). Com isto, confirma-se a tendência de circulação de idéias científicas na província, promulgadas pela *Mocidade Cearense*.

Mas, além da temática científica, a circulação de livros na província cearense acompanhava as principais correntes do pensamento produzidas na Europa. Nesse sentido, em outro periódico da província, de janeiro de 1876, contém uma lista de títulos recebidos por J.J. Oliveira com o seguinte teor:

A Livraria de Joaquim José de Oliveira & Comp. Recebeu
 – O Romance da Duquesa (...);
 – O Céu e o Inferno ou a justiça divina, segundo o espiritismo, contendo o exame comparado das doutrinas sobre a passagem da vida corporal a vida espiritual, as penas e recompensas futuras, os anjos e os demônios, as penas eternas, etc.; seguido de números e exemplares sobre a situação real da alma durante e depois da morte, por Allan Kardec.
 – A Esposa Mártir, romance por Henrique Perez Escrich, versão livro por C. Vianna.
 – Maravilhas do Gênio do Homem. Descobrimientos e invenções, descrições históricas, divertidas e instrutivas sobre a origem e estado atual dos descobrimientos e invenções mais célebres, por Amédee de Bait [...], versão portuguesa de Matheus Luiz Coelho Magalhães (*Cearense*, 13/01/1876).

Circulavam, portanto, na capital cearense, peças musicais, livros, periódicos; enfim, idéias, tanto de natureza histórica como religiosa, filosófica, literária e científica. Inclusive, o pensamento religioso de Alan Kardec – recém elaborado na França – estava presente na província.

Nos periódicos eram ainda publicados folhetins e poemas de diferentes literatos como, por exemplo, em 1881: Freitas e Costa, Dias Freitas, Barbosa de Freitas, Baudelaire, Castro Alves, Camilo Castelo Branco, Álvares de Azevedo, Guerra Junqueiro, Accioly, Victor Hugo. Em 1888, localizam-se os poemas de Augusto de Lima, Juvenal Galeno, Affonso Celso Junior, Rodrigo Octavio, Olavo Bilac, Alexandre Herculano, Machado de Assis, Luiz Murat, Paulino de Brito, Adolpho Caminha, Alexandre Dumas, Narciza Amália e Felinto de Almeida (BPCE. *Cearense*).

Nesse universo cultural, os integrantes de determinadas agremiações, inebriados por aquelas idéias, migravam comumente para outros grupos ou mesmo mantinham participações simultâneas em diferentes grêmios. É o caso, para citar apenas alguns nomes, de Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Abel Garcia, dentre outros integrantes da *Sociedade Cearense Libertadora* e da *Academia Francesa* que integraram o *Clube Literário*, fundado em 1886, publicando a revista *A Quinzena* (1887) (Cardoso, 2002: 48).

Essa revista circulou na província cearense por dois anos (1887-1888), tendo como finalidade, no início, publicar artigos exclusivamente literários. Com o passar dos meses, passou a trazer assuntos de diferentes áreas, conforme será tratado adiante. Na época da circulação desse periódico, a *Mocidade Cearense* adotava idéias positivistas e evolucionistas, propagando o republicanismo – doutrina política de governo também defendida por Emília Freitas e outras escritoras.

Anos mais tarde, os *Novos Cearenses*, estimulados pelo ideário daquela geração – do período de intensificação da circulação das matrizes científicas europeias por meio do comércio de livros e da emergência da *Belle Époque* – vivenciaram a implantação da República no Brasil ²².

Esses letrados presenciaram, todavia, a contradição acarretada por uma República que oprimia os cidadãos e mantinha as oligarquias provincianas nas instâncias do poder político. Tais desdobramentos, considerados de certo modo frustrantes, estimularam a adoção de novas orientações e procedimentos intelectuais e políticos, “oscilantes entre os anseios civilizatórios e emergentes daqueles tempos, o

²² Segundo Sevcenko, a *Belle Époque* designa um período da história, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, em que se verificam transformações em várias partes do mundo, decorrentes da “dinâmica de crescimento do processo produtivo da economia capitalista europeia, americana e japonesa” (Sevcenko, 1983: 42). Tal manifestação se caracteriza pela “crescente modernização, urbanização e internacionalização das sociedades tradicionais”, resultando na “formação

desejo de preservar o modo de vida regional” e mesmo de evasão daquela realidade (Cardoso, 2002: 55.).

Em tal contexto, a *Padaria Espiritual* expressava a congruência de tendências literárias da época (Decadentismo, Simbolismo e Parnasianismo) e, ainda, precipitava alguns elementos do Modernismo, como, por exemplo, “considerar indigno de publicidade qualquer texto literário onde se fale de animais ou plantas estranhos à Fauna e à Flora brasileiras, como: cotovia, olmeiro, rouxinol, carvalho etc.,etc.”. (Azevedo b, 1985: 69)

O Pão, periódico dessa agremiação, publicado entre 1892 e 1898, continha textos literários ou “críticas sarcásticas”, partindo do cotidiano de moradores da periferia da cidade, “de trabalhadores das casas comerciais, redatores de pequenos jornais políticos e diletantes, ou funcionários do comércio e da burocracia local” (Cardoso, 2002: 56).

Esse grupo reuniu duas tendências: apesar de certa frustração, havia aqueles que defendiam idéias de progresso e de “regeneração política”, tendo como integrante Antônio Sales e Álvaro Martins; e outros, de viés radical, “anunciava[m] com pessimismo satânico a descrença e o fim trágico da civilização industrial, a exemplo de Lívio Barreto, Lopes Filho e Cabral de Alencar” (Cardoso b, 2002: 28).

Exemplar de tais tendências são as palavras de um dos idealizadores do grupo, Antônio Sales, que, ao escrever o prefácio para o livro de Lopes Filho, intitulado *Phantos*, assinalou:

Eu já te disse que sou um Parnasiano, parnasiano fanático pela música impecável do verso, pela precisão extrema da imagem, pelo amanho metódico da frase. Tu és, ao contrário, um insubmisso, um revolucionário, deixando que a idéia te caia da pena na sua conformação inicial,

de centros cosmopolitas, alimentados pela produção cultural e editorial das metrópoles européias.” (1983, 82). Sobre a *Belle Époque* no Brasil, ver: Sevcenko, 1983; Ponte, 1993; Daou, 2000.

estenografando maquinalmente a linguagem de tua alma (Sales, 1893. *Apud* Azevedo b, 1985: 70).

Lopes Filho, Lívio Barreto e Cabral Alencar foram os escritores da *Padaria Espiritual*, considerados *malditos* e, como tais, “simpáticos à escola de Baudelaire, Verlaine, Antero de Quental e Antônio Nobre, dentre outros”. Esses padeiros “nephelibatos”, segundo Cardoso,

(...) beberam da ânfora dos *Poètes Maudit*, as tendências finisseculares como o decadentismo e o simbolismo franceses. Estilos dionisíacos, herdeiros do barroco e sobretudo do romantismo, deram-se por rebelar contra as estratégias de controle simbólico, como a crença ortodoxa na ciência, no progresso técnico-industrial e na democracia liberal” (Cardoso b, 2002: 64).

A característica da literatura dos *malditos* será de ruptura com o real, de evasão para um mundo idealizado, desvelando o pessimismo com as questões cotidianas, conforme é possível notar no poema *Musa nephelibata*, de Lopes Filho:

*Argonauta, onde está teu ideal tesouro,
A nova colchida – esse encantado País,
Onde teu gênio vai numa galera de ouro
Tendo por mareantes Colombos juvenis?*

*Ilha de ouro e coral, de pássaros contentes,
Onde cantam mil ninphas em festivo coro.
E ao luar rios gemem ais cavos e dolentes
Beijando a escada branca a algum castelo mouro.*

*Terra que vejo em sonho desde criancinha,
Para onde ala-se-me o pensamento – essa andorinha
Quando buscando eternamente a primavera.*

*Terra do ideal, oh! Meu Novo-Mundo sonhado!
Abre-me o seio, ouve ao ente desesperado
Ao doido, ao sonhador, ao filho da quimera.
(Lopes Filho. *Apud* Cardoso, 2002: 65)*

O tom evasivo que atravessou certas obras do fim do século encontra-se também no romance *A Rainha do Ignoto*, tanto no plano das ações da protagonista do

romance como na solução da trama. Isso permite assinalar antecipadamente que as três fases do movimento intelectual cearense estão reunidas na obra da escritora. Emília Freitas acessou o mesmo repertório de leitura de seus contemporâneos, seja através da consulta direta aos textos de Comte, Darwin, Buckle, Taine, Spencer, entre outros, seja influenciada pelo sistema de referências de leitura irradiado pela referida escola. Do mesmo modo, teve trajetória destacada nas manifestações políticas abolicionistas dos anos de 1880 – conforme assinalado no primeiro capítulo desse estudo – e, por fim, acessou as leituras decadentistas, embora não tendo acompanhado de perto a trajetória da *Padaria Espiritual*, pois, em 1892, seguindo a tendência de muitos cearenses, transferiu-se para Manaus, com o irmão, Afonso Américo.

É certo, porém, que, ao longo de sua produção intelectual, Emília Freitas filtrou as teorias que circulavam em sua época, diferenciando-se dos integrantes dos referidos grupos, tanto por sua condição de mulher, como pela orientação metafísica e de crítica à misoginia – presente no repertório cientificista da *Mocidade Cearense* e literário da geração dos *Novos Cearenses*.

A misoginia finissecular*

Para contextualizar a produção intelectual de Emília Freitas, bem como vislumbrar a recepção que obteve seu romance no âmbito letrado cearense, faz-se necessário abordar a matriz misógina presente nas idéias científicas e filosóficas que circularam na província. Somente assim é possível também sugerir as motivações, inquietações, apropriações e dificuldades com que a escritora se deparou, além de

* Sobre a misoginia, conforme assinalamos anteriormente, na nota 17, seguimos a perspectiva de Esperanza Bosch, Victoria Ferrer e Margarita Gili. *Historia de la misoginia* (1999). Segundo elas, as mulheres são consideradas historicamente inferiores aos homens porque acredita-se que elas são inferiores biológica, intelectual e moralmente. Essa concepção sobre a mulher está tão imbricada em nossa cultura que, disso, desencadeia a própria estruturação do patriarcado.

observar como tais questões repercutiram no seu processo criativo, especialmente na elaboração do romance *a Rainha do Ignoto: romance psicológico*.

Os três principais veículos de agremiações que circularam em Fortaleza, nas últimas décadas do século XIX – *Libertador*, *A Quinzena* e *O Pão* –, nos quais Emília Freitas também publicou alguns de seus poemas, ancoravam-se nas tendências científicas do período e, desse modo, difundiam-nas, conforme mencionado anteriormente. Mesmo os periódicos como *Cearense*, *Pedro II* e *Gazeta do Norte* traziam textos de orientações evolucionistas, naturalistas e filosóficas, correntes na Europa.

Eles publicavam, por exemplo, as conferências realizadas na *Escola Popular*, indicadas acima, e, com isso, divulgavam para os letrados os princípios cientificistas apropriados pelos intelectuais cearenses. O texto da conferência proferida naquela instituição por Francisco Severo, da *Mocidade Cearense*, de meados dos anos de 1870, sobre “a mulher, a família e a educação”, entretanto, não foi localizado. Porém, não é difícil imaginar que ele estivesse repleto de marcas das concepções positivistas e científicas que reduziam o papel da mulher às funções de esposa, mãe e dona de casa, embora devesse obter instrução elementar para garantir a educação dos futuros cidadãos.

A revista *A Quinzena* (1887 e 1888) trazia temáticas variadas que “iam desde comportamento e cotidiano (como questões sobre o papel da escola na formação do indivíduo, ou da mulher na sociedade) até questões de viés político-social” (Oliveira c, 2002: 74). Esse periódico também reservou espaço para objetos de literatura, de filosofia e de ciência, próprios daquele contexto.

Nesse sentido, Rodolfo Teófilo, José C. Júnior, Farias Brito, Abel Garcia, Oliveira Paiva e Antônio Bezerra ocupavam-se da temática do naturalismo. Joaquim Simões, por sua vez, escrevia sobre o evolucionismo de Spencer; já Justiniano de Serpa discorria sobre grafologia criminal. Rodolfo Teófilo debruçava-se, ainda, nas questões de botânica e História Natural e Farias Brito enveredava-se pelos campos da psicologia experimental e da metafísica (Oliveira e idem).

Esses assuntos, que impregnavam os círculos letrados das principais províncias do Império, eram abordados a partir de considerações de cientistas sobre antropometria, craniometria, fisiognomonia, ou acerca de outros segmentos do saber, que pululavam naquele período, com intuito de experimentar e medir todas as coisas, todas as partes dos corpos, em nome da “verdade científica”.

Nesse sentido, invenções, experimentos e achados que despertavam curiosidades e, sobretudo, revelavam conhecimento científico, tornavam-se objetos de notas nos periódicos como, por exemplo, o que segue:

Mulher elétrica

O Dr. Fere comunicou à Sociedade de Biologia, de França, um caso notável. Trata-se de uma mulher de 32 anos de idade histérica, na qual se dão fenômenos elétricos. Dos seus cabelos crepitam faíscas elétricas, visíveis na obscuridade, ao contato do pente, e tendem a separar-se um dos outros.

Quando se veste, ao aproximar os vestidos da pele, produz-se crepitação luminosa. Com as pontas dos dedos atrai pequenos... (ilegível).

A tensão elétrica e a intensidade das [descargas] aumentam sob a influencia das emoções Moraes.

A audição de um trecho de musica que excite a enferma, produz-lhe crepitações elétricas espontâneas em todo o corpo.

Os filhos desta mulher também possuem a mesma qualidade, ainda que em [grau] mais fraco.

Parece que a eletricidade existe em todos os indivíduos, ainda que geralmente em [grau] fraquíssimo. Apresenta-se, contudo, em alguns um modo evidencíssimo (*Cearense*, 08/04/1888).

O experimento e a observação minuciosa (“ao contato do pente” ou “a audição de um trecho de música”, procedimentos adotados no caso acima) eram aplicados às diferentes áreas.

Rachel Soihet, em seu estudo sobre a “condição feminina e as formas de violência” na antiga capital do Brasil, já na virada do século XIX, tece um inventário sobre a mulher no pensamento científico do período. Ela aponta que o médico Cesare Lombroso, expoente dos meios jurídicos pelos seus estudos de criminalidade, explicava as causas criminosas recorrendo às razões biológicas. Para ele, a natureza biológica acarretava anomalias “que influíam na formação da personalidade dos delinquentes” (Soihet, 1989).

A partir desse pressuposto biológico, o referido médico, com a colaboração de Guglielmo Ferrero, publicou na Itália, no início dos anos de 1890, um livro intitulado *A mulher criminosa e a prostituta*, no qual assinala que “as mulheres evoluíram menos que os homens, sendo organicamente mais passivas e conservadoras devido, basicamente, à imobilidade do óvulo comparada à mobilidade do espermatozóide” (Soihet, 1989: 82, nota 2).

Argumentos desse tipo estavam apoiados na teoria de evolucionismo de Herbert Spencer, segundo a qual a humanidade passava por um processo evolutivo semelhante ao das demais espécies animais e vegetais e, desse modo, passava de um estágio considerado bárbaro ou primitivo para outro civilizado ou desenvolvido ou, ainda, considerado moderno. Tais estágios de evolução variavam de uma população para outra e ainda no interior de cada grupo social, de acordo com suas condições climáticas, sociais, biológicas etc.

Nesse sentido, Lombroso, ao analisar a criminalidade feminina, recorre a Spencer que, por sua vez, assinalou que “as mulheres são quase tão bárbaras quanto os homens; se elas não cometem tantas atrocidades, a razão está em sua impotência” (*Apud* Soihet, 1989: 85).

De outro modo, Cláudia Oliveira, em seu estudo sobre o *Clube Literário* – agremiação cearense – indicou a circulação de idéias científicas na revista *A Quinzena* – certamente lida por Emília Freitas – destacando outro cientista europeu de renome do período, o craniômetro Paul Broca, professor de clínica cirúrgica da Faculdade de medicina de Paris e fundador da Sociedade Antropológica de Paris, em 1859. Broca defendeu que “o cérebro humano evoluía através de um crescimento progressivo e que as raças humanas poderiam ser hierarquizadas com base numa escala linear de valor intelectual”. Além disso, ele teria sido “um dos principais responsáveis pela noção de inferioridade do negro em relação ao branco, da mulher em relação ao homem e do pobre em relação ao rico” (Oliveira c, 2002: 80).

Na mesma escola de Broca, encontrava-se Gustave Le Bonn, um dos fundadores da Psicologia Social, considerado um dos principais misóginos da mencionada instituição.

Faz-se necessário salientar que Emília Freitas, atenta às inovações dessa área, define o subtítulo de seu livro como *romance psicológico* e incorpora à trama elementos como práticas de hipnose, leitura da mente, doenças mentais, etc.

Todavia, ela adota uma perspectiva bastante diferente da defendida por Le Bonn. Para ele:

Nas raças mais inteligentes, como é o caso dos parisienses, existe um grande número de mulheres cujo cérebro se aproxima mais em tamanho ao do gorila que ao do homem, mais desenvolvido. Essa inferioridade é tão óbvia que ninguém pode jamais contestá-la; apenas seu grau é digno de discussão. Todos os psicólogos que estudam a inteligência feminina, bem como os poetas e os romancistas, hoje reconhecem que as mulheres representam as formas mais inferiores da evolução humana e que estão mais próximas das crianças e dos selvagens que de um homem adulto e civilizado. Elas se destacam pela sua inconstância, veleidade, ausência de idéias e de lógica, bem como por sua incapacidade de raciocínio. Sem dúvida, existem algumas que se destacam, muito superiores ao homem mediano, mas não são tão excepcionais quanto o aparecimento de qualquer monstruosidade, como um gorila com duas cabeças; portanto, podemos deixá-las completamente de lado (Bonn, 1879 *Apud* Oliveira c: 2002: 81).

O cientista, ao utilizar uma escala hierarquizada, difundida pelo seu mestre Broca, favorecia os parisienses – que ocupavam as melhores posições –, mesmo colocando as mulheres em lugar de inferioridade em relação aos homens. Ele alega apoiar-se em instrumental considerado científico e, como tal, verdadeiro. Além desse recurso de verdade, que certamente tinha fácil recepção entre os letrados e formadores de opinião da sociedade oitocentista, já que se dizia fruto de experimentos e observações objetivas, Bonn faz uso também do recurso de autoridade, remetendo-se aos poetas e romancistas para corroborar sua tese sobre a inferioridade intelectual das mulheres.

Com isto, ele ignora a tradição misógina da cultura ocidental, que é possível confirmar em *O cânone ocidental*, de Harold Bloom, e que tem sido desvelado pela teoria feminista de leitura e pelos trabalhos de recuperação de autoria feminina.

Outro aspecto que assinala o caráter misógino do mencionado cientista – que se tornou parâmetro para diferentes grupos de letrados – refere-se à desqualificação das mulheres que irrompiam com a condição de ‘inferiores’, aproximando-se ou superando a situação do ‘homem mediano’. Bonn equiparou-as a monstros.

Esses apontamentos sobre a inferioridade da mulher, produzidas nos centros intelectuais europeus e que circularam nas províncias do Brasil, foram apropriadas, por exemplo, por Abel Garcia, integrante do *Clube Literário*. Baseando-se no mesmo repertório de Bonn, ele escreveu o artigo *A Mulher Cearense*, publicado em *A Quinzena* (30/01/1887).

Nesse artigo, dividido em três partes, o integrante dessa agremiação faz uma homenagem à mulher cearense, chamando a atenção para o fato de, historicamente, a mulher ter permanecido ocupada com os afazeres da casa e da família, enquanto o homem se ocupava de diferentes atividades: públicas, artísticas, científicas. Tal divisão

de funções teria impedido a mulher de exercer plenamente as atividades cerebrais, acarretando atrofia em sua capacidade mental e moral (Oliveira c, 2002: 77).

Para Abel Garcia, a inferioridade da mulher “seria um traço típico das sociedades modernas e civilizadas como Paris e a Bélgica, por exemplo”. Entretanto, segundo ele, na província do Ceará, a mulher, embora continuasse inferior ao homem, tinha uma situação privilegiada que as diferenciava das mulheres civilizadas, como as parisienses: “o meio adverso daquela terra teria feito com que ela [mulher cearense] exercitasse mais suas potencialidades cerebrais” (Oliveira c, 2002: 78).

Nota-se, assim, que o integrante do *Clube Literário* não refutou a defesa de Bonn sobre os homens franceses serem mais inteligentes e, apesar de corroborar a concepção de que as mulheres tinham capacidade intelectual inferior ao homem, mostrou-se mais benevolente com a mulher cearense do que o cientista com as parisienses. Afinal, ele se baseou no determinismo natural para considerar que a hostilidade do meio fazia com que as cearenses não se atrofiassem (Oliveira c, 2002: 83).

Essa matriz misógina também é localizada na filosofia positivista que se espalhou nas províncias do Brasil, formando escolas em Recife, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Porto Alegre, entre outras (Arantes, 1988). Em tal filosofia – apropriada pela *Mocidade Cearense* e por parte dos *Novos Cearenses* –, observa-se uma inversão do argumento evolucionista, uma vez que “a mulher é considerada um ser por natureza, moral e socialmente superior ao homem”, mas apenas porque teria condições ou capacidade “de abrir mão de seus interesses pessoais em favor da família” (Soihet, 1989: 112).

Dessa maneira, o positivismo deslocou a condição de inferioridade da mulher e, por conseguinte, de submissão ao homem, da esfera do determinismo

biológico e natural, observado acima, para a do social, especialmente, para a família, considerada a base do sistema de qualquer sociedade. Essa corrente de pensamento atraiu até feministas como Nísia Floresta (Duarte, 2005). Afinal, para os primeiros positivistas era desejável, por exemplo, a instrução similar para os dois sexos, para que a mulher pudesse ser a companheira que o homem precisava para a construção de uma nova ordem social. Mas, como é sabido, os seguidores de Comte realizaram uma releitura estratégica dessas proposições e reservaram à mulher apenas o papel de esposa, mãe e dona de casa.

Rachel Soihet sublinha que essa posição não guardava diferença significativa daquela defendida pelos evolucionistas. Para ela, ao colocarem “a mulher sobre um pedestal para ser santificada, o resultado continuava sendo o de mantê-la alheia aos seus próprios interesses, para convencê-la de sua missão como mãe e esposa, castrando-a como um ser autônomo voltado para seu crescimento individual” (Soihet, 1989: 113).

Além disso, tal concepção dificultava a atuação política das mulheres que, em função de seus papéis sociais, diga-se domésticos, não se envolviam ou eram reprimidas quando se interessavam por questões de coletividade, exceto educar os filhos e auxiliar o marido. Tanto é que as mulheres abolicionistas cearenses levaram algum tempo para oficializar sua agremiação libertadora e, mesmo assim, foram caracterizadas como uma “ala feminina”, à parte da sociedade de seus maridos, irmãos e demais figuras masculinas de seus convívios. Do mesmo modo, as mulheres quase não aparecem na historiografia sobre o universo intelectual cearense, sendo as escritoras Emília Freitas, Ana Facó, entre outras, quase desconhecidas, embora tenham produzido intelectualmente em meio ao restrito universo de letrados.

É possível, portanto, vislumbrar as dificuldades que essas mulheres enfrentaram para ocupar os espaços considerados exclusivamente masculinos (jornais, tipografias, publicações, escolas, profissionalizações), ainda mais quando não eram casadas e não tinham filhos, como Emília Freitas. Por esta razão, elas precisavam usar de estratégias como a figura da *modéstia afetada* e/ou de *artimanhas nas entrelinhas* de seus textos e discursos, além de justificar, muitas vezes, suas ações políticas como prática caridosa, o que, por conseguinte, embaçava suas imagens e produções (Muzart, 1994; Cunha c, 1998; Silva, 2002).

Esse tipo de concepção sobre o papel social da mulher era amplamente divulgado pela imprensa da época. Verifica-se, por exemplo, em matéria publicada no *Cearense*, em 1887, a idéia segundo a qual o “talento da mulher” é cuidar dos “arranjos domésticos”, conforme o seguinte texto que, apesar de extenso, é bastante ilustrativo:

O talento da mulher: Os jornais dos Estados Unidos contam o seguinte, que é bastante lisonjeiro para o belo sexo.

Os habitantes da aldeia de Argônio (Kansas), cuja população não excederá a 500 almas, alcançaram a felicidade única e sem precedentes até agora na América, de terem por administrador uma jovem de 27 anos, casada, de nome Suzana Madora Salter.

Como é sabido, desde a primavera passada as mulheres têm o direito de votar nas eleições municipais de Kansas, sendo igualmente elegíveis. Nas aldeias deste estado não se faz política alguma e apenas a questão da proibição das bebidas alcoólicas divide os seus habitantes em dois campos irreconciliáveis.

A Sra. Salter nunca dera o menor passo para ser eleita. Tratava despreocupadamente dos seus arranjos domésticos no dia das eleições, quando uma das suas amigas lhe veio anunciar que o seu nome figurava na cabeça da lista proibicista. A Sra. Salter encolerizou-se, mas como foi eleita por grande maioria, decidiu-se a aceitar. Como os homens do partido não tinham podido chegar a um acordo sobre a escolha de um candidato para as funções de administrador, um chistoso indicara ao acaso o nome da Sra. Salter e a maioria acedeu por fim a esta proposta, que em principio não significava mais do que um simples gracejo.

Será muito bom que a moda fique por lá mesmo, pois nos parece que ser governado por uma mulher não é das coisas muito lisonjeiras para o sexo forte (*Cearense*, 20/10/1887).

Observa-se que o autor da matéria não se restringe ao relato do fato, à neutralidade tão propalada pelos cientistas de então. Ele desqualifica o sufrágio de Suzana Salter ao mencionar que sua indicação foi um “simples gracejo”, sublinhando, ainda, que ela não guardava o propósito de ser eleita – como se as mulheres não deveriam ter mesmo tal propósito. Ressalta ainda que as pessoas do sexo feminino não deveriam se sentir estimuladas com tal idéia, pois não agradaria aos homens serem governados por uma mulher.

Em outra matéria do mesmo jornal, constata-se que a tendência de desvalorizar a intelectualidade das mulheres prosseguia em 1889, conforme o texto abaixo:

Observação sobre as mulheres – Um jornal francês publica as seguintes observações sobre as mulheres francesa, espanhola e inglesa.

A francesa, diz ele, casa-se por cálculo, a inglesa porque todas as mulheres se casam, e a espanhola, por amor; a francesa ama durante a lua de mel, a inglesa toda a vida e a espanhola eternamente; a francesa ensina os filhos a falar, a inglesa a rezar e a espanhola a ser cuidadosa; a francesa tem espírito, a inglesa inteligência, a espanhola [tem] sentimento; a francesa veste com gosto, a inglesa sem gosto, a espanhola com modéstia; a francesa tagarela, a inglesa fala, a espanhola raciocina; a francesa é superior pela sua língua, a inglesa pela sua cabeça e a espanhola pelo seu coração.

A maioria dos homens, provavelmente, decide pela ultima. (*Cearense*, 22/08/1889 – nº 188).

Tal informe indica o perfil de mulher almejado no período, qual seja: amorosa, eternamente dedicada e cuidadosa, sensível e humilde, mas não alienada e que raciocinasse. Além disso, a mulher deveria ser esposa, mãe e dona de casa atenciosa.

A matriz misógina da cultura ocidental, da qual se tem procurado esboçar aqui um fragmento, ao definir a mulher como inferior ao homem, acarretava uma violência simbólica contra as mulheres. Ao mesmo tempo, legitimava indiretamente a violência de gênero, já que as mulheres eram consideradas expressões de um valor menor (Bosch; Ferrer, 2003).

Nesse sentido, Rachel Soihet assinala que “a violência física se constituiria numa realidade presente em todas as classes sociais, para o que é aventada uma série de explicações” (Soihet, 1989: 255). Confirmando essa tendência, localizam-se nos jornais da província cearense inúmeras notas de assassinatos, espancamentos, estupro e ferimentos cometidos contra as mulheres que, muitas vezes, eram esposas, mães e filhas de seus agressores (*Cearense*, 1873 a 1887).

O *Cearense*, de maio de 1875, por exemplo, comunica: “Assassinato: No Arneirós [cidade cearense], Raymundo de Souza Carvalho assassinou a própria mulher e atirou o seu cadáver ao rio. O malvado foi capturado” (*Cearense*, 05/05/1875). No mês seguinte, o mesmo jornal publicou outra nota:

Assassinato – No lugar Boa-vista, do distrito da [ilegível], Manoel de tal, conhecido por cabeça de mel, assassinou a sua própria mulher, deixando na orfandade 4 filhinhos. O fato deu-se na noite de 30 passado (*Cearense*, 06/05/1875).

Essas notícias certamente eram lidas por Emília Freitas. Ela também deve ter sabido de muitas mulheres que eram abandonadas pelos maridos, principalmente em períodos de seca em que os homens procuravam trabalho em outras regiões ou que simplesmente ficavam sozinhas, por outros motivos, criando os filhos.

Do mesmo modo, é possível que tenha lido que as mulheres da França também viviam aquele tipo de situação, conforme divulgado na matéria abaixo:

Horível suicídio: Em Bordéus matou-se uma criada, em circunstancia que denotam que ela procurou a morte com uma energia incrível. Deitou-se de costas em uma banheira cheia de água, dobrou os joelhos e, nessa posição, teve a espantosa coragem de esperar que a asfixia fosse completa. Era casada essa infeliz, tinha um filho de 7 anos em um colégio. O marido abandonara-a sem motivo algum e desde esse dia a vida tornou-se lhe tão insuportável que não descansou sem ir ao encontro da morte (*Cearense*, 28/06/1887).

Em paralelo a essa atmosfera de desvalorização e violência, vivida por diferentes mulheres, sopravam também outros ventos. Circulavam notícias de cidades em que mulheres procuravam romper com o padrão misógino, mesmo que, para tanto, fossem consideradas “monstruosidades”, de acordo com Bonn.

O *Cearense*, por exemplo, publicou um artigo sobre a reivindicação de uma francesa que se opunha ao controle do Estado sobre as vestimentas femininas, o que segue abaixo:

Não quer saia – Há muitos anos que se não ouvia falar de madame Astié de Valsavre, que acaba de dar acordo de si dirigindo a câmara dos deputados em Paris o seguinte pedido:

Srs. Deputados.

Em todos os acidentes de mar e terra, a mulher, em atenção ao seu traje, é vítima predestinada à morte, sendo diárias as desgraças que ocorrem por tal motivo nos *tramways*.

A triste recordação das desgraças que em consequência do vestido não puderam escapar das chamas no incêndio da Ópera cômica, parece lógico e humano derogar a velha lei que proíbe às mulheres usarem o traje masculino, muito decente, diga-se embora o contrário, e sobretudo muito higiênico.

Em nome das que não são escravas do luxo, suplico-vos, senhores, que vos digneis decretar a liberdade do trajo, liberdade que, de resto, não pode prejudicar ninguém. Astié Valsayre (*Cearense*, 28/09/1887).

O título da matéria sugere certo capricho feminino do tipo “não quer saia” e Astié Valsayre não menciona o direito que as mulheres teriam de vestir o que quisessem – embora, quase um século antes, Olympe de Gouges, na França, e Mary Wollstonecraft, na Inglaterra, já tivessem apresentado elaborações intelectuais acerca dos direitos das mulheres de regerem as próprias vidas. Todavia, o texto desvela a movimentação ou os ruídos femininos sobre o controle de seus gestos (Scott, 2002) ²³.

²³ Observa-se que a argumentação de Astié Valsayre contrária à obrigatoriedade do uso de vestidos restringe-se ao fato de tais trajes acarretarem dificuldades para o salvamento de mulheres por ocasião de acidentes e, ainda, porque a liberdade de traje “não pode prejudicar ninguém”. Isto corrobora certa tendência localizada por Joan Scott na História do feminismo, segundo a qual as mulheres não apenas desafiavam com seus questionamentos a ordem estabelecida, a tradição, mas também produziam paradoxos, isto é, engendravam elementos nessa mesma ordem. Segundo a historiadora, tal paradoxo é elaborado porque “o feminismo ocidental e historicamente moderno é constituído por práticas discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade” (Scott, 2002: 29).

Em contrapartida, as vozes da imprensa, tanto provincianas como a dos grandes centros, são previsivelmente de chacotas, de ironias, de desdém. Afinal, os letrados (cientistas, jornalistas, filósofos, literatos e políticos), como homens e mulheres de seu tempo, estavam impregnados pelo padrão misógino vigente.

Essa manifestação evidencia-se, ainda, na cobertura de informes a respeito de outros temas como a reivindicação de direito ao voto, à instrução, à profissão. Segue abaixo a desqualificação de uma medida adotada pelo Parlamento inglês relativo ao direito de voto feminino:

Direito de voto às mulheres – Da correspondência de Londres para o *Jornal do Comercio*:

A 18 de fevereiro adotou a câmara dos comuns o princípio da “franqueza”, isto é, do direito de voto para as senhoras viúvas ou solteiras nas eleições municipais. Houve, porém, verdadeira surpresa, vindo a questão em discussão sem que ninguém a tivesse previsto e estando ausente, como é costume, um numero considerável de deputados, veremos em que há de dar a segunda leitura (*Cearense*, 14/04/1886).

Em 1887, o *Cearense* publicou informação sobre a decisão do senado estadunidense em relação ao voto das mulheres, conforme segue: “Sufrágio às mulheres: O senado dos Estados Unidos rejeitou por 34 votos contra 16 uma moção concedendo o sufrágio universal às mulheres” (Fortaleza, 16 de abril de 1887).

Por outro lado, já se noticiava a profissionalização de mulheres na área médica como, por exemplo, na cidade de S. Petersburgo, de acordo com a seguinte nota do *Cearense*:

Mulheres médico – O número de mulheres que atualmente praticam a medicina na Rússia começa a ser bastante considerável a julgar pelo que se passa em S. Petersburgo e em Moscou, a primeira destas cidades com 63 e a segunda com 13 mulheres médicos (*Cearense*, 9/03/1887).

Meses depois, noticiaram a chegada ao Brasil de uma médica brasileira que estudara nos Estados Unidos, conforme segue:

Médica brasileira: Chegou do Pará, à Bahia, no vapor alemão Aliança, a Exma, Sra. D. Anna Machado, que ali vai sustentar teses perante a nossa Faculdade de Medicina..

A distinta medica é formada por uma das academias dos Estados Unidos (*Cearense*, 28/08/1887 – nº 192).

É sabido, entretanto, que mulheres brasileiras estudavam medicina desde o início dos anos de 1880, como por exemplo, Maria Augusta Generoso Estrella, uma das primeiras recifenses estudante desta área (Ferreira, 1999: 72).

A Rússia, de outro modo, inovava ampliando a perspectiva de instrução superior para as mulheres em áreas de conhecimento para além da medicina, de acordo com a nota abaixo:

A mulher na Rússia: - Apesar de sua semi-barbaria tártara, é a Rússia que nesta parte do século mais tem progredido no ensino superior das mulheres. Ali são mais numerosas as doutoras do que em qualquer outro país da Europa, e as mulheres representam na evolução político-social por que passa o poderoso império, importante papel.

Atualmente, dizem correspondências de S. Petersburgo, o conselho imperial está estudando um projeto que ali estabelece uma universidade destinada exclusivamente ao sexo feminino. Este novo centro de instrução terá três faculdades: historia e filosofia, ciências naturais e matemática e medicina, com programas idênticos aos das outras universidades do império (*Cearense*, 07/10/1887).

A matéria está impregnada da tendência evolucionista, em curso. Apesar disto, destaca-se o papel exercido pelas mulheres naquele estágio de desenvolvimento da Rússia. Essa abordagem associativa poderia gerar leituras ambíguas e fortalecer a visão misógina vigente.

Mas em outro número do jornal, publicou-se um censo sobre a condição profissional feminina nos Estados Unidos, nos seguintes termos:

As mulheres nos Estados Unidos – Segundo recenseamentos, há nos Estados Unidos 3 milhões de mulheres empregadas em artes manuais e liberais. 6.000 trabalham nos estabelecimentos rurais; 640.000 nas fabricas; 540.000 nas lavanderias;... 280.000 são modistas; 200.000 costureiras; 60.000

trabalham em casa de alfaiates; são 500.000 caixeiras, guarda livros, professoras, telegrafistas, telefonistas, tipógrafas, compositoras, etc... Nesta estatística há ainda a incluir 2500 senhoras médicos. (*Cearense*, 10/08/1889 – nº 179)

O fragmento acima, ao desvelar o ingresso de mulheres no mercado de trabalho, destacando o desenvolvimento industrial estadunidense do período, bem como as funções diversificadas, ia ao encontro de defensores da modernização e do progresso. Alguns desses elementos são retratados no romance *A Rainha do Ignoto*, no qual a escritora atribuiu às personagens femininas diferentes profissões, embora consideradas próprias do sexo masculino.

Em outra matéria, verificam-se indícios do pragmatismo estadunidense, ao tratar da iniciativa de mulheres daquele país na confecção de informações:

Uma idéia americana – Pertence à cidade de Boston, diz *Courrier des Etats-Units*, ter a mulher jornal, ou o jornal mulher como se quiser.

A mulher-jornal de Boston lê cuidadosamente pela manhã todos os jornais da cidade, estuda-os a fundo, cata, cola, corrige, modifica e guisa as notícias mais interessantes, e trabalha até que tenha formado, digerido e condensado um resumo dos fatos do dia, os mais notáveis.

Depois do meio dia, as mulheres mais ricas e da melhor sociedade de Boston, reúnem-se no salão da mulher jornal, e então esta lhes lê seu trabalho, explica e lhes desenvolve os pontos minuciosamente, e lhes dá, em uma palavra, todos os esclarecimentos necessários para que elas possam, à noite, conversar em suas casas ou nas de suas amigas, sobre todos os sucessos do dia, sem expor-se a dizer alguma tolice, ou mostrar sua ignorância.

Afirma-se que a mulher-jornal tem obtido grande sucesso, e como todas as suas clientes pagam bem, é hoje possuidora de uma boa fortuna (*Cearense*, 14/07/1888 – nº 158).

Apesar de a iniciativa ser bastante interessante, destaca-se que ela estava a serviço de uma nova demanda social acerca do papel que mulheres abastadas deveriam cumprir. Deste modo, a ‘mulher jornal’ se inseria em uma engrenagem que ao fim subsidiava o controle e a sujeição das próprias mulheres, confirmando novamente o aspecto paradoxal da história do feminismo, estudado por Joan Scott. Contudo, essa

iniciativa não deixava de ser uma invenção, uma estratégia para que elas conseguissem ocupar os espaços sociais regulamentados pelos princípios misóginos.

Essa situação não era diferente na província do Ceará. A região estava impregnada pela idéia estabelecida acerca do lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade, como se evidencia através das seguintes palavras de Antônio Sales, o padeiro-mor:

Não tem sido grande – felizmente diria um anti-feminista contumaz – o número de senhoras cearenses que cultivam as letras, pelo menos publicamente.

A cearense é por excelência a mulher do lar, a companheira dedicada do homem, a mãe de família que tudo sacrifica por amor de sua gente e pela boa manutenção de sua casa.

Não que lhe falte inteligência. Ao contrário: sempre que é posta à prova a mentalidade feminina em nossa terra, se revela vigorosa e apta para ilustrar-se nas ciências e nas artes.

Mas em nosso meio e em nosso clima, a mulher é muito feminina para ser feminista, e a família tem uma consistência tão forte que ser a dona de um lar é ainda a suprema e quase exclusiva aspiração de uma moça cearense (...) E há ainda algumas inteligências femininas brilhantes, mas tão ocultas sob o véu da modéstia, que seria indiscrição arrancá-las ao segredo e à sombra em que se comprazem viver (Sales, 1945 *Apud* Silva, 2002: 28).

Observa-se, então, que Sales não contradizia, nem em anos mais tarde, aquela visão misógina segundo a qual as atividades das mulheres deveriam restringir-se ao âmbito doméstico. Além disso, o escritor desconsidera completamente o caráter feminino das mulheres que ocupavam espaços públicos, opondo, assim, feminina à feminista.

Emília Freitas talvez não se opusesse integralmente ao modelo de mulher ancorado na tríade esposa, mãe e dona de casa. Mas, aos trinta e seis anos, ainda não era esposa e nem mãe. Era dona de casa, sim, mas, com certeza, outras atividades tinham relevância em sua vida. Tanto que ela estava em Fortaleza atuando como professora e escritora. E continuava questionando, com veemência, a tão propagada idéia de civilização dos cientificistas, políticos e burgueses da época, o que se tornou ainda mais

latente em seus escritos datados após a abolição da escravidão. Em um de seus textos, ela indica que as idéias outrora defendidas quanto à abolição não correspondiam aos fatos do presente. Trata-se de uma crônica publicada no *Athleta* – jornal crítico, literário e científico – em dezembro de 1891.

No texto intitulado *A praça dos mártires (contrastes da vida)*, a escritora-autora assinalou que estava com a “alma submersa na mais profunda tristeza”, quando foi despertada pelo som de uma música advinda do passeio público. Em seguida, em meio à festividade que encontrou naquele lugar, lembrou-se, como se estivesse sonhando, de episódios marcantes que ocorreram anteriormente naquela mesma praça: a execução de homens negros por assassinar um capitão de navio, em 1884, e a execução de outro homem que ela considerava ser um mártir da liberdade.

Emília referia-se ao contexto de abolição da escravidão, vivido a menos de uma década e esquecido em meio ao ritmo da modernidade, isto é, ao charme da *Belle Époque*. Ela questionava o descaso para com o passado e a memória, assinalando:

Quando despertei daquele sonhar acordada, comparei o passado com o presente, vendo com que alegria o povo cearense calcava aquele solo banhado com o sangue dos heróis, não duvidei que se pudesse bailar sobre a pedra de uma sepultura!

A prova eu tinha ali patente na Praça dos Mártires convertida em passeio público.

Afastei-me pesarosa, pensando nos contrastes dessa vida, e maldizendo os geógrafos porque falam em nação civilizada, em povos cultos, e, não se lembram que existe ainda – pena última! – escravidão e guerra!!

Varram do seio das nações esses miasmas que se elevam ainda dos fossos da selvageria primitiva, e então diremos, onde está a – civilização. (*Athleta*: 02 de dezembro de 1891. *Apud* Cunha c, 1998: 59).

Após a publicação desse texto, já em 1892, Emília Freitas mudou-se com um irmão para Manaus, conforme citado anteriormente, dando continuidade na capital amazonense a suas estratégias de escrita que lhe permitirão, alguns anos mais tarde,

tornar-se a primeira cearense a escrever um romance em universo intelectual marcadamente masculino.

A segunda travessia

Emília Freitas e Afonso Américo, seu irmão, fizeram longa travessia fluvial até ancorar em Manaus, em 1892. Os registros dessa viagem, bem como das circunstâncias da mudança para o Norte não foram localizados.

Entretanto, na ocasião, a escritora ainda estava tocada pela ausência da mãe e por suas condições de vida, em Fortaleza, que talvez não fossem das melhores, já que a sociedade cearense começava a se recuperar de mais um período de estiagem (a seca de 1889 a 1890). Além disso, ao tomar pela escassez de notas nos periódicos da cidade, é possível que a publicação dos livros de sua autoria – *Canções do lar* e o romance *O Renegado* (sobre o qual há poucos registros) – não tenha lhe rendido o impacto esperado.

Ao considerar o aspecto autobiográfico de parte da produção intelectual da escritora, nela localizam-se pistas acerca de seu estado de desconforto na sociedade cearense. Para efeito de ilustração, segue trecho da crônica *Praça dos Mártires*:

As moças marchando de leve ao compasso da música, não só faziam a exposição de seus adornos, como a de sua pessoa...
Acanhada, aturdida, passei entre elas (...).
No meio daquela multidão alegre e aparentemente feliz, eu não sabia o que fizesse, o que é verdade que furtei-me à claridade da lua, erguendo-se vagarosa dos nevoeiros do mar, e fazendo empalidecer a luz do gás, e embriaguei-me na sombra que projetava a frondosa copa de uma árvore (*Athleta*: 02 de dezembro de 1891. *Apud* Cunha c, 1998: 59).

Paralelamente, desde meados do século XIX, Manaus crescia de modo acelerado, tornando-se um centro de atração para migrantes que se refugiavam de secas e para aqueles que buscavam melhorar as condições de vida com o progresso da cidade.

“Se em 1852 a cidade contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 já tem sua população ampliada para 50.300” (Dias, 1999: 38).

É nesse contexto que os irmãos Freitas desembarcaram à margem direita do rio Negro, exatamente no ano em que o governo do Amazonas deu início ao duradouro projeto de modernização da capital, ajustado às diretrizes européias do período. A cidade começava a ser transformada: iniciavam-se as obras de saneamento, de aterro de igarapés, de abertura de ruas, de modernização do sistema portuário. Ao mesmo tempo, instalavam-se a rede elétrica, os serviços telefônicos, os bondes elétricos; reformavam-se prédios públicos e regulamentavam-se a coleta de lixo e toda a vida urbana, inclusive os costumes da população (Dias, *idem*: 47.).

Era o período em que a borracha tornava-se um dos principais produtos de comercialização internacional do país. Por essa razão, Manaus mudava sua fisionomia tanto no que diz respeito ao traçado urbano quanto às relações sociais. O porto tornava-se o principal centro da cidade: *locus* de trânsito de pessoas, de circulação de mercadorias, de materiais de infra-estrutura e, sobretudo, de exportação de látex. Esse fluxo não era completamente estranho para Emília Freitas, porém muito mais intenso do que o de Fortaleza.

Na “capital da borracha”, também denominada ‘Manaus dos Ingleses’, havia muitos estrangeiros, especialmente britânicos, e predominância de capital inglês na cidade. Naquela época, a Inglaterra – potência imperialista no século XIX – financiou a modernização das principais cidades brasileiras. Tanto que, no Amazonas, as grandes firmas que implementavam os setores de serviços urbanos eram de origem britânica. Tais empresas mediavam, ainda, o fornecimento de ferro, matéria-prima que, ao menos no perímetro urbano daquela cidade, substituiu completamente a madeira – base da construção civil de Manaus.

A modernização implicou ainda a transformação de hábitos, costumes e comportamentos da população manauense, suscitando certo interesse pela educação. Em 1890, os habitantes da cidade totalizavam 79,82% de analfabetos (Dias, 1999: 54). Daí, esse período corresponder à proliferação de escolas públicas e particulares na cidade, o que talvez fosse estimulante para Emília Freitas, ao considerar sua trajetória na área educacional em Fortaleza, bem como a importância que atribuía à instrução.

Há apontamentos sobre ela ter trabalhado como professora no Instituto Benjamin Constant, na capital do Amazonas, um estabelecimento de “abrigo e educação doméstica e literária de meninas órfãs pobres”, mantido exclusivamente pelo Estado e dirigido pelas irmãs de Santa Ana, religiosas italianas (APEA – Livro de Instrução Pública do Amazonas).

O Instituto mantinha um quadro composto de vinte funcionários, tendo regente, ajudante, secretária, médico, lentes de ginásio, professoras, ajudante de prendas, adjunto das 2ª e 3ª cadeiras, porteira, ecônoma, ajudante de ecônoma, mestre de lavagem, jardineiro e serventes. Ofertava ensino primário e secundário, além de prendas domésticas e música. Em 1898, eram internas desse estabelecimento cento e dezesseis alunas (APEA- Relatório da Instrução Pública: 1898).

Emília Freitas pode ter trabalhado naquela instituição de ensino, cujo ambiente educacional, com caráter de abrigo, encontra certa correspondência na trama do livro *A Rainha do Ignoto*. Nela, localiza-se um espaço denominado *Ninho dos anjos*, próprio para crianças enjeitadas e/ou órfãs (Freitas, 2003: 228), mas não foram encontrados indícios documentais que vinculassem a escritora diretamente ao quadro de funcionários do Instituto.

Sabe-se apenas que ela teve certa participação no círculo social do médico daquele estabelecimento, Astrolábio Passos, que, por sua vez, era colega de Antônio

Bezerra de Menezes, ativista do abolicionismo cearense, pertencente ao grupo do qual a escritora se aproximou no início dos anos de 1880. Antônio Bezerra trabalhou em Manaus, nos últimos anos dos Oitocentos, e, inclusive, em determinada ocasião substituiu o referido médico em um cargo público no Serviço Sanitário ou na Higiene Pública da cidade (APM. Relatório da SNI, 05 de janeiro de 1900.).

Todavia, localizou-se registro de atividade docente de Emília Freitas em outra escola de Manaus. Trata-se de um ofício público por meio do qual se verifica sua nomeação como professora adjunta substituta de uma escola primária:

Diretoria Geral da Instrução Pública de Manaus, 31 de janeiro de 1896.

Ilmo. Cidadão Dr. Governador do Estado

Servido, por disposição regulamentar, de substituir a professora pública da 1ª cadeira de ensino misto da Cachoeira Grande, D. Euthalia Barrozo da Silva Ramos, a respectiva adjunta, D. Emília Freitas, proponho-vos para exercer este lugar, enquanto durar o impedimento da [serventuária] efetiva D. [Norma] Rodrigues Maria da Fonseca.

Saúde e Fraternidade

João J. F. Veiga

(APEA: Livro de Ofício da Instrução Pública – janeiro/agosto de 1896).

A partir desse ofício e das qualificações de Emília, infere-se que ela já estava em exercício docente, na condição de adjunta, em Manaus, mesmo porque a nomeação ocorreu depois de quatro anos em que já residia na cidade.

Depreende-se, então, que Emília Freitas encontrava-se inserida no cotidiano manauense em meados de 1890. Tinha algum trânsito nos círculos sociais da cidade, era professora e talvez fosse conhecida por sua atuação no movimento abolicionista cearense da década anterior. Afinal, nas últimas décadas, havia relação estreita entre cearenses e manauenses, devido ao intenso fluxo migratório, estimulado pela economia da borracha, e, nos anos de 1880, acentuado intercâmbio entre as sociedades abolicionistas das duas antigas províncias (Reis b, 1989: 236; Baze, 2001).

Quanto ao irmão de Emília, Afonso Américo, não foram encontrados registros sobre sua trajetória em Manaus. Contudo, é possível afirmar que o irmão caçula, Alfredo Freitas, cursou direito na Faculdade de Direito do Amazonas, entre 1910 e 1914, segundo consta numa edição histórica em comemoração ao 90º aniversário da escola, da *Revista Acadêmica da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais*.

É certo que a escritora acompanhou as contradições locais acarretadas pela transformação da cidade ao trabalhar em escola de Cachoeira Grande, um bairro que ficava próximo à área do igarapé de mesmo nome, nos extremos do perímetro urbano. Tratava-se de uma ocupação recente, realizada possivelmente por colonos, isto é, imigrantes que foram instalados em colônias agrícolas e, como tais, alijados do processo de modernização de Manaus (Dias, 1999.). Era um bairro periférico, onde estava edificado o matadouro que abastecia a cidade, atividade invariavelmente estabelecida nos arrabaldes das cidades, talvez por questões sanitárias.

Certa passagem do romance *A Rainha do Ignoto* guarda elementos que dialogam com a própria trajetória de Emília Freitas como professora de escola suburbana em Manaus. Trata-se de um trecho no qual o narrador discorre sobre os costumes da população de uma colônia cearense, constituída nos arredores de Manaus, e demarca a diferença entre os costumes da população do povoado e o da professora, que não era daquela cidade (Freitas, 2003: 52).

Além dessa marca autobiográfica, o narrador destaca a curiosidade e a falta de descrição da população local para com a professora. Tais características não eram consideradas adequadas ao padrão de civilidade difundido pela modernidade, lugar de onde falava o narrador que, atônito com aqueles costumes, admitia que fossem aparentemente incríveis. Mas usando do artifício de verdade – comum aos ficcionistas do romantismo –, advertiu tratar-se de fatos. Emília Freitas, ao residir na periferia e ao

trabalhar com ensino, além de ser uma escritora sensível para com as questões sociais, acompanhou a segregação social acentuada pela modernização e o progresso de Manaus.

Os bairros mais pobres, conforme foi assinalado, ficavam distantes do centro e eram separados por igarapés, sendo as catraias o meio de transporte. Além da dificuldade de locomoção, ficavam longe do porto, do centro comercial (casas de exportação e importação), do mercado, dos hospitais, dos bancos, dos teatros, dos cinemas e ainda não tinham acesso, por exemplo, aos serviços de saneamento (Dias, 1999: 137).

Muitos desses bairros periféricos tornaram-se alvos de doenças epidêmicas acarretadas pela presença de trabalhadores que voltavam dos seringais, em determinada época do ano, estando alguns infectados por picadas de insetos, e, ainda, devido às péssimas condições sanitárias. Eram freqüentes as doenças infecto-contagiosas, tais como tuberculose, varíola, febre amarela, sarampo e impaludismo – de diferentes tipos –, espalharem-se pela cidade (Dias, idem: 154).

A população pobre, e mesmo a população transeunte do centro da cidade, era responsabilizada, evidentemente, pelas epidemias, sendo o principal alvo os cearenses – grupo de maior expressão numérica dentre os imigrantes –, conforme indicou o governador do Estado do Amazonas, em 1901:

Uma das causas que determina a varíola na capital do Amazonas é o volume de cearenses em péssimas condições físicas, estando, portanto, mais expostos a qualquer vírus, pelo seu estado de depauperamento, como também pelas suas condições de alojamento que encontravam ao chegar em Manaus (*Apud* Dias, 1999: 144).

Do mesmo modo, o contraste da modernização é indicado por um médico que acompanhava, naquele período, a colônia cearense *Oliveira Machado*, como é possível verificar no seguinte fragmento:

Oferece assim a chamada colônia, se é verdade que só assim se a possa chamar por ser uma colônia de enfermos e miseráveis em cujo seio se cultiva uma raça de inferiores e incapazes, apresenta essa malfadada colônia o quadro de verdadeira metrópole da fome e indigência mórbida, alquebrada, esquiada e decadente... (*Apud*, Dias, 1999: 157).

Essa situação era percebida por Emília Freitas, ainda mais sendo ela cearense e residindo em Cachoeira Grande. Mesmo as órfãs pobres, internas do Instituto Benjamin Constant – sediado no centro urbano da capital –, tornaram-se vítimas de febre epidêmica. Entre março e dezembro de 1898, dez alunas faleceram. No ano seguinte, mais catorze internas foram a óbito somente de janeiro a agosto de 1899.

Ao consultar os relatórios da Instrução Pública de Manaus, a respeito do Instituto, observa-se que, já no ano anterior, as internas estavam sendo vitimadas por impaludismo, sendo necessário no início de 1898 suspender as aulas por motivos de enfermidades, conforme segue:

(...) as moléstias que se desenvolveram nesta capital atacaram em larga escala as alunas, vitimando algumas. Foi por esta razão que pouco depois dos exames que se realizaram a 13 de janeiro de 1898 (...) as aulas foram suspensas até o dia 16 de junho (...) (APEA: Relatório de Instrução Pública, dezembro de 1898).

As doenças eram notícias inclusive de jornais, sendo acompanhadas por Emília Freitas, ainda com mais frequência se ela estivesse vinculada àquele estabelecimento de ensino. É certo, no entanto, que o sofrimento e óbitos acarretados por tais moléstias constrangiam o ânimo da população e afetava a reputação dos políticos. Talvez por isto o diretor da Instrução Pública tenha registrado algumas medidas adotadas pelo governo, conforme a que segue:

A 8 de junho foi adquirido por sua Exa. O Coronel governador do Estado para patrimônio das educandas, uma “chácara” na Cachoeira Grande com os móveis, louças, trem de cozinha, etc.

Exa. vendo que a casa era pequena mandou construir no mesmo terreno um pavilhão que serve de recreio para as educandas (APEA: Relatório de Instrução Pública - dezembro de 1899).

Trata-se de medida de efeito para apaziguar as críticas ou para “isolar” as jovens internas, já que a aquisição da chácara para as alunas em Cachoeira Grande reafirma que este bairro, onde Emília Freitas possivelmente residiu, ficava bem afastado do centro da cidade.

Naquela região, que era também afetada pelas mortes em decorrência de impaludismo, a escritora, além do exercício de professora, continuava escrevendo e publicando. Há apontamentos de ela ter escrito para o jornal *Amazonas Comercial* – embora não localizado – e de que mantinha correspondência em Fortaleza, tendo inclusive publicado no Ceará o poema *De volta da Fortuna*, composto em Manaus em 03 de outubro de 1898 (poema 24/anexo).

Nesse poema, o eu lírico menciona a saudade e a solidão decorrentes da distância das praias, dos morros e do Mar, entende-se saudade de Fortaleza. Nele, o tom pessimista da lira de Emília Freitas se mantém, talvez acentuado pela atmosfera epidêmica de Manaus.

A solidão e o isolamento apontados nas últimas estrofes correspondem ao mesmo tom impresso na dedicatória da autora-escritora aos leitores, no romance *A Rainha do Ignoto*. No fragmento consta que o livro foi escrito na “solidão absoluta das margens do rio Negro”, conforme segue:

Meu livro não tem padrinho assim como não teve molde. Tem a feição que lhe é própria sem atavios emprestados do pedantismo charlatão. Não é, tampouco, o conjunto das impressões recebidas nos salões, nos jardins, nos teatros e nas ruas das grandes cidades; porque foi escrito na solidão absoluta das margens do Rio Negro, entre as paredes desguarnecidas de uma escola de subúrbio (Freitas, 2003: 29).

Contudo, tais sentimentos não configuraram obstáculos para a sua sociabilidade: Emília Freitas mantinha as atividades de professora, escrevia o romance *A Rainha do Ignoto* e dificilmente deixou de participar de certos acontecimentos culturais da capital amazonense como, por exemplo, de óperas e de festividades, apesar das dificuldades de transporte. Observava as contradições da modernização e freqüentava o centro espírita da cidade, desenvolvendo a prática religiosa difundida pelo francês Allan Kardec. Sendo assim, os tons de saudade e isolamento presentes na poética de Emília Freitas, além da projeção autobiográfica desse “estado de espírito”, podem configurar traços da lira romântica²⁴.

Em Manaus, Emília Freitas concluiu a escrita de *A Rainha do Ignoto* e, permanecendo na cidade, publicou-o na capital cearense, em 1899, o que sugere ter mantido correspondência com tipógrafos e amigos do Ceará.

Quanto à vida familiar de Emília, não foram encontrados sinais acerca dessa relação nesse período. Todavia, na capital amazonense, ela conheceu o jornalista e, também, escritor Arthunio Vieira, com quem realizou matrimônio um ano após a publicação de seu romance, conforme registrado em cartório manauense:

(...) aos catorze dias de abril de mil novecentos, nesta cidade de Manaus, capital do Amazonas, na rua sete de dezembro, casa nº(?), pelas quatro horas da tarde, na presença do Dr. Raimundo Fortes Castello Branco, juiz de direito, receberam-se em matrimônio: Arthunio Vieira, com 35 anos, natural de Pernambuco, filho de José Antônio dos Santos Vieira e Senhorinha Vieira, residente nesta capital, e Emília Freitas, solteira, de 24 anos, natural do Ceará, filha legítima de Antônio José de Freitas e Maria de Jesus Freitas, residente nesta capital (...). (Livro de Registro Civil, nº 3-B, folhas 149v e 150; termo 43. In: Hauradoul, Orieta – oficial de registro civil – Cartório do 1º Ofício do Registro Civil – Manaus).

²⁴ Confere-se, ainda, na produção literária de Emília Freitas certa formatação gótica a partir da abordagem obsessiva de temas como, por exemplo, morte e angústia, bem como de aspectos sobrenaturais, o que se associa ao lado sombrio da sociedade, em particular à escravidão e às epidemias freqüentes na cidade, conforme será tratado adiante. Ver: Braddeley, 2005: Gótico e romantismo. p. 13.

Confirma-se a partir desse documento a contradição dos apontamentos sobre a naturalidade de Arthunio: há indicativo de ele ter nascido em Recife, em Belém e ainda em Abaetetuba/PA. É certo, contudo, que ele viveu em tais cidades. Foi seminarista, deixando a carreira sacerdotal com a morte do padrinho, tornou-se editor de jornais – de caráter científico, literário e de notícias – de diferentes lugares, tendo redigido a *Revista Dramática* – órgão e propriedade da Companhia Coimbra, de Recife –, em 1893, e publicado romances e peças teatrais. Possivelmente, ele era mais jovem do que Emília Freitas, talvez dez anos. Sabe-se ainda que Arthunio Vieira faleceu em meados de 1930, no Pará.

Já a idade de Emília indicada na certidão de casamento não corresponde a que ela deveria ter na época, ao considerar seu registro de batismo. Naquela ocasião, a escritora devia ter quarenta e cinco anos e não vinte e quatro, conforme registrado. Quando ela conheceu Arthunio, este era viúvo e tinha um filho, Ernani Vieira, de dois anos, residindo no Pará. Ela era uma convicta praticante da doutrina espírita e conhecida de certos círculos sociais, de acordo com a seguinte declaração do próprio Arthunio:

Em 1899, estava eu viúvo e residia em Manaus.

A minha boa estrela fez-me conhecer pessoalmente Emília Freitas, que depois foi minha segunda esposa, e a quem muito conhecia de nome.

Emília, espírita convicta, convidou-me a acompanhá-la ao Centro Espírita Amazonense, hoje Federação, presidida, então, por Bernardo José de Almeida (...).

Foi aí, e, então que conheci a doutrina, que a comecei a estudar, graças ao espírito esclarecido de Emília, e aos conselhos profissionais de Bernardo de Almeida. (Vieira, Arthunio. “Inquérito Espírita”. In: *Alma e Coração* – órgão de propaganda espírita, ano XIV, nº 5, Belém, 1931).

No mesmo ano em que se casaram, Emília e Arthunio seguiram para Fortaleza, iniciando uma parceria não apenas afetiva, mas também de divulgação das idéias do espiritismo, conforme será abordada no último capítulo desse estudo.

O romance *A Rainha do Ignoto*

O livro *A Rainha do Ignoto: romance psicológico*, publicado em 1899, pode ter causado estranhamento ao círculo letrado cearense, o que se deduz da escassez de notas sobre o romance nos periódicos em circulação na época e dos apontamentos da reduzida fortuna crítica da obra de Emília Freitas.

Otacílio Colares, um dos principais estudiosos responsáveis pela recuperação histórica desse livro no final dos anos de 1970, considerou que o silêncio da crítica residia talvez em certo viés ultra-romântico que a obra trazia em meio à efervescência do realismo-naturalismo do período. Para ele, tanto a crítica quanto os literatos contemporâneos de Emília Freitas deixaram de considerar o aspecto inovador do romance, qual seja o traço fantástico-maravilhoso (Colares, 1977).

Abelardo Montenegro, por sua vez, não considerou nenhum aspecto literário da obra, antes, assinalou que não passava de um “dramalhão que não convence” (Montenegro, 1953: 77).

Em relação ao silêncio acerca do romance de Emília Freitas, Luis Felipe Ribeiro destaca que

Num ambiente de tradição naturalista, as ousadias desta desconhecida professora só poderiam ter recebido o tratamento preconceituoso com que foi brindada, mesmo nos anos cinquenta, e quase que condescendente, já na década de 70, deste século (Ribeiro, 1989: 135).

Tratava-se, no entanto, do primeiro romance de autoria feminina publicado no Ceará e trazia ainda o cruzamento de diferentes estéticas, gêneros e subgêneros literários. Apresentava elementos do Romantismo, da literatura gótica e também do fantástico-maravilhoso, além de ser permeado por elementos da literatura finissecular como, por exemplo, o Decadentismo.

Otacílio Colares acrescenta que o romance de Emília Freitas inscreve-se na perspectiva do romance gótico, uma vez que:

Trata-se de uma fuga autêntica ao real, levado em conta o fato de tratar-se de uma complicada estória de sacerdotisas do Bem contra as forças do Mal e que tem começo e fim às margens do rio Jaguaribe, por sua própria paisagem, pobre de pormenores geográficos, fantasmagóricos, destituídos de qualquer sugestão ao mistério, mas que a imaginação de Emília Freitas transforma num volver de peripécias que nos transporta ao mundo quase diabólico das chamadas novelas góticas medievais européias (Freitas, 1980: 13)²⁵.

Observa-se, então, que a escritora apropriou-se de elementos do cenário gótico europeu como, por exemplo, “o *tropos* do castelo e seus labirintos”, adequando-os ao contexto geográfico de sua infância. O castelo é traduzido no romance de Emília Freitas como a gruta do Areré. Já o labirinto, que aparece “nas narrativas góticas européias cristalizado nas formas obscuras e truncadas dos corredores e masmorras do castelo medieval”, é uma idéia incorporada ao romance por meio de um misterioso *reino subterrâneo* (Alós, 2003: 157).

A partir dessa perspectiva, Luis Ribeiro analisa a trama destacando a novidade e a ruptura que significa *A Rainha do Ignoto*. A própria escritora, segundo ele, tinha consciência do risco de recepção negativa de seu livro. Tanto é assim que mencionou no prólogo que, o livro, reunia elementos de uma “nova cientificidade – o espiritismo e as experiências de hipnose”, o que poderia gerar certo desconforto.

Além disso, o pesquisador aponta que alguns dos personagens “habitam uma outra dimensão, em que as leis ordenadoras do real são outras”, encaminhando o romance para as vertentes do fantástico (Ribeiro, 1989:136).

²⁵ Sônia Ribeiro assinala que o gótico, em *A Rainha do Ignoto*, é um recurso usado para “retratar na literatura ambientes e paisagens desconhecidos”. Com razão, ela acrescenta que “a heroína participa das aventuras e tem o controle de seu destino, mas não recebe, ao final da narrativa, a glória destinada aos heróis e cavaleiros das histórias góticas, que se passam na Idade Média”. Além disso, ela destaca que o recurso ao gótico, a fuga propositada ao inverossímil, foi a forma encontrada pela autora para abordar o tema feminino extrapolando os padrões vigentes na época. (Ribeiro, 2001: 7).

Voltando-se ao livro, verifica-se que Emília Freitas discorreu sobre temas relacionados à “alma feminina” e à situação das mulheres na sociedade patriarcal. O romance trata de uma sociedade secreta de mulheres, hierarquicamente organizada em uma ilha da costa nordestina do Brasil, denominada Ilha do Nevoeiro, que mantém aparatos em várias regiões do Império e negócios internacionais, sendo ambientado no século XIX. A ilha era governada por uma Rainha que recrutava suas paladinas, isto é, incorporava novas mulheres ao seu reino, a partir do sofrimento vivido por elas no cotidiano de cidades brasileiras²⁶. Tal sofrimento seria decorrente de violência, de solidão e de desamor.

A Rainha e suas paladinas faziam incursões por diferentes cidades brasileiras protegendo mulheres e combatendo injustiças. Para tanto, utilizavam-se de pseudônimos e desenvolviam diferentes especialidades profissionais, manuseando recursos tecnológicos e materiais – pertencentes aos cofres do reino – e, ainda, faziam uso de artifícios esotéricos como, por exemplo, transmutação, hipnose e invisibilidade²⁷. Desse modo, em diferentes passagens do romance o leitor depara-se com situações de mistério, com o inverossímil e com o estranhamento – marcas próprias da atmosfera do subgênero fantástico-maravilhoso²⁸.

Em meio à trama, a autora refere-se ao espiritismo, à psicologia, à hipnose, ao estoicismo, ao positivismo, às ciências naturais, à maçonaria, ao abolicionismo, ao

²⁶ Observa-se, então, que o livro se insere também na tradição literária referente às mulheres guerreiras e rainhas, já indicada em *La cité des dames*, de Christine de Pizan (Pizan, 2000).

²⁷ Há na trama uma alusão às sociedades secretas, especialmente à maçonaria. Essas sociedades secretas eram bem estruturadas e atuantes tanto no Ceará quanto no Amazonas oitocentistas. (BERENICE; BAZE)

²⁸ O debate acerca do aspecto literário de *A Rainha do ignoto*, no que se refere à filiação da obra às escolas literárias (se fantástico, se maravilhoso, se romântico, se regionalista), foi brevemente abordado por Maria Goretti Moreira Soares, sob a orientação de Sânzio de Azevedo. Na monografia, a pesquisadora mostra as contradições de apontamentos de Colares sobre a caracterização da obra como sendo o primeiro exemplar brasileiro de literatura fantástica, bem como por não diferenciar o fantástico do maravilhoso. Para ela, assim como para Sânzio Azevedo, o romance apresenta mais traços do maravilhoso, particularmente do subgênero fantástico-maravilhoso, de acordo com a perspectiva apresentada por Todorov (Soares, 1994). Entretanto, não é intenção desse nosso estudo realizar a

republicanismo, ao feminismo, ao amor, à solidão, à angústia, enfim, a uma série de assuntos próprios de sua época. O enredo desvela a apropriação que a escritora realizou de idéias que circulavam nas sociedades cearense e amazonense dos Oitocentos. Incorpora aspectos da trajetória da própria escritora ao espaço ficcional, além de construir aspectos relativos ao fantástico-maravilhoso. Por meio desse romance, é possível perceber o quanto Emília Freitas estava concatenada ao meio letrado, apesar da cultura misógina e de residir em províncias consideradas periféricas.

Nele, cria-se uma atmosfera de crítica e de pessimismo em relação ao mundo moderno e à sua contínua modernização – empreendida nas principais cidades do Brasil –, ao abordar as contradições sociais e de costumes. Por outro lado, circunscreve os “símbolos da modernidade”, de caráter engenhoso, exclusivamente à Ilha do Nevoeiro. Portanto, é na Ilha do Nevoeiro que estão instaladas a linha férrea, as indústrias e as oficinas. O pesquisador Luis Ribeiro vê nisto “uma intenção da autora de marcar o espaço feminino como mais adiantado que o espaço cotidiano natural, onde predominam e dominam os homens” (Ribeiro, 1989: 138).

Todavia, destaca-se na narrativa uma visada subjetiva, por meio da qual enfocam-se as reflexões e angústias da protagonista, líder desse outro mundo – a Ilha do Nevoeiro²⁹.

Em *A Rainha do Ignoto*, localizam-se quatro núcleos dramáticos. Um deles é o da própria Rainha, a protagonista da trama que ora é chamada de Diana, ora de Funesta, entre outros nomes que adota de acordo com as personagens/máscaras que vai incorporando no desenrolar da trama. A partir de recursos da literatura fantástica, mais especificamente do maravilhoso, esse núcleo integra duas criaturas animais que são

análise da obra a fim de classificá-la em um gênero ou outro, mas, antes, destacar que o romance guarda diferentes possibilidades de análise.

guardiãs da Rainha, sendo uma delas um orangotango. Tal recurso configura uma citação ao debate misógino da época, segundo o qual as mulheres estariam mais próximas aos gorilas, em inteligência e ações, do que aos homens. Trata-se, então, de um recurso irônico que, no primeiro momento, causa estranhamento ao leitor.

Além de criaturas estranhas, também mulheres que foram vítimas de injustiças, sejam afetivas ou econômicas – como aquelas que figuravam nas notícias dos periódicos, mencionados anteriormente –, tornaram-se “paladinas do Nevoeiro”. E cada uma delas exercerá uma função na Ilha, seja médica, alquimista, maestrina, engenheira, pianista, professora, entre outras, inclusive maquinista. Como se vê, eram todas profissões exercidas quase que exclusivamente por homens, que as mulheres lentamente tentavam apropriar-se, conforme as notícias veiculadas pelos jornais já transcritas nesse estudo.

Elas compartilhavam os propósitos da Rainha, cuja missão era assistir aos necessitados, sobretudo mulheres vítimas de desamor, de maus tratos domésticos e de solidão. Além das mulheres, das criaturas e de crianças assistidas pelo Reino, havia um homem de nome Probo, o “caçador de onças”, que ocupava a função de “relações públicas” da ilha do Nevoeiro. Ele assume, por exemplo, o papel de comandante das embarcações da Rainha do Ignoto perante o público, que não poderia conhecer a verdadeira identidade das mulheres do reino do Ignoto.

A protagonista é definida como mulher bonita, abastada e benevolente – sendo este último adjetivo defendido para as mulheres pelos positivistas, como é sabido. Além disso, é também emancipada, ousada, forte e instruída, contrariando, portanto, a concepção romântica de mulher da primeira metade do século XIX e mesmo a indicada pelo Positivismo, que defendiam a fragilidade e a submissão feminina (Soihet, 1989;

²⁹ É certo que Emília Freitas teve acesso às lendas arthurianas e, ainda, que teria se inspirado em *As Brumas de Avalon*, se Marion Zimmer Bradley tivesse escrito a coletânea na segunda metade do século

Ribeiro, 2001: 37). Porém, guarda traços próprios de tipos de *mulher fatal* construídos literariamente ao longo da história (Praz, 1996).

Já o segundo núcleo do romance é composto por uma família que tem costumes pautados pelos hábitos urbanos. Nele, destacam-se as personagens Henriqueta e Virgínia, que representam modelos distintos de comportamento: a primeira encarna a moça da cidade, freqüentadora de salões de Fortaleza e Recife, atenta às tendências da moda e que destila intenso menosprezo pelas pessoas do campo e por comportamentos que considera matutos. Ela almeja um casamento vantajoso, que lhe garanta *status*, evidentemente. A segunda, Virgínia, estudou na França e lá viveu até a morte trágica de seus pais, passando a residir na casa dos tios – pais de Henriqueta –, que se apropriaram da riqueza de seu pai e, no entanto, tratam-na como se o acolhimento fosse um gesto caridoso. Virgínia sofre ainda de desamor, pois o namorado, interessado no dote, trocou-a pela prima, uma das irmãs de Henriqueta. Mesmo assim, seu perfil continua sendo de donzela generosa, cândida, amante da música e tísica.

O terceiro núcleo é composto por outra família, que se acomoda harmoniosamente ao universo do campo. Um dos membros dessa família, o pai, Martins, é um homem simples que aprecia a vida na fazenda. Desse núcleo, destacam-se a mãe, Raquel, que é professora, e a filha, Carlotinha, uma moça simples, cujo perfil é marcadamente romântico. Ela encarna a singeleza da vida campestre. É exatamente o oposto de Henriqueta, que desdenha dela, fazendo-a sofrer e se sentir inferior.

O quarto núcleo compreende, entre outros personagens, o Dr. Edmundo, moço da cidade, bacharel em Direito formado em Recife, viajado, bom partido, que vai reconhecer uma propriedade herdada de seus pais, localizada próximo à Passagem das Pedras, distrito de Aracati, no Ceará, povoação onde residem as duas famílias dos

núcleos mencionados³⁰. Em tal lugar, Edmundo instala-se e passa a freqüentar as casas de seus vizinhos, sendo que a família de Virgínia ele já conhecia de Recife – inclusive era amigo de Gustavo, o ex-namorado dessa moça, atual cunhado de Henriqueta.

Edmundo, certa noite, ao contemplar o Rio Jaguaribe, ouviu “uma voz doce e triste entoando uma canção francesa” e avistou uma pequena embarcação na qual estava “de pé no meio do bote” uma misteriosa mulher que tocava uma harpa encostada ao peito (Freitas, 2003: 34-5). A partir daí passou a perseguir a tal mulher, a Rainha do Ignoto, que era considerada uma lenda para a população local, até chegar à Ilha do Nevoeiro, onde ela habitava. Lá adentrou, fazendo-se passar por uma das paladinas com a ajuda de Probo que, por ironia, vai trair a confiança do Reino do Ignoto.

Edmundo passa então a acompanhar as peripécias da Rainha, cujas ações e sentimentos são paulatinamente desvelados para os leitores.

Um dos fios da trama: a modernidade

A trama do romance *A Rainha do Ignoto* aborda diferentes temas, inclusive de cunho social, como a escravidão e o papel da mulher na sociedade oitocentista. Também são destacadas as implicações da modernização que se processava em certas capitais brasileiras, desdobrando-se no embate sobre os costumes do campo e os da cidade.

Nos capítulos iniciais, quando da chegada de Edmundo à Passagem das Pedras, tal questão é imediatamente colocada. A curiosidade dos moradores em relação ao moço estranho que ali chegou é assim justificada:

³⁰ Passagem das Pedras, atual Itaiçaba, é vizinha de Jaguaruana, lugar onde nasceu e viveu Emília Freitas até a morte do pai, o que revela como sua produção literária é permeada por elementos de sua própria vida.

Nos lugares pequenos, nas aldeias, as novidades são poucas ou antes nenhuma, quando passa ali um viajante, se traz a sobrecasaca abotoada, só faltam desatacá-la para ver se o colete tem botões! Se ele traz consigo mulher, irmã ou filha, a primeira coisa que notam é se ela usa brincos, se os não usa. Serve isto de assunto para uma semana de conversação na vizinhança (Freitas, 2003: 51).

O narrador onisciente descreve, então, o comportamento das pessoas do interior, destacando a curiosidade como um aspecto distintivo dessa população que não tem acesso a novidades. Essa passagem traz uma significativa marca autobiográfica da escritora, referente ao contato que ela estabeleceu com pessoas de bairro suburbano de Manaus, conforme foi mencionado.

Na sequência dos diálogos, é possível notar que de um lado estão Henriqueta, a irmã e a mãe, representando referenciais urbanos e civilizados; de outro, a família de Carlotinha, expressando os costumes do interior. Entre os dois núcleos, localiza-se Edmundo: com gestos polidos e inclinados para o núcleo de Carlotinha, embora sendo um homem da cidade.

A dicotomia matuto/civilizado perpassa toda a narrativa, paralelamente ao mistério que circunda a Rainha do Ignoto e suas incursões no cotidiano de diferentes localidades brasileiras.

A personagem Henriqueta é construída como arrogante e prepotente, atributos associados diretamente aos da cidade. Ao mesmo tempo, os costumes matutos de Carlotinha são apresentados e justificadamente aceitos, desvelando a preferência do narrador. Em certa passagem, ao tratar das vestimentas dessa personagem, verifica-se, no discurso ficcional, a explicação sobre as lojas de moda concentrarem-se nas cidades e, por isto, venderem especialmente as peças consideradas *démodé* para a população do interior. Tal argumento, além de indicar uma característica da organização social e comercial do período, qual seja a centralização dos negócios e distribuição no âmbito da

cidade, insinua certa crítica a esse sistema e, por conseguinte, ao comportamento desdenhoso de Henriqueta.

Em outra passagem relativa às diferenças de comportamento entre as moças do campo e as da cidade, há diálogos sobre a importância da educação, destacando-se os questionamentos acerca da restrição da educação feminina – tão comum naquele período – e, ainda, ao manuseio de peças de vestuário, aos modos de comportamento em salões e às prendas domésticas, conforme pronuncia Virgínia:

Então, Henriqueta, julga você que a boa educação consiste somente em saber botar um espartilho, atacar um cinto, fazer um bonito penteado, cobrir as faces de pós-de-arroz, os lábios de carmim, calçar umas luvas, conhecer os artigos de moda, tocar um pouco de piano e dançar quadrilhas e valsas? Há outros conhecimentos muito mais necessários (Freitas, 2003: 70).

Curiosamente, trata-se de uma proposição de Virgínia, que estudou na França. Além disso, ela indica que a instrução não é privilégio de segmentos sociais abastados, conforme segue:

Eu falo no geral, minha prima, não me refiro a ninguém; quero dizer que a boa educação nem sempre tem a felicidade de sentar-se nas cadeiras estufadas dos ricos salões, muitas vezes vamos encontrá-la na salinha caiada de branco, costurando ou lendo à luz do candeeiro de querosene (Freitas, 2003: 71).

Por meio desses diálogos, difunde-se explicitamente a crítica a certos comportamentos femininos, considerados fúteis pela personagem, bem como à visão dicotômica, segundo a qual nos centros, nas cidades e nos salões residiria a boa educação, em detrimento do interior, da roça, que seria *locus* de atraso e de ignorância. Observa-se, ainda, que o cenário de “uma salinha caiada de branco”, indicado pela personagem, parece aproximar-se daquele descrito pelo narrador em outra passagem do romance, ao se referir à casa/escola da professora de uma colônia cearense, em cidade do Norte do Brasil (Freitas, 2003: 71). Trata-se, pois, de outra marca autobiográfica da

escritora, que foi professora na escola de Cachoeira Grande, em Manaus, tendo escrito o romance “a Rainha do Ignoto na solidão absoluta das margens do rio Negro, entre as paredes desguarnecidas de uma escola de subúrbio”, conforme ela sublinhou no prólogo do livro (Freitas, 2003: 29). Do mesmo modo, a importância atribuída à educação corresponde às idéias defendidas em sua poética abolicionista, abordada no capítulo anterior desse estudo.

Todavia, a crítica à idéia de civilização engendrada no romance sugere também certo incômodo para com a vida dos salões e um sentimento de melancolia estimulado talvez pela vida na cidade e pelas contradições do progresso e idéias de evolução, tão intensificadas no século XIX. Tais aspectos, mencionados em diversas passagens do romance, principalmente, quando se refere ao comportamento da Rainha do Ignoto, são marcas também da trajetória da escritora. É um traço tão presente na narrativa, que Edmundo é apresentado como um moço viajado que

Dois anos depois, voltou ao Rio de Janeiro, quase pobre. Vinha do estrangeiro, farto de divertimentos cortesãos; e sentindo fastio e aborrecimento das grandes cidades, então, lembrou-se de ir visitar uma fazenda que possuía nos sertões do Ceará, para os campos do Jaguaribe (...) (Freitas, 2003: 40-1).

Essa tendência é ainda enfatizada por ocasião da festa de aniversário de Henriqueta, quando a protagonista, que sabia de todos os acontecimentos sem que para isto tivesse de aparecer, resolveu advertir a moça sobre seu desdém em relação aos moradores da localidade. Para tanto, enviou-lhe de forma inusitada e bastante misteriosa um presente, que foi recebido durante a festa, incitando a curiosidade dos convidados. Para a decepção e a fúria de Henriqueta, tratava-se de um “manual de civilidade remetido por um pedagogo”, uma das diferentes máscaras da Rainha do Ignoto (Freitas, 2003: 102).

O artifício irônico utilizado para questionar a idéia de civilizado, representada pela família de Henriqueta e, quiçá por uma parcela da sociedade em que Emília Freitas viveu, talvez fosse uma maneira de criticar o modelo eurocêntrico de civilidade, que as elites brasileiras importavam e autoritariamente adequavam ao país – o que, aliás, foi tema também de um poema da escritora sobre a guerra, mencionado anteriormente. Infere-se que tal crítica recaía sobre o universo letrado (intelectuais, literatos, políticos, dentre outros) que, nas últimas décadas do século XIX, estava sob forte influência cientificista e higienista, tanto em Fortaleza como em Manaus, conforme indicado acima. Afinal, tratava-se do período denominado por Sevcenko de “inserção compulsória do Brasil na Belle Époque” (Sevcenko, 1983: 42).

Nesse fio da trama, são introduzidos elementos tanto da cultura popular, quanto da erudita. Constância Lima Duarte afirma que este “livro se torna mais interessante à medida que se opera o cruzamento de vozes acionando o bilingüísmo e mesmo o multilingüísmo” (Duarte, 2000: 725) Encontram-se, no romance, frases, expressões e letras de música em português, francês e inglês, e ainda grafias de falas típicas do interior, ou seja, apontamentos de linguagem própria da região (Freitas, 2003: 34-5; 56-7; 75). No capítulo relativo a um assalto de capoeiras a uma chácara de Rio Comprido/RJ, por ocasião de uma festa promovida pelo comerciante português, Domingos, genro de D. Matilde – mãe de Henriqueta –, ocorre o seguinte diálogo acerca do confronto entre assaltantes e soldados:

– Aí vem o Domingos, disse Henriqueta.

E tomou a frente um português baixo, gordo e de barba loura, cabelo a escovinha.

– Que diabo é isto? Suldados aqui tambaim? Pur ande antraram? (Freitas, 2003: 348)

Observa-se que, por meio da grafia da fala de Domingos, a escritora procurava exprimir um sotaque lusitano, intensificando, assim, a caracterização portuguesa do personagem.

O romance é bastante rico, ainda, em descrições de festas, lendas, crenças e costumes. O capítulo sobre a festa junina na fazenda do pai de Carlotinha, por exemplo, traz detalhes de diferentes brincadeiras e jogos típicos. Em outra passagem, faz-se menção à rainha do congo e às festas de congado. Além disso, há descrição minuciosa de desfiles de carnaval, no Rio de Janeiro. Tais aspectos desvelam o veio etnográfico e de folclorista da escritora (Freitas, 2003: 143-152).

A Rainha, por sua vez, é uma personagem cosmopolita que, além de viajar por inúmeras cidades, fala e lê diferentes idiomas e tem acesso a bens culturais e materiais como livros, músicas, roupas, indústrias, entre outros.

Todavia, Emília Freitas não concebia o universo cultural de forma estanque e dicotômica, ou seja, dividido entre popular e erudito. Ao longo da trama, ela vai misturando habilmente na ficção os elementos culturais. Tanto é assim que, além dos aspectos apontados acima, ela faz menção aos *Contos de mil e uma noites*, ao conservatório de música, a instrumentos musicais, aos espetáculos líricos, às modinhas brasileiras, às obras de Allan Kardec e Flammarion, aos estudos de craniologia e psicologia, ao circo, à hipnose, ao teatro, ao *Guarani* de Carlos Gomes (Freitas, 2003). Tudo é citado no contexto de cada peripécia da protagonista.

Para ilustrar, em uma das sessões da Ilha do Nevoeiro, a Rainha pediu que a maestrina Angelina Dulce lhe dissesse quais as Escolas que suas alunas seguiam no conservatório; em seguida, que lhe fosse apresentada para interrogatório uma das alunas. Foi-lhe, então, chamada a moça mais franzina, de pele morena e de “fisionomia vulgar: os modos acanhados, e vista baixa, lhe davam um ar de colegial de mosteiro ou

casa de caridade”. Tratava-se, pois, de uma órfã ou de uma jovem vítima de maus tratos acolhida pelo Reino do Ignoto.

Apesar de a moça ser uma das menos preparadas do conservatório, a Rainha perguntou-lhe:

- (...) quais são os maestros mais notáveis da antiga Escola Italiana?
- Cimarosa, Cherubine, Rossini, Donizetti, Bellini e Verdi, respondeu Otília sem erguer a vista.
- E da Escola Alemã, quais são os vultos de que ela se orgulha?
- Mozart, Haydn, Hasse, Haendel, Weber e muitos outros que ainda não estudei.
- Basta, menina, estou satisfeita, disse a Rainha do Ignoto; a Música é uma coisa divina! Remonta à criação do mundo, e dizem que nela sucede como na Poesia e na Pintura: não há paixão nem sentimento a que não alcance a sua expressão (...). (Freitas: 2003, 190/1)

A partir desses elementos, é possível assinalar que a escritora realizou em *A Rainha do Ignoto* o que Michel de Certeau denomina “atividade criadora de consumo”, na qual como leitora, seja de livros, de libretos ou do mundo, ela produziu, destacou, combinou e criou, questionando a ordem que se estabelecia (Certeau, 1994: 262-5). Mesmo porque Emília Freitas era uma mulher de seu tempo e, como tal, inserida no contexto do final do século XIX, quando já se avistavam os desdobramentos do progresso.

Outro fio da trama: o sofrimento da Rainha

Cria-se no livro uma atmosfera de mistério em torno do sofrimento da Rainha, cujos sintomas são solidão, angústia e melancolia. Não se enuncia se tais sentimentos estão relacionados diretamente a um amor não correspondido ou a uma ruptura amorosa ou, ainda, se trata de um ideal de amor e, como tal, irrealizável. Apresentam-se apenas indícios de sofrimento acarretado pela ausência de familiares e por desilusão amorosa. Contudo, não se explicam tais sentimentos na narrativa, há

somente pistas, o que parece uma decisão propositada da escritora para se criar um clima gótico marcado pelo tom *noir* – sombrio, misterioso, angustiado e triste.

O fato de a personagem não manter qualquer relacionamento amoroso e dissuadir Edmundo, o pretendente, de esperança quanto a um possível envolvimento, remete à concepção de “mulher romântica, sedutora e intocável”, conforme apontou Sônia Ribeiro em pesquisa recente sobre esse tema (Ribeiro, 2001: 42). Tais características são também atributos da *mulher fatal* – idéia de feminino, tão amplamente difundida na literatura oitocentista, segundo a qual as mulheres tinham prazer em seduzir os homens para, depois, deixá-los de lado ou os devorarem (Praz, 1996.).

Esse estereótipo de mulher é problematizado no livro *A Rainha do Ignoto*, quando, entre outras passagens, o narrador discorre sobre a intenção de Edmundo de escolher uma esposa. Em tal trecho, constam os seguintes perfis de mulheres:

Henriqueta não podia ser: era leviana, presumida e mal educada.
 Carlotinha, além de formosura, possuía muita singeleza e bondade de coração; mas esses dons quase vulgares não bastavam à alma fantasiosa e transportada do nosso herói.
 Ele sonhava sempre [com] uma fada, uma mulher superior, que no rastro luminoso de seus passos levasse acorrentada sua vontade, sua esperança e sua vida.
 Ilusão dos primeiros anos, pois a mulher superior é a encarnação da indiferença e até do ódio da maior parte dos homens. (Freitas, 2003: 125)

Essa opinião do narrador sobre a mulher superior ser indiferente, portanto, aproximar-se de um tipo de *mulher fatal*, é vivido pela protagonista ao longo de centenas de páginas. Todavia em meio às peripécias da Rainha e de suas paladinas por diferentes cidades, a narrativa vai desvelando o perfil pessimista e a tristeza da protagonista. Tanto é assim que, em certo encontro entre Virgínia, Carlotinha e Diana – um dos disfarces da Rainha –, esta é indagada sobre a felicidade e responde:

– A felicidade, minha amiga, não existe em parte alguma da terra. Não é absoluta nem relativa. É simplesmente uma ligeira consequência da infância e da adolescência, assim como o delírio é proveniente da febre. Na mocidade ela começa a evaporar-se como essas brilhantes gotas de orvalho que pela manhã tremulam nos cálices das flores e à tarde desaparecem sugadas pelos raios ardentes do sol. Na idade da razão já ela não vive, fugiu com os sonhos e ilusões dos primeiros anos (Freitas, 2003: 87).

Diante de tal fatalismo, de orientação schopenhaueriana, o próprio narrador sublinha tratar-se de uma exposição de “profunda convicção e tristeza”. Carlotinha e Virgínia paralisam-se. Mesmo assim, esta personagem exclama que compreenderia tal concepção se fosse o pronunciamento de um “velho desenganado pelo tempo”, o que não era o caso.

Mas Diana replicou:

– Vinte e nove anos longos já passaram por minha fonte cismadora! E assim como as tempestades marcam com ossos a passagem do viajante no deserto, elas me deixaram na mente os esqueletos de meus sonhos. Desfolharam minhas crenças, minhas esperanças, assim como fizeram murchar os encantos que afloravam a minha poética e desditosa mocidade (Idem).

Depreende-se que os acontecimentos da vida e do mundo incutiram mudanças na concepção de mundo da Rainha, como é possível observar também na trajetória da própria autora escritora. O “estado de espírito” da protagonista passa a contradizer suas ações: a utopia romântica de transformar o cotidiano nefasto de diferentes pessoas, particularmente de mulheres, que guardava valores de bondade, de civilidade, de respeito, entre outros, cede lugar ao pessimismo e à angústia – sentimentos também experimentados por pessoas utópicas que, exatamente, não alcançam satisfação no tempo em que vivem (Saliba, 2003).

Esse estado de espírito agrava-se por ocasião do naufrágio de uma embarcação qualquer, em que as paladinas recusaram-se a auxiliar a Rainha no socorro aos náufragos. Elas alegavam que a própria tripulação da Ilha do Nevoeiro corria risco

de naufragar em meio à tempestade e, ainda, que tal propósito da líder só poderia ser sinal de loucura. Em contraponto, passada a tormenta, tendo os marinheiros sido resgatados pela Rainha e pelas criaturas, as mulheres do Reino do Ignoto divertiam-se com os náufragos, já no interior do navio: cantavam músicas, tocavam, dançavam e realizavam jogos. A Rainha observava tudo com tristeza, pois, saltava-lhe a contradição dos gestos e, com isto, ensimesmava-se ainda mais.

Essa passagem do romance torna-se repleta de símbolos: a protagonista havia pulado ao mar para salvar os náufragos, acompanhada somente das criaturas animalescas, suas guardiãs: orangotango e, a outra, parecia um cão, de cabeça negra e felpuda. Ela se lançara sozinha. Ao voltar, sentiu a indiferença de suas companheiras. Retirou literalmente a máscara – o que jamais fazia junto das paladinas –, e, seguindo despercebida, defrontou-se com a própria solidão. Nesse trecho, traços da literatura finissecular já estão impressos na trama como, por exemplo, a máscara que, em tal perspectiva, significava “a vida diária e as coisas terrenas” encobrendo algo sublime (Peixoto, 1999: 240). Daí a protagonista passar a refletir sobre seu sofrimento, suas decepções e se lançar, com raiva, desilusão e melancolia, ao seguinte pensamento:

– Os próprios astros têm sua família planetária, pensou ela olhando o céu, e eu divago na terra só; tenho o coração desprendido como um balão arremessado ao espaço, onde até a luz desaparece no vácuo! Sem pai, sem mãe, sem irmãos, sem esposo, sem filhos, e até sem sobrinhos! É verdade que tive uma família... família adorada que me foi arrebatada às parcelas pela morte, pelas distâncias... e até pelo sentimento (Freitas, 2003: 247).

Nesse ponto, vida e ficção novamente se entrecruzam, pois o pensamento da Rainha sobre a morte de membros de sua família, bem como a distância entre ela e seus familiares, coincide com a morte “em parcelas” da família de Emília Freitas, mencionado nos campos anteriores desse estudo – isto também foi observado por Otacílio Colares no Prefácio, da segunda edição do romance.

Outro aspecto que se verifica é que o tom dessa passagem da trama corresponde ao do poema *De volta da fortuna*, no qual o eu lírico menciona a saudade de Fortaleza e o forte sentimento de solidão, destacado acima. Ambos, romance e poema, foram concluídos ao final dos anos de 1890.

A Rainha admite, com tristeza, que as paladinas não poderiam ser consideradas integrantes de sua família, já que “não se ligavam a ela pelo coração”, mas por outros diversos interesses. Ela se indigna com isto e cogita:

(...) Dizem que a prática do bem traz a felicidade, é mentira! É ilusão! Aqui estou eu que, desde criança, não tive pensamento que não fosse nobre e digno! Não fiz uma ação que não fosse em favor dos meus ou em benefício dos estranhos, e o que tive em paga? Injustiça e ingratidões! Ah! mas o bem já é para mim um vício! Corro a aliviar uma miséria, arrisco a vida para evitar uma desgraça, como o jogador incorrigível atira-se a uma banca de jogo, onde sempre perde (Freitas, 2003: 248).

Sentir-se decepcionada com as paladinas, suas “companheiras de alma” – como a Rainha as chamava –, tornou-se fulminante para a protagonista, que já sofria de angústia e solidão. Ela debatia-se com o propósito idealista, pois a descrença tomava-lhe conta. Ainda sem máscara, vocifera:

Ah! eu não amo a esta humanidade injusta, ingrata e egoísta... Faço o bem maquinalmente, por um destino, uma tendência, como a do que se embriaga pelo desespero! (Freitas, 2003:248).

Desfazia-se, portanto, a visada iluminista e romântica, de progresso e bondade humana, bem como de viabilidade da Ilha do Nevoeiro. A atmosfera finissecular passa a absorver a Rainha que, apesar disso, continua realizando as incursões por diferentes cidades, mas sem a mesma cumplicidade, atenção e ideal de outrora. Ela se distancia de tais intentos e, ao mesmo tempo, sente-se ainda mais angustiada e melancólica.

A dicção do romance que, até a referida passagem, apenas se insinuava, aproxima-se então da poética característica do final do século. Para Sérgio Peixoto, essa poética adquire expressão à medida que

Após uma esfuziante crença na razão e na ciência, após tanto positivismo e tanto progresso teorizados, a prática da vida diária começou a mostrar ao homem finissecular um cansaço e uma descrença tão grande nesse mundo materialista, que uma espécie de nostalgia da alma e do espírito das coisas parecia dominar a todos (Peixoto, 1999: 191).

As incursões da Rainha perseguem, em certa medida, o mesmo roteiro geográfico-sentimental da autora escritora: ela se instala na região do Jaguaribe, na serra do Areré, percorre o rio, passa por Aracati, Fortaleza, Belém, Manaus e por cidades como Recife e Rio de Janeiro – sendo que nestas duas últimas capitais não foram verificados registros de passagens de Emília Freitas.

A Rainha, em tais localidades, resgata, protege e acolhe as pessoas; transformou-se, inclusive, em “Cônsul Geral do Infortúnio”, em Recife. Amargurada, em uma dessas andanças, ela conversava com uma das paladinas sobre quando residiu nas vizinhanças de um quartel e ouvira as varas “estalarem nas costas de um soldado”, ficando horrorizada. A outra lembrou que, diante desse tipo de tortura, a Rainha se sentia tão angustiada e indignada que era capaz de gestos impensados como, por exemplo, correr para a rua e realizar “discursos insidiosos”. Torna-se inevitável a associação dessa lembrança ao apelo da poética de Emília Freitas durante o processo abolicionista no Ceará.

Entretanto, contradizendo a imagem que a paladina dela fazia, a Rainha disse nunca ter feito isso, antes: “contentava-me com tragar as lágrimas e refluir o sangue que me tumultuava no coração e nas faces, de vergonha das leis de todos os países que neste atrasado planeta se chamam civilizados!” (Freitas, 2003: 292-3). Ela procurava então projetar uma imagem blasé, condizente com aquela que queria para si.

Em uma casa do subúrbio da capital pernambucana, como Cônsul, costumava realizar sessões beneficentes e planejar intervenções como a de libertar os escravizados de um determinado engenho. Na sala onde despachava, havia dois retratos a óleo: “um era de mulher, representava uma matrona formosa ainda; o outro, era de um homem fardado de coronel”.

Edmundo, que continuava espreitando os passos da protagonista, ouviu atentamente a resposta da Rainha quando indagada sobre tais retratos: ele – disse a Rainha travestida de Cônsul – “(...) dedicou-se ao bem público, à felicidade do povo no meio do qual viveu; desejou a emancipação dos escravos, combateu a pena última e sonhou com a República” (Freitas, 2003: 312). Talvez nem fosse necessário registrar que tais características eram as mesmas do pai de Emília Freitas.

Com relação à mulher, disse chamar-se dona Maria Jesuína e assinalou que a casa beneficente de onde despachava havia sido fundada em sua memória e, em nome dela, realizava ações visando a libertar escravos de um senhor cruel (Freitas, *idem*).

Segundo o narrador, a Rainha do Ignoto era filha daquele casal. Mãe e filha tinham os mesmos olhos, sendo que dona Maria Jesuína “tinha uma expressão de bondade iluminada pela inteligência”, já o olhar da Rainha “tinha uma profundidade [imensurável]. Imerso na tristeza despedia todas as fulgurações dos lumes da inteligência, da energia, do sentimento e do caráter, enfim”. Do mesmo modo, “ela tinha alguns traços do coronel, que era louro e tinha olhos azuis” (Freitas, *idem*, 313). Em tal trecho, além de indicar os traços fisicamente góticos da protagonista – olheiras e tristeza –, acentuam-se, portanto, as marcas autobiográficas e, como tal, a relação entre a autora e a protagonista, embora não haja como conferir as características físicas descritas.³¹

³¹ Em artigo publicado em *O Povo*, periódico cearense, em 1998, consta uma fotografia de Emília Freitas (Leal, 1998). Contudo, durante as investigações desse estudo, verificou-se que a fotografia era de uma jovem escritora de Mossoró, Rio Grande do Norte, cujo nome homônimo é Emília de Freitas. Trata-se

Já encaminhando para o desfecho da trama, encontra-se a Rainha cada vez mais transtornada pelas suas dores e melancolia. Depois de participar de um “domingo de carnaval”, na corte, no qual desfilaram diferentes carros alegóricos da mitologia, da ciência, das artes, da música, da pintura, dentre outras áreas, ela se afastou daquele espetáculo público de erudição, ao apresentar os principais expoentes de cada área, e seguiu para o seu navio. Daí o narrador sublinhar:

A Rainha do Ignoto passando de repente da claridade da festa carnavalesca para as solidões profundas do oceano, sentiu-se no mundo interior de sua alma, nas regiões psicológicas onde habitava o seu esquisito eu (Freitas, 2003: 366).

Esse estado de esquisitice, próprio dos decadentistas – conforme também observou Sônia Ribeiro (2001: 11) – e dos góticos, vai tomando conta da protagonista que, depois de inúmeras peripécias, faz viagem de volta à Ilha do Nevoeiro. Já como Diana, em certa noite, faz o trajeto da Serra do Areré ao Reino do Ignoto, parando antes na praia e, ao contemplar o mar, admite:

– Meu coração foi como tu, oceano! Lidou sem cessar, mas tu continuas e ele despedaçou-se como esses navios que voam com o arcar de teu seio (...) Tu guardas em teu seio tesouros que nunca foram vistos e eu guardo em meu peito segredos que não foram adivinhados (...).

Ao que acrescenta o narrador:

E acenando com o lenço para o mar que bramava a seus pés, parecia a estátua da saudade. Tomou o bote e cobriu o rosto com as mãos. Estava em um desses momentos terríveis da vida, cheia de alternativas nervosas. E assim chegou ao Ignoto (Freitas, 2003: 394).

Já na Ilha, ela tenta obter de uma das paladinas, a “investigadora da ciência química”, um preparado - artefato químico – que lhe produzisse a indiferença, atenuando seu sofrimento insuportável. Em meio à recusa da pesquisadora, a protagonista vociferava que era melhor ser imbecil a tolerar aquela dor e, em fúria,

de uma fotografia publicada na Revista *Estrela*, em outubro de 1915, editada por Antonieta Clotilde. Portanto, posterior ao falecimento de Emília Freitas, ora biografada.

derrubou os tubos de ensaio e as prateleiras: “ouveu-se uma tempestade dentro do laboratório. Os frascos caíram em fracassos no chão do gabinete” (Freitas, 2003: 397). Com isso, a Rainha afastava completamente de si qualquer traço de indiferença, desconstruindo, portanto, o perfil de *mulher fatal* – atribuído às mulheres que não se enquadravam ao padrão de gênero vigente³².

Em outra ocasião, parecendo querer exacerbar a patologia decadentista, a protagonista seguiu travestida de camponesa, juntamente com Roberta e Probo, para a vila União, a fim de visitar a casa paterna e o túmulo de seu pai. Nesse trecho do romance, assim como no poema *Vila União* – indicado no primeiro capítulo desse estudo –, consta a referência da casa onde a escritora-autora-eu-lírico-protagonista do romance residiu durante a infância e a adolescência.

A Rainha indica uma das janelas de tal casa como sendo a do “Gabinete Verde ou a Biblioteca” de seu pai e diz: “Olha: naquele terraço de arcadas, junto àquela coluna, rimei os meus primeiros versos; tinha doze anos, era noite, a lua aparecia por cima dos leques das carnaubeiras” (Freitas, 2003: 404). Do mesmo modo, ela aponta o local onde o gado pastava no inverno e assinala: “O curral era ali... Já não o vejo... está tudo mudado” (idem). De fato, a paisagem campestre não a acalmava mais e, tampouco, as recordações da infância a confortavam.

Após a visita ao túmulo do pai, ela retornou à Ilha do Nevoeiro mais ensimesmada e triste. A solidão vai absorvendo-a e o desenlace será o suicídio, marcado por um ritual lento e requintado – comum aos dândis e ao terror gótico (Baddeley, 2005: 30). Antes de falecer, no entanto, ela reúne as paladinas do Nevoeiro e “fala de sua fraqueza”, “de seu coração despedaçado por uma desolação sem nome”, e relata:

Eu passei impávida por entre as multidões que me chamavam – a estátua – mas, por trás da máscara de gelo que cobria o meu semblante, nunca deixei de combater no campo escuro do sentimento e nunca venci a mim mesma. Nunca fui verdadeira asceta. O meu coração ferido por um golpe mortal, apenas salvo e não cicatrizado, tornava a entrar para o campo do sentimentalismo, e eu desejava esmagá-lo para o não ver tão louco. Quanto fel bebeu! Quanta cicuta!

³² Essa questão refere-se à expectativa sobre o papel e o lugar que as mulheres deveriam ocupar na sociedade, abordado no início desse capítulo – *A misoginia finissecular*.

Deitada em uma rede, pede uma harpa e começa “a cantar com voz ainda mais fraca a balada da ópera de Verdi – La Forza del destino” até o seu próprio fim (Freitas, 2003: 411). Estarrecidas, as paladinas do nevoeiro chamaram-na Diana, Blandina Malta, Zuleica Neves, mas “nenhuma pronunciou o verdadeiro nome da Rainha do Ignoto”, pois, somente viram suas máscaras. Assim, a figura da Rainha escapa, inclusive, de suas companheiras.

Esse desfecho, considerado pela crítica como uma solução ultra-romântica, leva Luis Ribeiro a concluir que:

a autora termina por desfalecer frente aos obstáculos colocados pela vida real do mundo em que está condenada a viver. Cria a sua Rainha do Ignoto, sua ilha da fantasia, exercendo uma onipotência que era vedada às mulheres na vida real. O final, em que a Rainha comete o suicídio (...) recoloca a questão da “eterna fragilidade da mulher” e sua alocação no pólo da “sensibilidade exacerbada” (Ribeiro, 1989: 139).

É certo que o desfecho da trama reitera a dificuldade e mesmo a solidão de a mulher se manter emancipada e desvinculada de laços familiares em uma sociedade de fortes traços misóginos, organizada de forma patriarcal, na qual vivia Emília Freitas. Todavia, observa-se que, nesse contexto, a Rainha não poderia apresentar outro traço senão o de ambigüidade: ela transgride as normas da época no que se refere aos padrões de família e de mulher, defendidos pelos positivistas e românticos, caracterizando-se, então, ainda conforme essas tendências, como *mulher fatal*. Ao mesmo tempo, aproxima-se do perfil romântico tanto pela não realização amorosa quanto pela melancolia. Daí Emília Freitas oferecer um paradoxo, ao final da leitura: quando a protagonista, certa expressão de autonomia feminina, suicida-se³³.

³³ Essa idéia de paradoxo retoma aquela proposta por Joan Scott, mencionada anteriormente, segundo a qual na História do feminismo, as mulheres não apenas desafiavam com seus questionamentos a ordem estabelecida, a tradição, mas também produziam paradoxos, isto é, engendravam elementos nessa mesma ordem. (Scott, 2002: 29). Observa-se ainda que em *A Rainha do Ignoto* há reincidência de citações do Positivismo. Além disso, a própria melancolia pode ser citação de um sentimento recorrente tanto na literatura quanto na filosofia da época, o que por sua vez configura indício de

É preciso considerar, ainda, que a Rainha sentia-se insatisfeita com as questões sociais e com suas paladinas. Sofria de solidão, tanto por ter perdido entes queridos e por não encontrar parceria amorosa que correspondesse às suas expectativas, como por estar embevecida num estado gótico. A melancolia acentua-lhe o perfil romântico. Superar essa insatisfação, todavia, requerer-lhe-ia indiferença ou sublimação, próprias de céticos e da “mulher superior”. De outro modo, haveria as seguintes possibilidades: ela se conformar àquela situação, estabelecendo relação amorosa com Edmundo, inventar um outro tipo de amor e de família ou, então, optar pelo suicídio.

Adota-se, nessa interpretação, a perspectiva de análise de Durkheim, segundo a qual o suicídio tem uma razão social e não exclusivamente individual, podendo ser caracterizado de três modos: egoísta, anômico e altruísta. Em tal análise – publicada em 1897, dois anos antes de *A Rainha do Ignoto* – cada um desses tipos de suicídio guarda uma definição (Durkheim, 2003). Entretanto, é possível inferir que o gesto da protagonista do romance de Emília Freitas de interromper a própria vida apresenta elementos de cada um deles: ela usa máscaras, disfarça-se para se afastar das pessoas (egoísta); não acredita nos valores e comportamentos vigentes socialmente (anômico); expressa um sentimento de intensa frustração pela incorrespondência de suas idéias (altruísta). Ao mesmo tempo, o suicídio da Rainha pode ser interpretado sob a ótica de Albert Camus, segundo a qual seria um gesto de evasão perante o absurdo da vida. Para ele, matar-se “é confessar que se foi ultrapassado pela vida ou que não se tem como compreendê-la. (...) O suicídio é uma solução para o absurdo”. (Camus, 1989: 25-6).

apropriação da escritora, bem como de seu horizonte de leitura. Sobre melancolia, ver: Ginzburg, 1997.

Em sendo assim, o suicídio da Rainha pode ser compreendido não apenas como uma capitulação da escritora ao universo de gênero vigente, mas como uma evasão possível frente às possibilidades de experiências sócio-afetivas, estabelecidas na época, e de adequação social. Não se tratava, pois, de incitar a prática do suicídio, mas de afirmar a utopia, um outro mundo possível no qual a mulher fosse emancipada e, ao mesmo tempo, encontrasse interlocução, conforme é possível depreender, também, do prólogo do romance:

Tenho a certeza de que alguns ou quase todos os que lerem este livro hão de achar a sua protagonista demasiadamente extravagante. Mas, se considerarem nos gênios, que são verdadeiras aberrações da natureza, seja o desvio para o sumo bem ou sumo mal, virão que a Rainha do Ignoto não é na realidade um gênio impossível, é simplesmente um gênio impossibilitado, que, passando para o campo da ficção, encontrou os meios de realizar os caprichos de sua imaginação raríssima e da propensão bondosa de seu extraordinário coração (Freitas, 2003: 29).

Outro aspecto que se destaca por ocasião da morte da Rainha é a passagem em que ela aparece com o corpo desfigurado – como se estivesse sofrendo – para alertar às paladinas sobre a necessidade de deixarem a Ilha, uma vez que essa naufragaria, assim como seu próprio reino³⁴. Isto remete a certos aspectos da literatura gótica, especialmente à tendência do “sobrenatural aceito” (ou do “maravilhoso”), em que a construção de imagem de efeito, para “aumentar o horror do espetáculo”, não se esclarece racionalmente (Baddeley, 2005: 24-5; Todorov, 1975: 48). Nesse sentido, de modo sinistro, a protagonista do romance de Emília Freitas reaparece, em espírito, trajando uma longa túnica branca, com os pés descalços, esfolados e sangrando; as mãos

³⁴ Esse trecho é de certo modo paradoxal; afinal, é necessário assinalar que a escritora, assim como a protagonista de seu romance, é espiritista e a doutrina espírita defendia a reencarnação e condenava o suicídio.

e os rostos também esfolados e sangrando, sem pele; da boca lançavam-se “vagarosamente grossos rios de sangue” (Freitas, 2003: 414)³⁵.

Espichando o fio

A ópera *A força do Destino* é um desses fragmentos que dialogam com a trama de *A Rainha do Ignoto* e com a “produção silenciosa” da escritora, e é uma pista para se decifrar o sofrimento da protagonista do romance e rastrear a prática de apropriação e de bricolagem de Emília Freitas³⁶.

A própria ópera é também exemplar da prática de apropriação³⁷. Trata-se de uma ópera de Verdi, encomendada pelo Estado Russo, em 1861, cujo libreto foi escrito pelo italiano Francesco Maria Piave, que se inspirou na peça teatral intitulada *Don Alvaro o la fuerza del sino*, escrita em Paris pelo espanhol Ángel de Saavedra, duque de Rivas, entre 1830 e 1833 (As Grandes Óperas, 14) e incorporada à trama do Ignoto, de Emília Freitas.

Ela traz um drama de meados do século XVIII, no qual os personagens dom Álvaro e Leonora de Vargas estão apaixonados, mas o pai dela, um nobre de Sevilha, chamado marquês de Calatrava, não aprova o romance porque o pretendente, além de

³⁵ Essa passagem aproxima-se muito daquela de *The Misteries of Udolpho*, segundo a qual (...) Emily, a nervosa heroína, cria coragem para examinar o que está debaixo do véu, revelando uma “figura humana de palidez cadavérica, de porte alongado e vestida em trajes mortuários. O que aumentava o horror do espetáculo era o fato de o rosto mostrar-se parcialmente deteriorado e desfigurado por vermes, que também eram visíveis nas feições e nas mãos” (Baddeley, 2005: 24-5). Mas é necessário assinalar que, na época da publicação do romance *A Rainha do Ignoto*, a escritora já era uma espiritista reconhecida e, como tal, além de acreditar em vida extracorpórea, devia condenar a prática do suicídio.

³⁶ O conceito de apropriação utilizado nesse exercício e mencionado na introdução compreende a tarefa de se apoderar de sentidos que circulam. Assim, é um ato que implica escolha, articulação ou combinação, invenção, criação e produção de novos sentidos. (Chartier, 2001: 67). Desse modo, pressupõe-se que “a originalidade absoluta não existe” (Schneider, 1990: 137).

³⁷ Refere-se a um enredo que tem trajetória de tradução, sendo tradução entendida, nesse exercício, não como cópia do original e sim como apropriação e reescrita.

pobre, é descendente da última casa real dos incas do Peru, rebelde à conquista espanhola.

Em certa ocasião, dom Álvaro entra no palácio para tentar convencer Leonora a fugir com ele. Ela está quase a ceder, quando o pai os surpreende e os acusa de conduta desonesta. O enamorado assume a responsabilidade pelo ato e atira a pistola ao chão, expondo-se à espada do marquês. Contudo, a arma dispara ao cair e acerta mortalmente o pai de Leonora que, antes de morrer, amaldiçoa a filha.

A tragédia consagra a separação do casal: Leonora, tomada pelo terror e remorso, refugia-se em uma estalagem. Dias depois, avista o irmão dom Carlo fazendo-se passar por outra pessoa. Ele acredita que a irmã e o amante fugiram juntos e jura vingar-se. Ela, aterrorizada, chega a um convento franciscano e se confessa ao padre guardião, que lhe fala de uma caverna nas montanhas onde poderia expiar sua culpa, passando-se por eremita. E, para lá, ela segue ouvindo antes os religiosos invocarem maldição contra qualquer pessoa que tentasse desvendar sua identidade.

Dom Álvaro, nesse entremeio, adotou um outro nome e se alistou como capitão no exército espanhol, julgando estar morta a amada. Certo dia, ao encontrar dom Carlo, que é um oficial, presta-lhe ajuda. Como ambos não haviam se conhecido, tornam-se amigos até que, em uma batalha, dom Álvaro é ferido gravemente e lhe pede que procure em seus pertences um maço de cartas e o queime. Dom Carlo não abre as cartas, mas encontra um medalhão com o retrato de Leonora e logo percebe ter encontrado o suposto assassino de seu pai. Após esta revelação, os dois se defrontaram duas vezes em duelo.

Na segunda luta, o lugar não poderia ser outro senão próximo à caverna onde se refugiou Leonora. Nesse duelo, dom Carlo é novamente ferido. Diante da morte, ele pede que lhe ministrem o sacramento, o que dom Álvaro providencia ao

buscar um eremita que avistara aos arredores. Para sua surpresa, tratava-se de Leonora, que, desesperada, vai ao socorro do irmão. Entretanto, dom Carlo, antes de morrer, crava um punhal nas costas da irmã, que o abraçava.

Observam-se, nessa ópera, vários aspectos que vão ao encontro de apontamentos de Catherine Clément, presentes em *A ópera ou a derrota das mulheres*. Ao mesmo tempo, tornam-se instrumentos para analisar o sofrimento da Rainha do Ignoto. Em primeiro lugar, segundo a referida escritora, as óperas de Verdi prendem-se “a um combate político ou ideológico” (Clément, 1993: 30), o que se confirma em *A força do destino*, pois nela se evidenciam os interesses da nobreza espanhola que, entre outros, não previa os laços matrimoniais entre elementos de camadas sociais distintas.

Outro aspecto a ser destacado é a morte de Leonora, que vai ao encontro da análise de Catherine Clément, segundo a qual as óperas cantam invariavelmente a derrota das mulheres (Clément, 1993: 12). Para ela, “os traços da trama servem para prender as personagens e conduzi-las à morte por transgressão. Transgressões das regras familiares, das regras políticas, dos jogos do poder sexual e autoritário” (Clément, idem: 18).

A partir dessa perspectiva, Leonora teria transgredido as regras políticas e familiares ao se envolver com dom Álvaro e, por essa razão, sua morte configuraria punição e, ao mesmo tempo, restabelecimento da ordem. Esse talvez seja o ponto de interseção com o suicídio da protagonista do livro de Emília Freitas, com o fato de a autora ter definido esse destino para a Rainha do Ignoto, uma vez que a personagem morre cantando a ópera de Verdi e a música, segundo ela, é um meio para se exprimir paixões e sentimentos, conforme destacou-se acima (Freitas, 2003: 191).

Contudo, essa citação em *A Rainha do Ignoto* talvez não configure proposta de punição e reiteração da ordem social, mas um traço irônico de Emília Freitas para

caracterizar a personagem como transgressora. Nota-se, a partir desse sentido, que a Rainha transgredia as normas vigentes, opondo-se ao padrão social – seja de amor, de civilidade ou de sociabilidade – que era marcado pela misoginia, pela escravidão e pela injustiça. Mas isso tinha um custo: a solidão, que a impedia de ser feliz naquele mundo. Daí ela ter precipitado a própria morte. Esse gesto vai ao encontro de outro apontamento de Catherine Clément, segundo o qual uma expressão bastante comum nas óperas é *lasciatemi morir*, isto é, “deixem-me morrer”, o que para ela significa “o lamento de todas as Didos, de todas as Arianes, é o lamento feminino. Sem outro recurso que a morte: essa é a finalidade secreta da ópera” (Clément, 1993: 34).

Se Emília Freitas ouviu essa invocação na ópera, que pode ter assistido no teatro de uma das cidades em que residiu, ou se deduziu de leituras de libretos, não se tem essa informação. Todavia, a Rainha do Ignoto ao cantar a balada da ópera de Verdi pedia para que a deixassem morrer³⁸.

A citação é, ainda, indício de diálogo entre os objetos, manuseio bastante pertinente para uma escritora leitora que, como tal, realizou em sua “produção silenciosa” a

flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera (...). Astúcia, metáfora, combinatória, esta produção é igualmente uma “invenção” de memória. (Certeau, 1994: 49).

Desse modo, a ópera constitui-se em pista tanto para o entendimento da solidão da protagonista do romance quanto das leituras da escritora e, por conseguinte, de suas apropriações.

³⁸ Talvez o paradoxo verificado na história do feminismo por Joan Scott também se estenda à autoria feminina no Brasil do século XIX, pois, curiosamente, nessa literatura – ao menos em *Lésbia*, *Úrsula* e em *A Rainha do Ignoto* – as protagonistas, transgressoras da ordem vigente, também são impedidas de viver plenamente: suicidam-se e/ou enlouquecem.

Confere-se que Emília Freitas, em sua produção intelectual, tanto incorporou elementos autobiográficos ao espaço ficcional e à poética, como extraiu de seu consumo cultural (leitura, música, espetáculos, conversas, entre outros), diferentes fragmentos que combinados inspiraram de algum modo sua produção literária. Assim, a matéria prima de seus poemas é composta por aspectos de sua prática abolicionista, de idéias políticas que defendia, inclusive em oposição à misoginia finissecular, de sentimentos, bem como por situações familiares e relativas aos amigos. Esses mesmos motivos são localizados no romance, assim como outros relacionados à religiosidade e ao seu repertório cultural.

3. A ANDARILHA DO BEM

*Até agora nenhuma das Paladinas
do Nevoeiro, pois assim se chamam
as do bando ou sociedade, pôde
descobrir de quem descende esta
mulher, onde aprendeu as ciências
de que dispõe, as artes que utiliza.*

*É de uma atividade, de uma energia
espantosa! Tem agentes em todos
os países e em todas as capitais do
Brasil, corresponde-se com cada
um deles com um nome diferente
ou firma comercial, sendo preciso.*

*E nenhum ainda desconfiou da
existência deste colosso de gênio!
Em cada porto que chega expede
ordens, toma contas, age a seu
modo, e tudo se passa no seio das
grandes cidades tão invisível como
os fenômenos celestes nos espaços
desconhecidos!*

*(Emília Freitas, A Rainha do
Ignoto).*

Uma nova travessia

Ainda em Manaus, Emília Freitas professa a doutrina espírita de Allan Kardec, conforme indicou Arthunio Vieira em entrevista concedida ao periódico paraense, nos anos de 1930, *Alma e Coração* (1931, ano XIV, nº 5, p 2). O próprio livro *A Rainha do Ignoto*, escrito na cidade amazonense, guarda diferentes citações relativas à prática espiritista, sendo que o historiador Abelardo Montenegro via, nessa menção, um aspecto negativo do romance. Esse tipo de crítica também foi incorporado à narrativa: o personagem Probo, por exemplo, ao tentar desqualificar a prática republicana da Rainha, diz para Edmundo:

- Não é só por isso, senhor Edmundo, é por muitas outras idéias subversivas... Para não faltar-lhe mais nada do que subleva – é espírita!
- Espírita! Mais este crime! Disse o Dr. Edmundo zombando.
- O senhor zomba porque não conhece os males que ela causa às mais santas instituições, como sejam: ao direito de propriedade dos senhores, à monarquia e à religião.
- E que faz ela para destruir esta trindade?
- O senhor há de ver como eu tenho visto. Olhe, aqui na ilha não há templo católico nem de religião alguma, há somente sessões espíritas, na biblioteca, onde ela possui todas as obras de Alan Kardec, de Flammarion e outros malucos como ela. Enfim, o senhor verá (Freitas, 2003: 198).

Todavia, não foi localizada informação sobre quando e onde a escritora iniciou-se em tal prática e acessou os livros de Allan Kardec, que circulavam em algumas das principais cidades brasileiras desde meados de 1860 (Machado, 1996: 87), inclusive em Fortaleza – conforme indicado anteriormente³⁹.

É certo, contudo, que em Manaus a escritora já freqüentava uma das vinte instituições espíritas existentes à época, entre as quais a Sociedade de Propaganda Espírita, fundada em 1884, que produzia jornal quinzenal, promovia palestras públicas,

³⁹ Segundo a pesquisadora Sandra Stoll, a partir de dados do jornalista João do Rio, *por volta de 1900 circulavam no mundo 96 jornais e revistas espíritas; 56 deles eram editados em toda a Europa e 19 somente no Brasil* (Stoll, 2003: 50).

reuniões mediúnicas e atividades de caridade, tais como: distribuição de remédios, alimentos e roupas aos desamparados socialmente (*Reformador*, dez/2005). Emília, ao final do século XIX, tornara-se uma personalidade conhecida em diferentes nichos sociais tanto pela sua trajetória abolicionista como por sua prática espírita, conforme mencionou Vieira em entrevista ao periódico espírita paraense *Alma e Coração*, em 1931.

O matrimônio entre Emília Freitas e Arthunio Vieira, em 1900, torna-se um marco significativo na trajetória da escritora, menos pelo valor moral do matrimônio, mais pelo aspecto afetivo. Afinal, nos anos que o antecederam, encontram-se diferentes registros autobiográficos na produção literária da escritora que desvelam a solidão que experimentava. Além disso, é a partir desse evento que se desenha o seu percurso de andarilha, juntamente com o cônjuge, por cidades da região Norte do Brasil, a fim de divulgar a doutrina espírita⁴⁰.

Nesse mesmo ano, o casal transferiu-se para o Ceará. Há pouca informação acerca das circunstâncias da viagem e da chegada deles à capital cearense. Sabe-se, no entanto, que Arthunio tornou-se editor do jornal *Fortaleza* e, ao final de 1900, ele e Emília Freitas passaram a residir em Maranguape, cidade serrana, localizada a 20 quilômetros, aproximadamente, de Fortaleza.

Na Serra de Maranguape

Em Maranguape, Emília Freitas e Arthunio Vieira deram continuidade aos estudos e à reflexão sobre a doutrina espírita, reunindo algumas pessoas para essa

⁴⁰ Há de se considerar que, naquela época, seria mesmo muito arriscado para uma mulher desacompanhada de uma figura masculina difundir a doutrina espírita, pois, embora houvesse uma progressiva adesão a essa prática em diferentes cidades do Ocidente, ela questionava valores da ciência vigente e da Igreja católica. Sobre a difusão da doutrina espírita por diferentes países da Europa, ver: Ubiratan Machado (1996).

prática. Há registros de terem fundado, entre o final de 1900 e início de 1901, o grupo “espírita e religioso Verdade e Luz”, passando a publicar, em novembro de 1901, um jornal de periodicidade quinzenal e de distribuição gratuita intitulado *Luz e Fé*.

Segundo o historiador Luciano Klein Filho, esse periódico de responsabilidade do casal foi o primeiro de caráter espírita publicado no Ceará, mesmo havendo desde 1897 o Grupo Espírita de Fortaleza (Klein Filho, 2000: 14; 51).

Paralelamente, Arthunio e Emília estabeleciam relações de trabalho com o clube maranguapense *Ordem e Progresso*, proprietário de um periódico de circulação regular e do teatro Guarany. Nos últimos meses daquele ano, Arthunio tornou-se diretor do referido jornal, intitulado *Maranguape*, publicando-o semanalmente. Emília Freitas, além de atividades educacionais que deve ter desenvolvido na cidade, encarregava-se, então, da secretaria de redação do jornal.

No primeiro exemplar do periódico, datado de 14 de setembro de 1901, constam os seguintes créditos no expediente de serviços: “Diretor – Arthunio Vieira; Secretária – Emília Freitas”. Nele, localizam-se, também, artigos assinados pelo casal – separadamente –, além de outros colaboradores (*Maranguape*, 1901 – anexo 1)⁴¹. Tratava-se de um semanário noticioso, comercial, agrícola, industrial e literário, composto de quatro páginas que traziam notícias, anúncios, poesias e artigos. Além de questões do cotidiano, como dados de registro civil referentes a nascimentos e óbitos e nomes de vapores esperados no porto de Fortaleza, verificam-se nesse periódico diferentes tipos de notas. Em uma delas, confirma-se a participação de mulheres na

⁴¹ Localizamos na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, apenas o primeiro número desse periódico, embora na Biblioteca Pública de Maranguape conste um índice de periódicos cearenses do século XIX e XX relativo ao acervo da cidade e ao envio de cópia à BN. Informaram-nos, entretanto, em Maranguape, que parte desse acervo podia estar depositado na casa de um político da cidade, isto é, havia se tornado coleção particular. O proprietário do acervo, contudo, não autorizou a consulta, alegando não possuir aquele periódico e, gentilmente, informou-nos que o mesmo poderia ser facilmente encontrado na BN.

produção de informação e na elaboração de matérias de cunho jornalístico, conforme mencionado anteriormente. Nela, assinala-se: “Entre as nossas gentis colaboradoras [passamos a contar com] a senhora dona Feliciano Pinheiro e com a senhora dona Maria Sombra” (Maranguape, 1901, nº 1, p. 1).

Ainda corroborando a participação feminina em diferentes atividades da vida social, política e cultural do país e, no caso em questão, no recente estado cearense, localizou-se nesse semanário um anúncio de diferentes espetáculos teatrais, com a seguinte chamada:

Teatro Guarany
Grupo de Amadoras/sucesso colossal!
Grandiosa e extraordinária função, amanhã.
Subirá à cena o belo drama em 3 atos, de
D. Francisca Clotilde
Herodia
Grande apoteose!
Dará fim ao espetáculo e monumental comédia de um ato
Lua de Mel
 (Maranguape, 1901: 4).

Não foi possível apurar dados sobre as/os integrantes do *Grupo de Amadoras* e sobre quais atividades desenvolviam, mas é certo que a escritora Francisca Clotilde, antes de publicar o seu romance *A Divorciada* (1902), escreveu para o teatro, e teve suas peças encenadas.

Emília Freitas também escreveu peças de teatro. O *Maranguape* traz uma pequena matéria sobre um espetáculo teatral, cujo texto é de sua autoria, conforme segue:

Cena

Com uma enchente real, realizou o promissor Club Ordem e Progresso, no seu Teatrinho Guarany, no dia 25, o seu 13º espetáculo, o importante drama – Nossa Senhora da Penha – de nossa Secretária de redação [Emília Freitas].

A peça teve magnífico desempenho se atendermos a que o Club além de ser uma associação composta de moços pobres, seus membros de cena são todos novos no teatro.

O drama está dividido em um prólogo e três atos, passados quinze anos depois, e [por meio de] nove quadros. [Trata-se] de gênero mágico, cheio de aparições, fantasmagorias, quadros vivos etc, o que tudo correu muito bem.

O prólogo termina por um belo quadro. A cena é passada no largo da igreja da Penha, no Recife. Ao fundo, destaca-se, em noite de luar, o magnífico templo. [A] seu tempo, essa igreja derroca-se deixando ver, entre nuvens, orando, a alma de Alberto – principal personagem.

E como este, outros quadros de monumental efeito⁴².

A peça de teatro não foi localizada, mas a nota acima configura um primeiro registro acerca desse tipo de produção literária de Emília Freitas. Além disso, permite constatar que a escritora fez uso de procedimentos do gênero maravilhoso tanto no romance *A Rainha do Ignoto*, como também o desenvolveu, com bastante propriedade, em *Nossa Senhora da Penha*.

Tal nota desvela ainda dois outros aspectos importantes da trajetória da escritora. O primeiro refere-se ao conhecimento que ela tinha sobre o catolicismo. O outro é relativo à composição social do clube *Ordem e Progresso* que, ao que parece, se tratava de uma associação cuja proposta era promover atividades político-culturais, implicando a iniciativa pessoal e a cultura popular. Sendo assim, o vínculo de Arthunio e Emília com esse clube não se restringia, talvez, a relações de trabalho remunerado. É possível que eles também acreditassem na importância de realizarem tais atividades.

Essa edição do *Maranguape* circulou uma semana após a comemoração do setuagésimo nono ano da Independência do Brasil, trazendo, por esta razão, dois artigos a respeito do tema. Um deles, assinado por José Castellar Sombra, guarda certo tom ufanista, por meio do qual tece críticas à Europa e supervaloriza tanto o fato histórico,

⁴² Saliente-se que *Nossa Senhora da Penha* é, atualmente, considerada a padroeira de Maranguape, sendo homenageada no dia 08 de setembro.

que marca a separação do Brasil de Portugal, como o feito monárquico, conforme é possível acompanhar no seguinte trecho:

Soube então o povo brasileiro desempenhar o seu papel nesse importante drama, que resume as lutas pela Independência. O grito do Ipiranga, imortalizando um príncipe bragantino, estremeceu a Metrópole e a terra do Cruzeiro, antes tendo sacrificado muitos filhos ilustres em holocausto à liberdade, foi considerada uma nação livre que em poucos anos [?] fez um império grandioso e empório do saber, da ciência e da grandeza da América do sol. (Maranguape, 1901, nº1, p. 2)

De outro modo, o segundo artigo, assinado por Emília Freitas Vieira, é bastante crítico à Independência e à Monarquia, contrapondo-se ao de Sombra, conforme segue:

Independência

Independência não é uma palavra vã, vazia de sentido ou que possa torcer como aquelas que significam os sentimentos e idéias abstratas.

Independência é uma realidade, um fato como deveria ter sido o 7 de setembro de 1822.

Mas teria o Brasil se tornado na realidade um país independente?

Não, porque durante 66 anos de [caprichosa(?)] monarquia o Brasil agachou-se às idéias religiosas da Sabida Roma, sujeitou-se ao engenho e à indústria dos países da Europa, marchando assim sobre pegadas de um progresso alheio. Só depois de 15 de novembro de 1889, com a proclamação da república, o filho deste predestinado torrão da América do sul foi realmente brasileiro sem mescla de europeu.

Felizmente, hoje já nossa Pátria a[go]ra trabalha por si mesmo e só o trabalho intelectual e físico pode tornar um povo livre.

Dirão os idólatras do ouro que só a riqueza pode dar a independência. Não, porque é mais livre um povo pobre que tem caráter, idéias alevantadas, que um povo rico, mas servil e bajulador de outro mais poderoso porque é menos [tolo].

A força de um povo está em seu caráter e em sua atividade.

O trabalho produz a independência e dela é que nascem as nobres aspirações, os tentamens do progresso.

O nosso fim na terra e além dela é progredir no sentido da perfeição moral. Os que ficam estacionários violam as leis do Eterno. Os que caminham dão cumprimento ao Divino mandato.

Marchamos desassombrados em todos os terrenos.

Seja o nosso credo o amar ao trabalho, porque é ele a lei de Deus que manda semear e semear, às mãos cheias, sementes para a alimentação do corpo e idéias para a alimentação da alma.

Emília F. Vieira (*Maranguape*, 1901, nº1, p. 4).

Trata-se de um artigo de forte veio político, cuja mensagem carrega um mote moral e retoma aspectos já difundidos na literatura da escritora como, por exemplo, a crítica à Monarquia e a defesa do trabalho e do republicanismo. Indica, ainda, o caráter aberto do *Maranguape*, ao divulgar visões antagônicas acerca da Independência, que permitia ao leitor/a acessar diferentes análises sobre uma mesma questão. Além disso, desvela a força e a segurança com que Emília Freitas continuava defendendo suas idéias.

Paralelamente, o casal estava desenvolvendo um outro projeto de publicação, o periódico espiritista *Luz e Fé*, cujo primeiro número foi lançado em 02 de novembro de 1901. Esse jornal traz editorial, matérias assinadas, poesias e uma parte intitulada “Manifestações”, no formato de duas colunas sobre mensagens de espíritos. As expressões espirituais eram recebidas nas sessões do grupo *Verdade e Luz*, realizadas todas as sextas-feiras⁴³. Tratavam-se, curiosamente, de mensagens de espíritos de literatos, ao menos nos números do *Luz e Fé* localizados para esse estudo (nº1; nº 4).

Encontram-se, aí, manifestações de Victor Maria Hugo e de Antônio Castro Alves, que estavam diretamente associados ao abolicionismo, o que remete ao passado anti-escravista de Emília Freitas. Segundo Machado, desde as primeiras práticas espiritistas no Brasil, particularmente na Bahia, era comum a associação entre o Espiritismo e a campanha anti-escravista. Para ele:

Não havia nada surpreendente nisso, quando olhamos para a França, onde vários românticos exaltados e espíritas neófitos apostrofavam contra o escravismo. O exemplo maior é Victor Hugo. Mas havia ainda, entre outros, Théophile Gauthier e George Sand (Machado, 1996: 99).

⁴³ Essa parte do jornal, *Manifestações*, indica que o grupo espiritista já realizava certa prática de psicografia.

O pesquisador destaca ainda a trajetória espiritista de Castro Alves, o poeta dos escravos, e como a sua produção literária esteve de certo modo influenciada por aspectos dessa doutrina (Machado, 1996: 103-6). Contudo, não foram localizadas informações a respeito da comunicação entre os espíritos dos referidos literatos e o mundo dos vivos, senão aquela publicada em *Luz e Fé*.

No editorial, Arthunio Vieira expõe que a missão do periódico é divulgar a doutrina de Allan Kardec. Ele, Emília Freitas e os demais integrantes do grupo *Verdade e Luz* são, segundo suas palavras, “cultores convictos da profundíssima ciência espírita”. Sem perder tempo, ele demarca a diferença entre as práticas espírita e católica, ao assinalar:

enquanto nos templos de pedra (...) [fazem] preces cabalísticas, feitas em uma língua que o povo não entende, na simplicidade e modéstia dos nossos grupos oramos espontaneamente por mortos e vivos, amigos ou não [conforme] à palavra de Jesus, nosso mestre (*Luz e Fé*, 1901, nº1, p. 1).

O editor acrescenta que a missão que empreendem, em particular a publicação dessa folha, foi recebida por meio de uma mensagem de Victor Hugo, expressa em sessão de 2 de setembro, e – como talvez não pudesse ser diferente para um jornal de propaganda espírita – a mensagem foi assim publicada:

Idéia publicar mais um jornal espírita: tendes o propósito de fazer deste um órgão de propaganda e de instrução espírita. Ouvi-me. Abri uma seção de Instrução espírita na qual sejam reunidas em princípios da Doutrina do Cristo.

Dizei por exemplo que:

O espiritismo é a doutrina [assinada] dos atos e palavras de Jesus.

Que o espiritismo não é um credo filosófico como o positivismo, como o materialismo: é uma religião e uma ciência, por isto que é religião.

Mostra ao povo que a diferença entre o espiritismo, isto é, o cristianismo e o catolicismo é que da nossa doutrina o homem por si pode se dirigir a Deus, orando, não carece de intermediários como nas diversas igrejas pequenas, isto é, mundanas (*Luz e Fé*, 1901: Idem).

Observa-se, assim, que o jornal surge sublinhando o caráter religioso da doutrina – mesmo quando científica –, sua vocação cristã e demarcando a diferença entre espiritismo e catolicismo. Confirma-se, com isto, os apontamentos de Ubiratan Machado segundo o qual o espiritismo encontra uma atmosfera favorável no Brasil frente aos excessos e desvios do catolicismo e ao misticismo da população, proveniente das senzalas e das tribos indígenas, desde os tempos coloniais (Machado, 1996: 27-32).

Do mesmo modo, reiteram-se os estudos que assinalam que o espiritismo que se desenvolve no Brasil diferencia-se gradativamente daquele professado na Europa por “realçar o aspecto religioso” (Stoll, 2003: 54/55).

Nesse mesmo número de *Luz e Fé*, consta um poema de Emília Freitas intitulado *A Nova Luz*, cujos versos convocam as pessoas a seguirem os caminhos da verdade e da caridade. Ao término do poema, consta uma nota a partir da qual se esclarece que o poema deveria ter sido recitado por ocasião de uma representação no teatro Guarany, mas que isto não se realizou porque Emília Freitas encontrava-se doente (*Luz e Fé*, 1901, nº1, p. 2).

Essa perspectiva religiosa do casal reitera algumas idéias da escritora, presentes em sua literatura. Há, por exemplo, em certa coluna do referido jornal, assinada pelo pseudônimo Mecenas, uma matéria intitulada *Os sofrendores terrenos*, por meio da qual se critica a ambição material, assinalando a importância da resignação entre os pobres. Tais proposições são encontradas, sobretudo, na produção poética abolicionista de Emília Freitas, conforme abordada no capítulo anterior desse estudo.

É possível, então, que o nome *Mecenas* refira-se a um dos pseudônimos da escritora. Mesmo porque a mesma mensagem do referido colunista é localizada no poema *Um Sofredor* (continuação), publicado no *Luz e Fé*, de 24 de dezembro, nº 4, assinado por Emília Freitas.

Do mesmo modo, em outro de seus textos de propaganda da doutrina, publicado ao longo dos quatro números – mas tendo sido localizados apenas dois deles –, a escritora aborda a questão da reencarnação e enfatiza que os sofrimentos são justificados como desdobramentos de vidas anteriores, sendo este um caminho para o melhoramento moral. Antes, contudo, ela dá um testemunho sobre seu primeiro contato com a idéia de reencarnação, conforme segue:

Reencarnação

Não falo nos que escarnecem da verdade, falo nos que ainda crêem nela, mas desejam conhecê-la, procuram examinar os fatos que a evidenciam.

Das verdades espíritas uma das que mais custa a aceitar é a da reencarnação, mas ninguém poderia rejeitá-la se fosse possível uma reminiscência como sucedeu-me apenas comecei a vida terrestre. Não tinha eu mais de sete anos quando sem o [ínfimo] conhecimento das verdades espíritas, tive a idéia da reencarnação.

Era em uma bela manhã das sete para as oito horas, no pátio entre flores, admirava curiosamente umas nuvens alvíssimas esclarecidas pelo sol em céu muito azul, de súbito, exclamei mentalmente Morrerei, mas virei de novo crescer... me reconhecerei nesta outra existência, sentirei em mim o mesmo eu? O cogitar era profundo para uma criança daquela idade, ficou sem explicação (segue) (*Luz e Fé*, 1901, nº 1, p. 4).

Por fim, retomando o mote do poema *Um Sofredor*, ela assinala:

Reencarnação (conclusão)

Aquele que foi um comandante cruel nasce [?] (...) vem destinado a passar o mesmo tormento que fez sofrer outro [?] mas esse homem que já sofreu muito como espírito, alcançou de Deus vir outra vez a terra pagar os seus crimes e virá a ela ou a outros planetas semelhantes quantas vezes disso houver necessidade e vem com o propósito de melhorar moralmente.

Ele sofre fome, vive em andrajos e é desprezado pelos ricos em cuja sociedade viveu na existência anterior. Mandou com arrogância terrível, vai ser mandado, embora com menos dureza, mas bastante para chorar o seu orgulho de nobre represo nas tristes condições de plebeu.

As circunstâncias precárias da vida o levam a sentar praça na marinha ou no exército, talvez mesmo se contrate como criado de um rico mau, e, ei-lo padecendo o que fez padecer; adiantando a sua salvação, trabalhando para a futura felicidade eterna.

Esperamos em Deus que o nosso exemplo da Lei da Justiça Divina [seja] entendido por todos, até pelos mais simples ou menos cultivados. E.F.V. (*Luz e Fé*, 1901, p. 3).

Em tais fragmentos não consta nenhuma menção à argumentação política que explique o sofrimento das pessoas como um problema, por exemplo, de desigualdade social, mantida no Brasil mesmo após a abolição da escravidão. Antes, todo tipo de sofrimento é associado aos planos de vidas passadas ou a situação de decadência moral vivida. Essa explicação é verificada também – como talvez não pudesse ser diferente, em se tratando de propaganda religiosa – nas mensagens dos espíritos de Fenelon e de Alexandre Herculano, que foram publicadas no mesmo periódico logo abaixo do artigo de Emília Freitas.

Arthunio Vieira, por sua vez, também publicou um testemunho sobre como se converteu ao Espiritismo. Trata-se de uma matéria longa e bastante reveladora, conforme segue:

Porque professo o espiritismo (concluindo)

Como todo brasileiro de meu tempo, nasci e cresci-me até certa idade, na religião católica romana. Meu padrinho teve até a veleidade de fazer de mim padre, infelicidade de que me libertou o falecimento dele; e dizem que quando pequeno, eu quedava contemplativo por horas, em frente a um santuário, o que fazia crer em mim uma grande vocação para a vida sacerdotal.

Muito pequeno ainda meteram-me no colégio dos jesuítas. Era no tempo da questão religiosa. Veio a expulsão dos [?] a cacete, no celebre 18 de maio, e fiquei livre deles.

Foi um padre quem despertou em minha inocência de criança as primeiras imoralidades, por meio de certas perguntas que me fez na única vez em que, obrigado pelo meu professor, me confessei.

Eu tinha, então, oito anos.

Mais tarde, à proporção que me fui desenvolvendo, fui descobrindo as falhas da igreja.

A leitura do romance histórico de Eugenio Sue, “Mistérios do povo” tornou-me [?] convicto e declarado inimigo da mentirosa igreja romana.

Cai de chofre no materialismo.

Indagador, porém, entrei a analisar.

Tudo em a natureza é matéria e força. O químico, no seu gabinete, obtém o raio e o decompõe e produz mil fenômenos admiráveis; sabe de que matérias organizam nosso corpo e precisa lhes as quantidade.

Sendo assim, nada mais simples que construir um homem no gabinete.

Se o químico, porém, tentar o conjunto dessas matérias dará, quando muito, certas massas plásticas da qual poderá modelar uma estátua.

E a vida?

[?] e opus, hic labor est [?]

Assim, pois, ao concluir toda uma elaboração de raciocínios, o materialista encontra, como eu encontrei, muda como uma esfinge, uma interrogação. E a essa interrogação só a doutrina espírita me respondeu quando procurei estudá-la, após aquela noite em que o espírito de uma extinta veio avisar-me do perigo que estava correndo minha vida. Arthunio Vieira

Nesse número do jornal, Arthunio e Emília indicam passagens de suas trajetórias de vida que despertaram seus interesses pela doutrina espírita, sendo que, no caso dele, tanto a aparição de um espírito, as reflexões sobre a existência, quanto a literatura de Sue e a aproximação de Emília Freitas, conforme mencionado anteriormente, foram determinantes para essa conversão. Ele destacou ainda o desencanto completo com a Igreja católica, ao menos com o catolicismo oficial, que era *locus* inclusive de violência contra crianças, segundo suas palavras.

O casal colocava-se, então, a serviço da propaganda da Doutrina de Kardec, que, como foi possível observar, tratava-se de uma das vertentes religiosas do cristianismo. Desse modo, destacaram no editorial do *Luz e Fé* que: A um programa tão belo e completamente traçado só nos resta acrescentar que esta publicação é inteira e completamente gratuita, porque a palavra sagrada não é coisa que se venda: e aparecerá em qualquer [parte] do país a que o destino leve o grupo “Verdade e Luz”, pois que grupo de propaganda não tem estadia certa (*Luz e Fé*, 1901, nº 1, p. 1).

E de fato não tiveram estadia certa. Não se sabe qual o motivo que levou o casal a sair de Maranguape; entretanto, em junho de 1902, Emília Freitas e Arthunio Vieira já se encontravam em Belém, no Pará.

Retorno à Bacia do Amazonas

Em junho de 1902, Emília Freitas e Arthunio Vieira residiram, provisoriamente, em uma casa nas imediações do centro comercial de Belém, na Travessa de São Mateus, 219. Ao considerar as experiências dele, de editor, e dela, de professora, é possível inferir que ambos tenham passado a realizar algumas atividades nessas respectivas áreas.

Contudo, as informações encontradas acerca da passagem do casal pela capital paraense referem-se apenas às iniciativas de propaganda da doutrina espírita. Sabe-se que os dois mudaram de residência três vezes, em Belém, e, no percurso, reuniram em torno deles um pequeno grupo de pessoas já iniciadas no espiritismo.

A doutrina de Kardec encontrava adeptos na região do Grão-Pará, desde 1879 (Moreira, 1990: 348). Segundo o pesquisador Samuel Magalhães, a partir de 1890 “inúmeros foram os núcleos” espíritas que surgiram na região com o propósito de divulgar as idéias espiritistas, tendo sido publicado, para tanto, naquele ano, o jornal *O Regenerador* (Magalhães, 2006: 35).

Cabe ressaltar que o romance *A Rainha do Ignoto* traz diferentes referências ao espiritismo, sendo que, em certa passagem, há descrição de uma sessão espírita realizada na Ilha do Nevoeiro, na qual a Rainha diz:

– Odete é um bom *médium*, tragam-ma, quero invocar o espírito do abade de Saint-Pierre para consultar sobre um meio que desejo opor à guerra.
 – Roberta veio apresentar Odete pela mão; fê-la sentar-se à mesa, colocou o papel e entregou-lhe o lápis que Clara Benício apresentava. (Freitas, 2003:215)

Faz-se necessário esclarecer, todavia, que Edmundo se fazia passar por Odete, que já havia falecido. Assim, nessa passagem do romance, cria-se uma atmosfera de mistério acarretada pela tensão quanto ao descobrimento da farsa. Mas, prossegue a sessão:

Ela fez a invocação, e ouviu-se um rumor semelhante a uma rajada de vento; os jornais e os papéis que estavam sobre a mesa voaram.
 Odete com um impulso frenético na mão corria o lápis sobre o papel com celeridade.
 Suas idéias não tomavam parte no que escrevia, e a letra não era a sua, notou satisfeito o Dr. Edmundo; era uma letra de mulher, miudinha e igual muito parecida com a de uma namorada do tempo de estudante.
 Ele terminou sem saber o que tinha escrito, entregou à Rainha do Ignoto e ela leu alto:

“O abade de Saint-Pierre não pôde se manifestar porque não é Odete...”
(Idem).

Portanto, Emília Freitas quando chegou à Belém já conhecia bem a prática da doutrina espírita. Daí o seu estabelecimento com Arthunio, naquela cidade, em 1902, ter proporcionado um ânimo novo ao espiritismo. O casal fundou o Centro Espírita Paraense, adquiriu uma pequena tipografia e passou a publicar a revista mensal *Sofia*, além de retomar o projeto do jornal *Luz e Fé*, publicando-o quinzenalmente (Moreira, 1990.).

É certo que em tais periódicos, assim como naqueles de Maranguape, Emília publicou artigos e poemas dando seqüência a sua produção intelectual e literária. Todavia, esses periódicos e outros com os quais ela deve ter colaborado, em Belém, não foram localizados.

Já as sessões espíritas aconteciam regularmente na residência do casal. Aos poucos tais reuniões “tomavam grande vulto e animação”, fazendo-se necessário transferirem-nas para uma casa maior. Mudaram, então, novamente de residência e divulgaram o convite para uma sessão pública com o intuito de inaugurar o Centro Espírita Paraense. A visibilidade que a prática espiritista do casal adquiria provocava certamente reações contrárias, que afetavam Arthunio e a escritora, ainda mais por tratar-se de prática condenada, assim como o candomblé. Tanto é assim que a nova residência do casal foi apedrejada e a polícia tentou invadi-la (Moreira, 1990: 348-9).

Mas, ao contrário, isto não os intimidou e incitou ainda mais a curiosidade dos paraenses. Em uma das sessões, posterior à demonstração de hostilidade, houve a participação de aproximadamente 400 pessoas, segundo apontamentos do memorialista – contemporâneo do casal – Major Solermo Moreira (Moreira, 1990: idem).

Talvez pela animosidade por parte de alguns segmentos sociais de Belém – mas não apenas por esta razão, de acordo com o referido memorialista –, Emília Freitas

e o esposo partiram, em 1904, pela baía de Guajiru, para Abaetetuba – cidade paraense onde nasceu Arthunio⁴⁴.

Em Abaetetuba

As informações relativas à nova mudança do casal Vieira e mesmo aquelas acerca da relação entre Emília e o esposo são bem escassas, assim como são ínfimos os dados acerca da produção exclusivamente literária de Emília, após a publicação de *A Rainha do Ignoto*.

É certo, todavia, que Arthunio tinha família em Abaeté e que na cidade havia instalações industriais e atividades agrícolas e comerciais, ou seja, a cidade apresentava atrativos para o casal.

Além disso, Arthunio, quando efetuou o matrimônio com Emília, era viúvo e tinha um filho, Ernani Vieira (1898-1938), de aproximadamente dois anos, que, em 1904, ainda era uma criança e, provavelmente, residisse na cidade natal do jornalista.

De todo modo, nessa cidade o casal colocou rapidamente em funcionamento a tipografia. Retomaram o formato desenvolvido anteriormente em Maranguape, publicando um jornal de abordagem mais geral intitulado *O Progresso* e, paralelamente, o de propaganda da doutrina de Kardec, *Luz e Fé*. Em tais periódicos, constam no expediente os nomes de Arthunio Vieira e Emília F. Vieira como editor e secretária, respectivamente⁴⁵.

⁴⁴ Em alguns textos constam referências à cidade, sendo o nome dela abreviado para Abaeté. Por essa razão, o crítico Afrânio Coutinho aponta que Emília Freitas residiu na Bahia. Trata-se, porém, de um mal-entendido. (Enciclopédia de Literatura Brasileira. Globo, 2001).

⁴⁵ A localização de alguns números de *O Progresso*, referentes ao ano de 1905, resultou de um trabalho detetivesco a partir do qual foi possível ter acesso ao acervo de periódicos pertencente a um morador de Abaetetuba. Ele permitiu, gentilmente, a consulta e a transcrição dos jornais, mas somente foi possível realizar a pesquisa durante 1h30min, pois era o tempo disponível para se permanecer na cidade até a partida da última embarcação para Belém. Rapidamente, adotou-se como critério da consulta fazer uma visada geral nos diferentes números do periódico, a fim de procurar algum texto



Ilustração 1 - *O Progresso*, 18 de junho de 1905.

O Progresso trazia notícias sobre assuntos diversos: havia matérias assinadas, muitos anúncios e alguns poemas, assinados talvez por pseudônimos. Destaca-se, no entanto, a tessitura política dos editoriais – normalmente, não assinados –, cuja autoria era do editor e/ou de Emília Freitas.

assinado por Emília Freitas; em seguida, procuraram-se aquelas matérias assinadas por Arthunio; por fim, transcreveram-se conteúdos de editoriais e coletaram-se informações relacionadas à prática do casal.

Em um desses textos, publicado em periódico de 14 de janeiro de 1905, verifica-se como Arthunio e Emília estavam concatenados à realidade política brasileira e como se posicionavam explicitamente sobre os fatos em questão. Apesar de extenso, vale a pena citar integralmente o editorial, devido à atualidade de sua abordagem, conforme segue:

O primeiro pleito eleitoral sob a ação da nova lei eleitoral vai referido, vai ser ela experimentada; vão se lhe descobrir os defeitos e virtudes, que somente a prática pode apontar.

E votos ardentes fazemos para que a reforma, que tanto, tanto trabalho tem dado e tanta despesa tem custado, [sirva?] para levantar o caráter nacional, diga-se a verdade, em tal [?] descido sob cômodo.

Simples observadores, que somos, das coisas plebéias de nossa terra, de nosso Brasil, vamos calmamente pontilhando a queda gradual e progressiva da coluna barométrica do sentimento pela “coisa pública”, denotante de um terrível e enervante “laissez faire”, imediata consequência do empolgamento a que se reduziu a política brasileira.

Não se veja em nossas palavras uma alusão, por inocente, a quem quer que seja: falamos da generalidade.

A política chegou ao máximo da absorvência.

Começou por uma tácita delegação do eleitorado nos chefes políticos. O eleitor começou a gostar de não se incomodar com certas minúcias, foi declinando de seus direitos, até não mais cogitar sobre quem deveria representá-lo: confiava demasiadamente nos chefes, que se encarregariam disso...

Daí o resultado a que chegamos: o eleitor que com seu doce [?] criará essa tutela toda especial, cedo chegou á conclusão de que, na alquímia político-eleitoral, ele pode ser quantidade importante, mas qualidade nula.

Resultado de tudo isso é ocorrerem as eleitorais quase a revelia dos eleitores; resultado é a falta de interesse que se nota geralmente pela, talvez, mais importante função que aos cidadãos é reservada nos regimes constitucionais.

Oxalá pois que a nova lei nos traga a esperança de melhores tempos e esperança de uma reabilitação moral no terreno da política, de maneira que num futuro próximo o cidadão possa dizer, cheio de puro entusiasmo patriótico: *ego sum quis um* – eu sou quem sou.

Oxalá possamos em breve dizer uma eleição é a verdadeira expressão do sentir popular... Quando isso acontecer, - e só assim – começará a reabilitação, o levantamento do caráter brasileiro! (*O Progresso* – 14/01/1905)

Trata-se de um artigo de tom absolutamente político, inserido no contexto da construção do regime republicano brasileiro, no qual se aborda a reforma da legislação eleitoral. Além disso, critica a representatividade dos políticos, certa apatia

dos eleitores e, sobretudo, certo “seqüestro da coisa pública”, apresentando um apelo patriótico.

Explicita-se, no texto, o lugar de onde o(a) autor(a) – ou autores – observa os acontecimentos. Sublinha-se que se vê a partir das “coisas plebéias de nossa terra”. Portanto, fala do lugar das pessoas menos abastadas; exatamente do lugar daquelas pessoas que tiveram a sua cidadania corroída ao delegar poder aos “chefes políticos”, alijando-se, então, da esfera pública. Essa mesma perspectiva foi localizada na produção poética e literária de Emília Freitas, ao verificar que ela incorporou, em suas narrativas, as vozes de tipos sociais considerados excluídos como escravizados e mulheres pobres, indicado nos capítulos anteriores desse estudo.

Tais idéias, presentes nos editoriais de *O Progresso*, se não foram escritas por Emília Freitas, foram ao menos compartilhadas por ela. Isso porque, além de dialogar sobre essas questões com o editor do periódico – seu companheiro –, referiam-se a assuntos sobre os quais, conforme sublinhado, ela já havia refletido. É bom lembrar que *A Rainha do Ignoto* traz, em diferentes passagens, argumentos em defesa da República, como é possível verificar no seguinte diálogo entre Probo e Edmundo sobre as práticas da Rainha:

- (...) ela teve a petulância de declarar em um discurso que fez na última sessão do Nevoeiro: “A pena última é o recurso dos governos incompetentes para regenerar o criminoso pela instrução e pelo trabalho”.
- Bem pensado! Senhor Probo.
- Bem pensado também incutir no ânimo dos que a rodeiam que o rei é o produto da ignorância dos povos antigos, que ainda não estavam em estado de governarem-se, e formar uma república.
- Bravo! Uma rainha republicana! (Freitas, 2003: 198)

No livro de Emília Freitas, além de a protagonista defender o regime republicano, critica a pena de morte, propondo alternativas penais. Do mesmo modo, em outra passagem, a Rainha, após assistir a um exercício de simulação de combate entre

suas paladinas, faz o seguinte comentário ao ser indagada sobre qual equipe teria se saído melhor: “As suas marujas são valentes e destros: mas a gente da Generalíssima é a coragem e o heroísmo em pessoa; que se guardem para defender a futura república” (Freitas, 2003: p. 231).

Mas voltando ao periódico *O Progresso*, nota-se que o editorial de 14 de maio de 1905 contém as assinaturas do casal, confirmando a parceria entre Emília e Arthunio também relacionada à abordagem de idéias e à editoração do jornal. Trata-se de um texto mais curto, referente à comemoração da abolição da escravatura, temática cara a Emília Freitas devido ao seu passado abolicionista. Segue abaixo o texto:

Passou ontem, e passou despercebidamente, a, talvez, mais bela data da história moral-sociológica brasileira, não só pelo fato que relembra, como ainda pelas conseqüências que dele demanam.

Se a encaramos sob o ponto de vista dos que eram escravos, essa data é como um astro novo, que intenso iluminou toda uma raça dando-lhe direito à vida, ao labor da prole, à atividade para a própria economia.

Não é só isso, porém.

A abolição da escravatura torna-se um fato grandioso, porque nasceu do povo, começou nas baixas camadas sociais, e, torrente tenuíssima, como disse Nabuco, foi-se engrossando, foi-se avolumando e espalhando, [alastrou-se] pelas escolas, penetrou nos lares, invadiu os quartéis, derruiu as senzalas, e oceano já, espadanou-se sobre o trono que oscilou... e cedeu!

A abolição, devemos dizê-lo bem alto, não foi a resultante de uma lei.

Caso, por ora, único, na moderna história: o povo unanimemente legislou a Assembléia Geral, como então se chamava o Congresso, escreveu e a Princesa Isabel assinou a lei.

Eis porque achamos que o treze de maio é a mais bela das datas históricas do Brasil, e lamentamos que vá passando assim quase esquecida.

Arthunio Vieira

Emília F. Vieira (*O Progresso* – Abaeté, 14 de maio de 1905.).

Essa matéria evoca indubitavelmente a memória do movimento abolicionista no Brasil e, como tal, seria estranho que Emília não participasse de sua elaboração⁴⁶. É intrigante a matéria estar assinada, uma vez que os demais editoriais não

⁴⁶ Há diferentes estudos disponíveis sobre a relação entre História e Memória. Nos estudos reunidos por François Hartog e Jacques Revel, observa-se que a memória do passado é seletiva e, também, inventada: *ela é constituída a partir de alguns fragmentos do passado e de maneira indissociavelmente ligada às experiências, aos desejos e às atitudes de cada pessoa no momento em que são evocadas*

o foram. Para isso, é possível suscitar algumas hipóteses: a abordagem dessa temática remete exclusivamente a uma visão dos editores; em função de seu passado abolicionista, Emília não poderia deixar de se pronunciar explicitamente sobre a questão, ainda mais sendo da secretaria do jornal; Emília escreveu essa matéria, mas não podia ser a única a assiná-la.

A lista de hipóteses poderia estender-se, bem como a lucubração sobre cada uma delas, mas o que importa é salientar o conteúdo compartilhado publicamente pelo casal e a legitimidade que Emília guardava para co-assinar o editorial.

A matéria guarda um traço bastante presente na produção poética de Emília Freitas, qual seja a abordagem da questão considerando o “ponto de vista escravo”, conforme se assinalou acima. Observa-se que a escritora colabora para a construção de uma memória da abolição da escravidão considerando-a um marco da história brasileira, resultante da conquista de diferentes segmentos da sociedade e não apenas como um decreto imperial. O casal chama a atenção, ainda, para o fato de aos poucos a sociedade ir se esquecendo quase totalmente do significado da comemoração do 13 de maio – tanto que a data passa quase despercebida em 1905⁴⁷.

O mesmo tom verificou-se em uma crônica de Emília Freitas, intitulada *A Praça dos Mártires*, publicado no jornal *Athleta*, de dezembro de 1891, em Fortaleza, apresentada acima. Vale a pena retomá-la, porque nesse artigo a escritora também se refere ao contexto da abolição, tendo-o escrito anos depois. No texto, a autora, estarecida, constata o descaso da população para com a memória daquele processo e

(Torres, 2001: 134.). Desse modo, Emília Freitas na condição de ativista do movimento abolicionista também guardava sobre esse episódio suas lembranças e testemunho.

⁴⁷ O Estado, ao selecionar o acontecimento do passado e ao definir o que deve ser ou não comemorado e a maneira de se recordar desse passado, perpetua certas memórias, por conseguinte certas leituras do passado. Com isto, obtém-se determinados efeitos no presente e no futuro (Hartog, 2001).

assinala, ao acompanhar a festividade realizada no jardim ou passeio público em Fortaleza, denominado anteriormente Praça dos Mártires:

Quando despertei daquele sonhar acordada, comparei o passado com o presente, vendo com que alegria o povo cearense calcava aquele solo banhado com o sangue dos heróis, não duvidei que se pudesse bailar sobre a pedra de uma sepultura!

A prova eu tinha ali patente na Praça dos Mártires convertido em passeio público (*Athleta*, 02 de dezembro de 1891).

Trata-se, pois, da relação entre passado e presente, da afirmação de certa memória da abolição e, veladamente, de certa crítica à maneira como as autoridades manipulavam os símbolos do passado. Mas Emília Freitas e Arthunio Vieira não se detinham apenas às questões políticas, paralelamente publicavam o jornal de propaganda da doutrina de Kardec, como já mencionado.

Embora não tenha havido a localização desse periódico no Pará, consta no jornal *O Progresso* anúncios de sua circulação em Abaetetuba. Na edição de 14 de maio, verifica-se a seguinte nota: “circulou ante-ontem o nº do *Luz e Fé*”. Do mesmo modo, as edições de junho também fazem referência ao periódico de divulgação da doutrina espírita.

Paralelamente, Emília Freitas procurava distribuir seu livro na cidade. Assim, em diferentes edições de *O Progresso* são encontrados anúncios de venda do romance *A Rainha do Ignoto*, conforme segue:

...competente de o
Mas até ignoramos
a, assim como tam-
amentos legais.
men av: assim pra-
malphabeto e tão a-
um ter vendido bens
porque o forçaram
se a venda e vali-
herdeiros perderão
mas sem embargo,
com com documen-
xistimos, sem o que
de Junho de 1905

Nery Martins.

elão

com 15 palmos
a, ainda no esta-
lafetado, todo de

As exemas. famílias muito lucra-
rão, mandando fazer suas compras
na afamapa casa em questão, tendo
em vista que vintem poupado é
vjntem ganhado.

Simão Lima da Costa

RAINHA DO ISONETO
ROMANÇO POR
EMILIA FREITAS

38000
Vende-se nesta Redacção

O proprietário deste esta-
mento encarrega-se de encon-
da de madeiras, (acapu) para
quer obra.
VER PARA CRE
João da Memoria Cardo

Progresso

TRAVESSA TENENTE-CORONEL COM.

ABAETÉ - PARÁ

TYPOGRAPHIA D. **PROGRES**

26 11 2004

Ilustração 2 - *O Progresso*, 1905 (anúncio do livro)

Nota-se que o anúncio destaca o título do romance e a autoria, tendo sublinhado abaixo que o livro está a venda na redação. Do mesmo modo, Arthunio comercializava certos produtos de boticário. Em diferentes edições de *O Progresso*, há anúncios de plantas medicinais, de xaropes homeopáticos, de alimentos, entre outros, cuja finalidade era o tratamento e a cura, que poderiam ser adquiridos diretamente com ele, o editor.

Curiosamente, esses anúncios de produtos, de orientação alternativa e artesanal, eram publicados em um jornal cujo título, *O Progresso*, remetia à fábrica, à máquina, ao sintético. Isto desvela certa ironia; do mesmo modo, suscita certa concepção de progresso que não desvalorizava aqueles elementos.



Ilustração 3 - *O Progresso*, 1905 (anúncio da botica).

Em outro número do jornal encontra-se informação de que havia na cidade uma *Sociedade feminina*, que promovia atividades de dança, de canto e de teatro, tendo inclusive arrecadado fundos para levar à cidade uma cantora residente em Portugal (*O Progresso*, junho de 1905). Não se localizou nenhum indício que vinculasse Emília ao grupo. Contudo, ao considerar sua participação na Sociedade das Cearenses Libertadoras, sua experiência com teatro, em Maranguape, e as idéias presentes em *A Rainha do Ignoto*, não se pode descartar a possibilidade da escritora ter ao menos acompanhado, mesmo que a distância, a movimentação dessa associação⁴⁸.

⁴⁸ O Pará guarda uma história de agremiações femininas, conforme sugeriu Maura de Senna ao recuperar dados sobre A Sociedade das Novas Amazonas. Esse grupo de mulheres paraense formou-se em 1833 e inspirava-se na selva brasileira, na mitologia grega, na Revolução Francesa e na Maçonaria. Estabeleceu uma agremiação hierarquicamente organizada e de rigorosa disciplina, cujo propósito era

Mas, voltando aos editoriais de *O Progresso*, observa-se que neles havia sempre alguma referência aos fatos históricos, principalmente quando faziam parte do calendário comemorativo da Nação. Foi assim com a Independência, com a Abolição e o mesmo verifica-se no dia do trabalho, conforme segue:

Para nós, os brasileiros, maio é talvez o mais belo mês do ano, sob o ponto de vista da sua vida moral de nacionalidade.

Relembra ele a descoberta do Brasil, fato bastante importante, que não pretendemos discutir agora; memora esse gigante passo para a luz, para o Progresso: a abolição da escravidão preta: mas sobretudo porque é em maio, o mês das flores, que o operário universal celebra a grande festa do trabalho. Por que, perguntará muito figurão, há de o brasileiro regozijar-se. No Brasil, não há felizmente o operário-proletário que é o terror dos industriais europeus; greve parede, são coisas que só conhecemos pelo noticiário empolgante dos jornais ou pelo laconismo incisivo do telégrafo; não assistimos, ainda, ao dolorosíssimo espetáculo de milhares de operários desocupados, cadaveiros, extortegantes de fome, sem asilo, a bradarem pelas ruas “Pão! Trabalho!” no atroz desespero de quem vê a esposa exausta, os filhinhos inanidos, o frio a rorejar do teto, o armário vazio, as algibeiras secas e o fogão sem brasas.

Tudo isto é verdade, mas é por isso mesmo. (...)
(*O Progresso* – domingo, 18 de junho de 1905).

Apesar dos textos de propaganda espírita, publicados em anos anteriores pelo casal trazerem justificativas de ordem exclusivamente religiosa para o sofrimento da população, nota-se nos editoriais de *O Progresso*, particularmente no fragmento acima, a compreensão da dimensão política da vida. Isto se deduz tanto da descrição das condições de vida do operariado europeu quanto do fato de terem sublinhado no desfecho da matéria que se houvesse operário-proletário no Brasil, naquele período, ele não estaria regozijando o dia do trabalho, possivelmente estaria fazendo greve ou manifestação contra as suas condições precárias. Ora, na base desse enunciado encontra-se o conceito *exploração*, já em voga no final do século XIX, e difundido também pela literatura.

promover solenidades e homenagens às sócias-integrantes, além de celebrações das estações do ano. Tinha um veio marcadamente patriótico, segundo a escritora (Pereira, Maura de Senna, 1976, p. 11-12).

Nesse sentido, considera-se que o veio político da escritora, verificado no período da campanha abolicionista no Ceará, reacendeu quando ela viveu com Arthunio, no Pará. Todavia, nesse trecho das andanças de Emília Freitas é que menos se localizam os textos assinados por ela, o que pode significar um período de reduzida produção intelectual, por conseguinte de menor visibilidade da escritora. Entretanto, tudo indica, ao tomar sua trajetória e o teor dos editoriais – especialmente aquele assinado por Emília e pelo esposo –, que ela continuava produzindo mais para o jornal, embora sem assinar as matérias. É possível, então, que nesse período a sua imagem tivesse ficado um tanto ofuscada pela do marido, ao menos publicamente, como era comum à época.

Às margens do rio Negro

O casal não tinha mesmo paradeiro certo. Há um fosso na trajetória de Emília Freitas entre Abaetetuba e seu retorno a Manaus, por volta de 1906.

Em algum momento, por alguma ou por diferentes razões, ela voltou para Manaus. Lá deve ter continuado a realizar suas atividades jornalísticas e literárias e a exercer sua religiosidade. Sabe-se, todavia, que ela residiu no Boulevard Amazonas, um dos novos bairros da *Belle Époque* amazônica.

Além disso, às margens do rio Negro, Emília Freitas contraiu malária – doença comum aos naturalistas, estudiosos, missionários, entre outros, que se expunham ao trânsito nos trópicos. A febre, suores, dores de cabeça, vômitos e os calafrios levaram o médico Astrolábio Passos – o mesmo que acolheu anteriormente as órfãs do Instituto Benjamin Constant – a assisti-la, em vão, na noite de 18 de agosto de 1908⁴⁹.

⁴⁹ Segundo a certidão de óbito, Emília Freitas teria naquele dia quarenta e sete anos e a causa-morte teria sido “diarréia infecciosa e paludismo”. Verifica-se, novamente, a contradição entre as datas de nascimento, matrimônio e óbito.

Nos jornais amazonenses foi encontrado apenas um necrológio, porém, bastante esclarecedor sobre o perfil de Emília Freitas. Nele, destaca-se a efemeridade tanto da vida como da memória, além de alguns feitos da escritora, “a poetisa dos escravos”. Nos dias que se seguiram à sua morte, não foram localizadas menções diretamente a seu respeito nos jornais cearenses, somente uma nota de censura ao espiritismo, baseada em comentário de Olavo Bilac, com o seguinte teor:

Concorrer e contribuir de qualquer modo para propagar essa moléstia (espiritismo), é cometer um crime. E a imprensa deveria ser a primeira a calar qualquer notícia dessas aparições forjadas pela maluquice dos nervóticos, ou pela esperteza dos maliciosos (*O Ceará*, nº 899, 29 de agosto de 1908).

A publicação dessa nota dez dias após a declaração de óbito de Emília, além de indicar uma triste coincidência, desvela certo ambiente hostil para a abordagem de idéias tão caras a Emília Freitas. Já a Federação Espírita Amazonense, um mês depois, registrou em ata que:

(...) o irmão presidente anunciou ter falecido nesta cidade uma irmã que muitos serviços prestou à doutrina no Estado do Pará, colaborando até [esse ano?] no pequeno jornal de propaganda espírita fundado por seu marido Artunio Vieira. Propõe ser [inquerido?] na ata um voto de louvor por esse fato, o que foi aprovado (...).
Esta Federação cheia de saudades pela desencarnação daquela que foi esposa do nosso irmão Athunio Vieira, deixa o sincero voto, a expressão de seu sentir, ao mesmo tempo alegre, por saber, que mesmo no espaço ela será mais uma auxiliar dedicada e ativa para o nosso trabalho (*Ata da FEA*, setembro de 1908).

Deixando de considerar as questões específicas da agremiação espírita como a hierarquia, os trâmites de registros e mesmo o emprego da palavra *espaço* para designar o local para onde se destinariam os “espíritos”, destaca-se, antes, que o valor atribuído à Emília é por ela ter colaborado na divulgação do espiritismo no Ceará e,

principalmente por tratar-se da esposa de um irmão, ignorando, portanto, toda a trajetória espiritista e literária da escritora⁵⁰.

O silêncio sobre a prática religiosa de Emília Freitas, inclusive na capital amazonense, desvela tanto o desconhecimento da Federação Espírita sobre seu passado como também certa indiferença para com a atuação feminina no que se refere à difusão das idéias de Kardec. Isto pode ser sintomático de uma visão que considerava, talvez, as atividades realizadas por mulheres de somenos importância⁵¹.

Essa mesma razão estende-se à literatura de Emília Freitas. Tanto no Ceará, onde a escritora publicou seus livros, como em Manaus e no Pará não se localizaram registros que indicassem a repercussão de sua produção literária. Houve um silêncio absoluto sobre a produção literária dela, talvez por tratar-se de autoria feminina, talvez pelo caráter inovador de sua literatura.

Somente nos anos de 1920, Antônio Salles, ao escrever um ensaio sobre a literatura cearense, reservou algumas linhas para tratar das escritoras. Em tais linhas mencionou resumidamente: “Francisca Clotilde e Emília Freitas foram, na passada geração, os dois únicos nomes de escritoras que se tornaram conhecidas em nosso meio”. Depois, ele apontou os títulos dos livros de Emília, *Canções do Lar* e *A Rainha do Ignoto* (*Almanach do Ceará*, 1922, p.446). Com isto, ao menos décadas depois, Emília foi reconhecida como escritora por um autor seu contemporâneo, embora ele não tenha escrito sequer uma linha especificamente sobre sua literatura.

⁵⁰ Após o falecimento de Emília, Arthunio Vieira retornou ao Pará e retomou suas atividades. Em Abaetetuba, em 1910, publicava o jornal *O Comércio* com a colaboração do filho, Ernani Vieira.

⁵¹ O espiritismo não rompe com o padrão de relações de gênero do final do século XIX e início do século XX. Ao contrário, apenas aceita o acesso da mulher médium à esfera pública porque ela detinha as qualidades denominadas femininas: passividade e fragilidade (Rink, 2004, p. 1). Emília Freitas, contudo, extrapola esse modelo de feminilidade, como é possível verificar por meio de seu romance, por suas andanças por diferentes cidades da região Norte do Brasil e através das atividades que desenvolveu juntamente com Arthunio.

A escritora ficaria no total obscurantismo até os anos de 1980, se não fosse a crítica ao romance de sua autoria realizada por Abelardo Montenegro em 1953. Em seguida, talvez até por conta dos comentários desse crítico, houve uma nova fase de silêncio que somente foi rompida nos anos de 1980, quando Otacílio Collares realizou a segunda edição do romance *A Rainha do Ignoto* e escreveu um ensaio sobre os traços de literatura fantástica guardados no livro.

Desde então, a escritora tem figurado em alguns poucos dicionários literários e seus livros têm sido objetos de estudos de pesquisadores como: Constância Lima Duarte; Nelly Novaes Coelho; Luis Felipe Ribeiro; Marise Weiner Cunha; Sônia Ribeiro; Marcie Rink; Cecília Cunha; Régia Silva; Anselmo Alô, entre outros.

Considerações finais

Escrever a biografia de uma escritora brasileira do passado não é, certamente, tarefa fácil ao considerar as lacunas documentais, os seqüestros de registros históricos e as dificuldades materiais para realizar a peregrinação e a atividade arqueológica necessárias para se alcançar pistas sobre a trajetória de vida e obra. Tais obstáculos aumentam ainda mais quando se trata de um vulto feminino quase anônimo, pois relegado ao esquecimento.

Por essa razão, localizam-se, inevitavelmente, alguns fossos nesse estudo sobre a trajetória de Emília Freiras que não puderam ser preenchidos e alguns outros que exigiram certos artifícios da língua e da imaginação para serem superados.

Para traçar esse percurso, optou-se por destacar, sobretudo, os aspectos de cunho históricos e relativos à memória, uma vez que a análise literária escapava ao campo da pesquisadora. Mesmo assim, sublinhou-se o caráter aberto da obra de Emília Freitas tanto no que se refere à marcação das diferentes possibilidades de estudos

literários – romântico, fantástico, maravilhoso, gótico, decadentista –, quanto às questões sociais representadas na literatura dessa escritora, especialmente o abolicionismo, a questão de gênero e o espiritismo.

Verificou-se, então, que a relação entre vida e obra não reduz o valor literário, pois, além desse caráter aberto e paradoxal da obra de Emília Freitas, ela guarda elementos autobiográficos sem, contudo, prescindir do recurso literário, notadamente no espaço ficcional.

Outro aspecto que se identificou é que, apesar de estar inserida em um universo letrado masculino e misógino, Emília Freitas conseguiu difundir suas idéias por meio da literatura e de periódicos: sejam idéias de orientação literária, filosófica ou moralista. Desse modo, é possível conferir à escritora o atributo de mulher de letras – guerreira, abolicionista e espírita. Como tal, apesar de manter certos ranços do lugar do homem branco de elite, ela esteve à margem, na periferia daquela sociedade e, mesmo assim, apropriou-se da cultura e a reproduziu, privilegiando as vozes anônimas da sociedade da época: os escravizados, os libertos, as mulheres.

Após o matrimônio – tardio para a época –, Emília perdeu certa visibilidade, tanto porque sua produção intelectual voltou-se para a imprensa alternativa e espírita de cidades periféricas, como porque deixou de assinar os textos, tendo sua imagem agregada publicamente a do esposo. Mas isto não reduziu sua importância; ao contrário, desvela um outro lugar exercido pelas mulheres, por milhares de mulheres, que, ao longo dos séculos, elaboraram opiniões, dialogaram, escreveram, atuaram politicamente, mas foram ofuscadas. Para enxergar esse lugar, faz-se necessário que pesquisadores/as-garimpeiros/as desviem o olhar para as margens, para as sombras, para o interior dos salões, para os espaços domésticos, para os acessos às redações, a fim de

que possam reconhecer, então, com o auxílio de suas lanternas mágicas, a presença dessas personagens da História.

BIBLIOGRAFIA

Obras da autora

FREITAS, Emília. *Canções do Lar*. Fortaleza: Tipografia Universal, 1891.

_____. *A Rainha do Ignoto*: romance psicológico. 2ª ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

_____. *A Rainha do Ignoto*: romance psicológico. 3ª ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

Bibliografia sobre a autora e sua obra

ALÔS, Anselmo. “O romance gótico e a crítica ao patriarcado no século XIX: *A Rainha do Ignoto*, de Emília Freitas”. In: *Cadernos do IL*. Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. n° 23-24-25, 2003, p. 155-159.

CAVALCANTE, Alcilene. Entre a palavra e a música: o horizonte de leitura de Emília Freitas – escritora cearense do século XIX. In: *Métis: Revista de História e Cultura*. V.2 n. 4, jul-dez./2003. RS: UCS, 2004

_____. “Apresentação”. In: FREITAS, Emília. *A Rainha do Ignoto*. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003. (Trata-se das “Orelhas”)

COLARES, Otacílio. *A Rainha do Ignoto*: romance cearense, pioneiro do fantástico no Brasil. In: *Lembrados e esquecidos III: ensaios sobre literatura cearense*. Ceará: Imprensa Universitária da UFC, 1977, p. 10-51.

DUARTE, Constância Lima. Emília Freitas. In: MUZART, Zahidé (org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 723-727.

_____. “Estudos de Mulher e Literatura: história e cânone literário”. In: XAVIER, Elódia et all (orgs). *Anais do VI Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Rio de Janeiro: NIELM, 1996.

KLEIN FILHO, Luciano. *Memórias do Espiritismo no Ceará*. Fortaleza: DPL Editora, Centro de documentação espírita, 2000, p. 50-51.

MONTENEGRO, Abelardo. *O romance cearense*. Fortaleza: Typografia Royal, 1953.

LEAL, Ângela Barros. “Emília Freitas: a desconhecida rainha das letras”. In: *O Povo*. Fortaleza, 20 de dezembro de 1998 (Segundo Caderno).

NOBRE, Geraldo. “A enigmática Emília Freitas”. In: *Revista da sociedade Cearense de Geografia e História*. Fortaleza, 2000, p. 103-110.

RIBEIRO, Luis Filipe. “A modernidade e o fantástico em uma romancista do século XIX”. In: *Anais do 3º Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Caderno I. Florianópolis: UFSC, 1989. p. 135-140.

RINK, Marcie. "Hysteria, Spiritism and the performance of identity in *A rainha do ignoto* by Emília Freitas" (mimeografado – comunicação apresentada no VII Congresso Internacional Brazilian Studies Association. Rio de Janeiro, junho de 2004).

VIEIRA, Arthunio. "Inquérito Espírita". In: *Alma e Coração* – órgão de propaganda espírita, ano XIV, nº 5, Belém, 1931.

Obras de Referência

COELHO, Nelly Novaes. Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras. São Paulo: Escrituras, 2002.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de (dir.). *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2. ed. rev., ampl. atual. e il. Sob a coordenação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional e Academia Brasileira de Letras, 2001.

GIRÃO, Raimundo. *Dicionário da Literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa oficial, 1987.

SALES, Antônio. O Ceará literário. *Almanaque do Ceará*. Fortaleza: Tip. Gadelha, 1922.

SCHUMAER, Schuma; BRAZIL, Érico (orgs.). *Dicionário de Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade- biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

STUDART, Guilherme. *Dicionário Biobibliográfico Cearense*. Fortaleza: Edições UFC, 1980, v.1.

Livros, Capítulos de livros e Artigos

ALBUQUERQUE Jr, Durval. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ARANTES, Paulo E. "O Positivismo no Brasil". In: *Novos Estudos Cebrap*. n. 21, jul. 1988, p. 185-194.

ARAÚJO, Emmanuel. "Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais". In: PRIORE, Mary Del (org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. pp. 45-92.

ASSIS, Machado. História dos Quinze Dias. *Ilustração Brasileira*, 15/03/1877. In: GRANJA, Lúcia. "ALíngua engenhosa: o narrador de Machado de Assis, entre a invenção de histórias e a citação da História". In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

AZEVEDO c, Francisca L. "Biografia e gênero". In: GUAZZELLI, Cesar A., PETERSEN, Sílvia et all (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRS, 2000, p. 131-146.

AZEVEDO a, Célia Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO b, Sânzio de. “Os Poetas Cearenses e a Abolição”. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Ano LXXXIX, nº 45. Fortaleza, 1984 (número especial), p. 31-38.

_____. *Ensaio de Literatura Cearense*. Fortaleza: Editora da UFC, 1985.

BARBOSA, Ivone. “Entre a barbárie e a civilização: o lugar do sertão na literatura”. In: SOUZA, Simone (org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 56-75.

BARREIRA, Dolor. *História da Literatura Cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948.

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, s/d

_____. “Escritores e Escreventes”. In: *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. “O discurso da História”. In: *O Rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 145-157.

_____. *O Prazer do Texto*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. “A morte do autor”. In: *O Rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 49-53.

BAZE, Abrahim. *Escravidão: o Amazonas e a Maçonaria edificaram a história*. Manaus: Editora Travessia, 2001.

BENJAMIN, Walter. *A Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.

_____. *Magia e Técnica, Arte e Política ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos F. Moisés e Ana Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulher e libertação dos escravos*. Estudo apresentado no III Simpósio de História do Vale do Paraíba. Pindamonhangaba, 19-24 de julho de 1976. (mimeografado).

BLANCO, Alda. *Escritoras virtuosas: narradoras de la domesticidad en la España Isabelina*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2001.

BOECHAT, Maria Cecília. *Paraísos Artificiais: o romantismo de José de Alencar e sua recepção crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BORMANN, Maria Benedita (Delia). *Lésbia*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

BOSCH, Esperanza; FERRER, Victoria; GILI, Margarita. *Historia de la misoginia*. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial; Palma de Mallorca: Universitat de les illes Balears, 1999.

BADDELEY, Gavin. *Gothic Chic: um guia para a cultura dark*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

BRADLEY, Marion Zimmer. *As Brumas de Avalon*. Rio de Janeiro, Imago, 1985. (v. 1 a 4).

- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 111-125.
- CARDOSO, Gleudson. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico. *Intelectuais*. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2002, p. 41-72.
- _____. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. PEREIRA, Leonardo (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRS, 2002.
- _____. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica”. In: *Cadernos Pagu* (4), 1995: 37-47.
- _____. *Sociedad y Escritura en la edad moderna: la cultura como apropiación*. México: Instituto Mora, 1995 (colección Itinerarios).
- _____. *Cultura escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- CLÉMENT, Catherine. *A ópera ou a derrota das mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- COELHO, Nelly Novaes. Prefácio: O desafio ao Cânone: consciência histórica versus discurso-em-crise. In: CUNHA d, Helena Parente da. (org.). *Desafiando o cânone: aspectos da Literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80)*. Rio de Janeiro: Tempo brasileira, 1999, pp. 9-14.
- COLI, Jorge. *A paixão segundo a ópera*. São Paulo: Editora Perspectiva: FAPESP, 2003.
- COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUZA, Simone (org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 135-161.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- CUNHA b, Eneida Leal. Literatura comparada e estudos culturais. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda Neves (orgs.). *Limiares Críticos: ensaios sobre literatura comparada*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 65-71.

- CUNHA a, Maryse Weyne. Emília de Freitas. In: *Mulheres do Brasil*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986, p. 281-318.
- CUNHA d, Helena Parente da. (org.). *Desafiando o cânone: aspectos da Literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80)*. Rio de Janeiro: Tempo brasileira, 1999.
- DAVIN, Anna. “Introdução”. In: Morelli, Freud e Sherlock Holmes: pistas e o método científico por Carlo Ginzburg. In: *History Workshop Journal*. Oxford, n.9, 1980.
- DIAS, Edinea. *A Ilusão do Fausto: Manaus (1890 – 1920)*. Manaus: Editora Valer, 1999.
- DUARTE, Constância. Introdução. In: *Nísia Floresta. Cintilações de uma alma brasileira*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, p. xi- xxix.
- _____. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Editora Universitária/ UFRN, 1995.
- _____. et all (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002 (Col. Mulher & Literatura, v. 1).
- _____. *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.
- _____. MACEDO, Diva Maria Cunha. *Via Lactea: de Palmira e Carolina Wanderley*. Natal: Editora NAC, CCHL/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003.
- _____. “A história literária das mulheres: um caso a pensar”. In: *Miscelânea. Revista da Pós-Graduação em Letras da UNESP*. Assis (São Paulo), volume 3, 1998.
- FALCI, Miridan. Mulheres do Sertão Nordeste. In: Mary Del Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 241-277.
- FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Poesia feminina em Pernambuco no segundo oitocentos. In: _____. et all. *Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravidão no nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt: um naturalista no Império de Pedro II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Negros nos Ceará. In: SOUZA, Simone de. (org.) *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. pp. 103-134.
- GALENO, Henriqueta. *Mulheres admiráveis*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1965.
- GANEM, Roberto. *Sadmani: a real magia das amazonas*. São Paulo: Primeira Impressão, 2006.
- GIRÃO, Raimundo. O centro abolicionista e a Cearenses Libertadoras. In: GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Ceará, 1969, p. 134-140.
- GOMES, Ângela de C. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

- GOTILIB, Nádia. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: BRANDÃO, Izabel. MUZART, Zahidé. *Refazendo Nós*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.
- _____. (org.). *A Mulher na Literatura*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990 v. 2.
- GUELF, Maria Lúcia Fernandes. “Ficção e história: um jogo de espelhos”. In: Gragoatá . *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*. n.º 6. Niterói: EDUFF, 1999. pp. 25-42.
- GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HARTOG, François et REVEL, Jacques. (Dir.) *Les usages politiques du passé*, Paris: Enquête. Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001
- JITRIK, Noé. “Estudios culturales/ estudios literarios”. In: PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana L. de. (orgs.). *Literatura e Estudos Culturais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2000, p. 29-41.
- JOBIM, José. “Subjetivismo”. In: JOBIM (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 133-142.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- LEMAIRE, Ria. “O mundo feito texto”. In: DECCA, Edgar S. de.; LEMAIER, Ria (orgs.). *Pelas Margens*. Campinas, Editora. da Unicamp; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRS, 2000, p. 9-17.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.
- LIRA NETO. *O poder e a peste: a vida de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- LOPES, Hélio. “Literatura Fantástica no Brasil”. In: LOPES. *Letras de minas e outros ensaios*. São Paulo: Editora da USP, 1997, p. 265- 278.
- MACHADO: Ubiratan. *Os intelectuais e o espiritismo*. Niterói: Publicações Lachâtre, 1996.
- MAGALHÃES, Samuel Nunes. “Uma homenagem ao Pará: cem anos de União Espírita Paraense (1906-2006)”. In: *Reformador*, maio de 2006, p. 35.
- MEDEIROS, Coriolano. “O movimento da abolição no nordeste”. In: SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A abolição em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MIGNHOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (organizadoras). *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- MIRANDA, Wander Melo. “A ilusão autobiográfica”. In: MIRANDA, Wander. *Corpos*

- escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte: Edufmg, 1992, p. 25-41.
- MONTENEGRO, Abelardo. *Interpretação do Ceará*. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 2001, p. 185-196.
- MORAIS, Maria Arisnete. *Isabel Gondim: uma nobre figura de mulher*. Natal: Fundação Guimarães Duque, 2003.
- MOREIRA, Nadilza. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. Fortaleza: Editora da UFC, 1994.
- MOURÃO, Paula (org.). *Autobiografia: Auto-Representação*. Lisboa: Edições Colibri, 2002 (ACT8 – FLUL).
- MUZART, Zahidé. “Pedantes e bas-bleus: história de uma pesquisa”. In: MUZART, Zahidé (org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 17-29.
- _____. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto das escritoras do século XIX. In: FUNCK, Susana Bornéo (org.). *trocando idéias sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 1994. pp. 263-269.
- _____. O romance feminino no Brasil – século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. *Atas do GT A Mulher na Literatura*. Natal: Imprensa da UFRN, 1996. pp. 287-303.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, Frederico. *Intelectuais*. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2002, p. 15-40.
- _____. “A seca na História do Ceará”. In: SOUZA, Simone (org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.76-102.
- OLIVEIRA, Caterina. *Fortaleza: seis romances, seis visões*. Fortaleza: EUFC, 2000.
- OLIVEIRA b, Almir. “Universo letrado em Fortaleza na década de 1870”. In: SOUZA, Simone; OLIVEIRA c, Cláudia. “As idéias científicas do século XIX no discurso do Club Literário”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico. *Intelectuais*. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2002, p.73-93.
- OLIVEIRA, Solange. *Literatura e Música: modulações pós-coloniais*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PEIXOTO, Sérgio. *A consciência criadora da poesia brasileira: do barroco ao simbolismo*. São Paulo: Annablume, 1999.
- PEREIRA, Maura de Senna. “As Novas Amazonas”. In: _____. *Nós e o mundo: crônicas, resenhas, artigos*. Rio de Janeiro: S. José, 1976, p. 11-12.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *As mulheres e os silêncios da História*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. “Escrever uma História das Mulheres”. Trad. Ricardo Augusto Vieira. *Cadernos Pagu* (4) 1995.

PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In: SOUZA, Simone de. (org.) *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. pp. 17 a 55.

PIZAN, Christine de. *La Cite des Dames*. Paris: Stock, 2000.

PONTES, Sebastião. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, Cesar A.; PETERSEN, Sílvia et al (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRS, 2000, p. 41-58.

RAMALHO, Christina. *Um espelho para Narcisa: reflexo de uma voz romântica*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

REIS a, João José. *Rebelião escava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Arthur. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e ficção no século XIX: Edgar Allan Poe e a narrativa de Arthur Gordon Pyn*. São Paulo: EdUNESP, 1996.

RICCI, Magda. “Como se faz um vulto na História do Brasil”. In: GUAZZELLI, Cesar A.; PETERSEN, Sílvia et al (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRS, 2000, p. 147- 160.

ROUANET, Maria. “Nacionalismo”. In: JOBIM (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 9-30.

SALES, Antônio. O Ceará literário. *Almanaque do Ceará*. Fortaleza: Tip. Gadelha, 1922.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SCHIMMELPFENG, Gisela. *A mulher e a abolição*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

SCHMIDT, Benito Bisso. “A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto””. In: GUAZZELLI, Cesar A.; PETERSEN, Sílvia et al (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRS, 2000, p. 121-129.

_____. (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

- SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- SCHWARZ, Roberto. *Machado de Assis: Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo, Duas Cidades, 1990.
- SCOTT, Joan. *Cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SHOWALTER, Elaine. *Mujeres Rebeldes: una reivindicación de la herencia intelectual feminista*. Madrid: Espasa Calpe, 2002.
- SILVA a, Pedro Alberto. *História da Escravidão no Ceará: das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.
- SIMMEL, Georg. “Cultura feminina”. In: SIMMEL, G. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 67-91.
- SOARES, Pedro Maia. “Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945)”. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fulvia (orgs.). *Violência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980, pp. 121-150.
- SOIHET, Racquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOUZA, Eneida Maria de. “Notas sobre a crítica biográfica”. In: PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana L. de. (orgs.). *Literatura e Estudos Culturais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2000, p. 43-51.
- _____. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- _____. *Pedro Nava: o risco da memória*. Juiz de Fora: FUNALFA/Edições, 2004.
- SOUZA JR., José Luiz Foureaux. “O narrador, a literatura e a História: questões críticas”. In: Gragoatá. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*. N.º 6. Niterói: EDUFF, 1999. p. 127-142.
- STOLL, Sandra. *Espiritismo à Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Curitiba: Editora Orion, 2003.
- TELLES, Norma. “Autora”. In: JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 45-63.
- _____. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 401-442.
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à Literatura Fantástica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- TORRES, Pedro Ruiz. “Les usages politiques de l’histoire em Espagne. Formes, limites et contradictions”. In: Hartog, François e Revel, Jacques (dir). *Les usages politiques du passé*,

Paris: Enquête. 1 – Éditions de L'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001, pp. 129-156.

TROYES, Chrétien de. *Romances da Távola Redonda*. Trad. Rosemary Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VASCONCELLOS, Eliane. “Uma arqueologia da autoria feminina no Brasil”. In: Sússekind, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (orgs.) *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: 7letras: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003, p. 54-62.

VENÂNCIO, Giselle Martins. “Impressão, comércio e leitura em Fortaleza nos oitocentos”. Texto apresentado no I Colóquio Internacional de História do Livro e da Leitura do Ceará, Fortaleza, 29 e 30 de maio de 2004.

_____. *Lisboa – Rio de Janeiro – Fortaleza: os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas* traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre livro e produção editorial, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 8 a 11 de novembro de 2004.

XAVIER, Regina C. L. “O desafio do trabalho biográfico”. In: GUAZZELLI, Cesar A.; PETERSEN, Sílvia et all (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRS, 2000, p. 161-173.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

ZILBERMANN, Regina. “Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX”. *Revista de Estudos Literários*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 31-47, out. 1993.

Tese, Dissertação e Monografia

CARVALHO, Maria Helena Vale de. *Da Escola Normal ao Colégio Estadual Justiniano Serpa: um resgate histórico-pedagógico*. Fortaleza, 1998 (Monografia do Curso de Especialização em Desenvolvimento Técnico da UECE).

COMITTI, Leopoldo. *Teatro de Sombras: leitura de um romance de José J. Veiga*. Belo Horizonte, 1989 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras da UFMG).

CUNHA c, Cecília. *Além do Amor e das Flores: a produção literária feminina no Ceará (1870-1920)*. João Pessoa, 1998 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras da UFPB)

GINZBURG, Jaime. *Olhos turvos, mente errante – elementos melancólicos em Lira dos vinte anos, de Álvares de Azevedo*. Porto Alegre, 1997 (Tese de Doutorado apresentada ao IL da UFRS)

NEVES, Berenice. *Intrépidos Romeiros do Progresso: maçons cearenses no Império*. Fortaleza, 1998 (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da UFC).

OLIVEIRA b, Almir. *Saber e Poder – o pensamento social cearense no final do século XIX*. São Paulo, 1998 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Deptº de História da PUC de SP).

RIBEIRO, Sônia. *A narrativa de autoria feminina do século XIX em resgate: uma leitura de Lésbia e A Rainha do Ignoto*. Rio de Janeiro, 2001 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Literatura Comparada da UFRJ).

SILVA, Régia. *Entre mulheres, História e Literatura: um estudo do imaginário em Emília Freitas e Francisca Clotilde*. Fortaleza, 2002 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFC).

SOARES, Maria Goretti Moreira. *A Rainha do Ignoto: um romance fantástico?* Fortaleza, 1994 (Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Investigação Literária da UFC).

Periódicos e Fontes primárias

Fortaleza/Ceará

Libertador:

janeiro a dezembro de 1881; julho a dezembro de 1883; 1884; 1887 a 1890.

Cearense:

1873 a 1888.

APEC - LIVRO 314

LIVRO DE REGISTRO DOS LEITORES DO GABINETE CEARENSE DE LEITURA DA CIDADE DE FORTALEZA (Período: Julho/1878 a Setembro/1887).

Manaus/Amazonas

APEA – Livro de Ofício da Instrução Pública – janeiro/agosto de 1896

APEA – Relatório da Instrução Pública, ano de 1898

APEA – Relatório de Instrução Pública - dezembro de 1899

APEA – Relatório da Secretaria de Negócios Interiores (SNI), 05 de janeiro de 1900.

Cartório do 1º Ofício do Registro Civil – Manaus - Livro de Registro Civil, nº 3-B, folhas 149 v e 150; termo 43. HAURADOUL, Orieta – Oficial de Registro Civil.